

RELATÓRIO  
& CONTAS

— 2012 —



EST. 1833

BANCO  
CARREGOSA





EST. 1833

BANCO  
CARREGOSA



## ÍNDICE

<b>I</b>	Mensagem da Presidente do Conselho de Administração	5
<b>II</b>	Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	7
<b>III</b>	Estrutura Accionista e Órgãos Sociais	8
<b>IV</b>	Relatório de Actividades	10
	1. Enquadramento Económico e a Situação dos Mercados Financeiros	10
	2. Estrutura Interna	12
	3. Unidades de Negócio	13
	4. Áreas de Apoio	17
	5. Sistema de Controlo Interno	26
	6. Recursos Humanos	29
<b>V</b>	Análise às Contas 2012	31
<b>VI</b>	Declaração de Conformidade sobre Informação Financeira	41
<b>VII</b>	Eventos subsequentes	43
<b>VIII</b>	Informação nos Termos do Art.º 66º do C.S.C.	43
<b>IX</b>	Política de Remunerações dos Órgãos de Gestão, Fiscalização e Colaboradores	45
<b>X</b>	Proposta de Aplicação de Resultados	49
<b>XI</b>	Agradecimentos	49
<b>XII</b>	Contas Consolidadas - Análise e Anexos	50
<b>XIII</b>	Contas Individuais - Análise e Anexos	91
<b>XIV</b>	Certificação Legal de Contas (Individuais e Consolidadas)	130
<b>XV</b>	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	139
<b>XVI</b>	Extracto das Deliberações Tomadas na Assembleia Geral de 28 de Maio de 2013	140



# I

## MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmo. Senhor Presidente da mesa da Assembleia Geral,  
Senhores Accionistas,

Quando pensei em dirigir-vos esta mensagem que acompanhará o fecho do exercício de 2012, fui reler o que vos tinha escrito há precisamente um ano, em idênticas circunstâncias e verifico que já então continuávamos a falar de crise, a pior dos últimos 35 anos. Um ano depois, assim continuamos só que com a esperança gasta por mais um ano sem vislumbrar horizontes de diferença.

Entretanto, apercebemo-nos realmente de que são estes os tempos que nos alertam para as oportunidades. Os resultados do Banco Carregosa, são verdadeiramente extraordinários em qualquer contexto mas neste... perdoem-nos a vaidade com que Vo-los apresentamos.

Consideramos que serão dificilmente irrepetíveis mas vamos desde já deixar o nosso propósito de no próximo ano aqui estarmos para vos apresentar algo de semelhante. Este objetivo será muito difícil, tentaremos que não seja inatingível.

As medidas de rigor tomadas no ano anterior e a nossa preocupação constante de nos adaptarmos do modo mais profissional à realidade cada vez mais difícil foram, deste modo, recompensadas, premiadas.



Essa recompensa é, principalmente a enorme satisfação com que anunciamos aos Senhores Accionistas uma distribuição de dividendos que o Conselho de Administração decidiu com toda a prudência que esses mesmos tempos difíceis sempre ditam.

Tendo discutido amplamente esta distribuição de dividendos concluímos até que a verba alocada se poderia considerar algo modesta mas é nossa convicção que a necessidade de alargar a base de capital para podermos encarar tranquilamente um aumento de negócios se sobrepõe a tudo mais. Temos que saber receber o futuro.

Resta-me esperar que V. Exas. como Assembleia soberana, ratifiquem ou não esta decisão.

Em tempos de constante mudança, de imprevisibilidade e de incertezas, gostamos de pensar que o nosso entusiasmo será a única certeza com que poderemos agradecer a confiança com que têm distinguido esta administração. Tudo faremos para a continuar a merecer.

Muito obrigada,  
Maria Cândida Rocha e Silva  
Presidente do Conselho de Administração





## II

### MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Excelentíssimos Senhores Accionistas,  
Colegas da Administração/Comissão Executiva,  
Caros Colaboradores,

Assistimos, em 2012, ao teste de situações limite na dívida soberana Portuguesa.

Tivemos a sorte e o engenho de conseguir tirar partido da situação política e económica da Europa em geral e de Portugal em especial.

Aproveitámos os movimentos em renda fixa para fortalecer o balanço e ganhar energia para enfrentar a difícil situação em que o nosso país se encontra.

Esgotado, do nosso ponto de vista, o movimento de correcção das obrigações olhamos, com cautela mas determinados, para as novas oportunidades que venham a surgir.

Apesar da adversa conjuntura mantemos firme o propósito de nos tornarmos a referência de banca privada em Portugal, aconselhando seriamente e mantendo o interesse dos Clientes acima de qualquer lucro fácil.

O nosso objectivo assenta na procura contínua de criação de valor, sem tabus nem dogmas de qualquer natureza.

Procuramos continuamente aperfeiçoar, integrar e reduzir a intervenção humana na melhoria dos sistemas de informação. Concluímos com êxito a integração do *front office* de negociação, reforçando a autonomia relativamente a serviços terceirizados.

A adesão ao sistema de pagamentos foi concluída com sucesso, tendo sido dado um passo determinante para a consolidação como instituição de crédito e, simultaneamente, diminuir drasticamente a nossa dependência do sistema financeiro português.



Aos Colaboradores, que em última análise tornaram possível atingir os objectivos alcançados, o meu especial agradecimento; ao Conselho de Administração estou grato pela confiança depositada; ao Conselho Fiscal o meu reconhecimento pelo profissionalismo e rigor, e a Todos pela vontade de bem-fazer.

Tendo em conta a envolvente económica de 2012, constato com orgulho, que a coragem das decisões foi compensada pelos resultados alcançados.

Continuo com a certeza absoluta de que o nosso Banco tem vindo a ser, ano após ano, mais organizado, mais sólido, mais profissional, mais preparado para enfrentar o futuro.

Continuaremos a trabalhar para tentar ajudar a sorte que nos tem perseguido.

Pedro Duarte  
Presidente da Comissão Executiva



# III

## ESTRUTURA ACCIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

---

### BANCO L. J. CARREGOSA, S.A.

---

Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos  
Maria Manuela Pereira Antunes Matias

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva  
António José Paixão Pinto Marante  
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves  
Pedro José Malheiro Duarte  
Carlos da Costa Oliveira  
Paulo Armando Morais Mendes  
José Paulo Oliveira Faria Duarte  
Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes

Maria da Graça Alves Carvalho  
Manuel José Lemos de Ferreira Lemos  
Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa  
André de Castro Amorim

Cristina Maria Martins Gomes  
António Magalhães & Carlos Santos

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

##### PRESIDENTE

Secretária

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

##### PRESIDENTE

Administrador

Administrador

Presidente da Comissão Executiva (CE)

Vogal da CE

Vogal da CE

Vogal da CE

Vogal da CE

#### CONSELHO FISCAL

##### PRESIDENTE

Vogal

Vogal

Vogal (Suplente)

#### REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

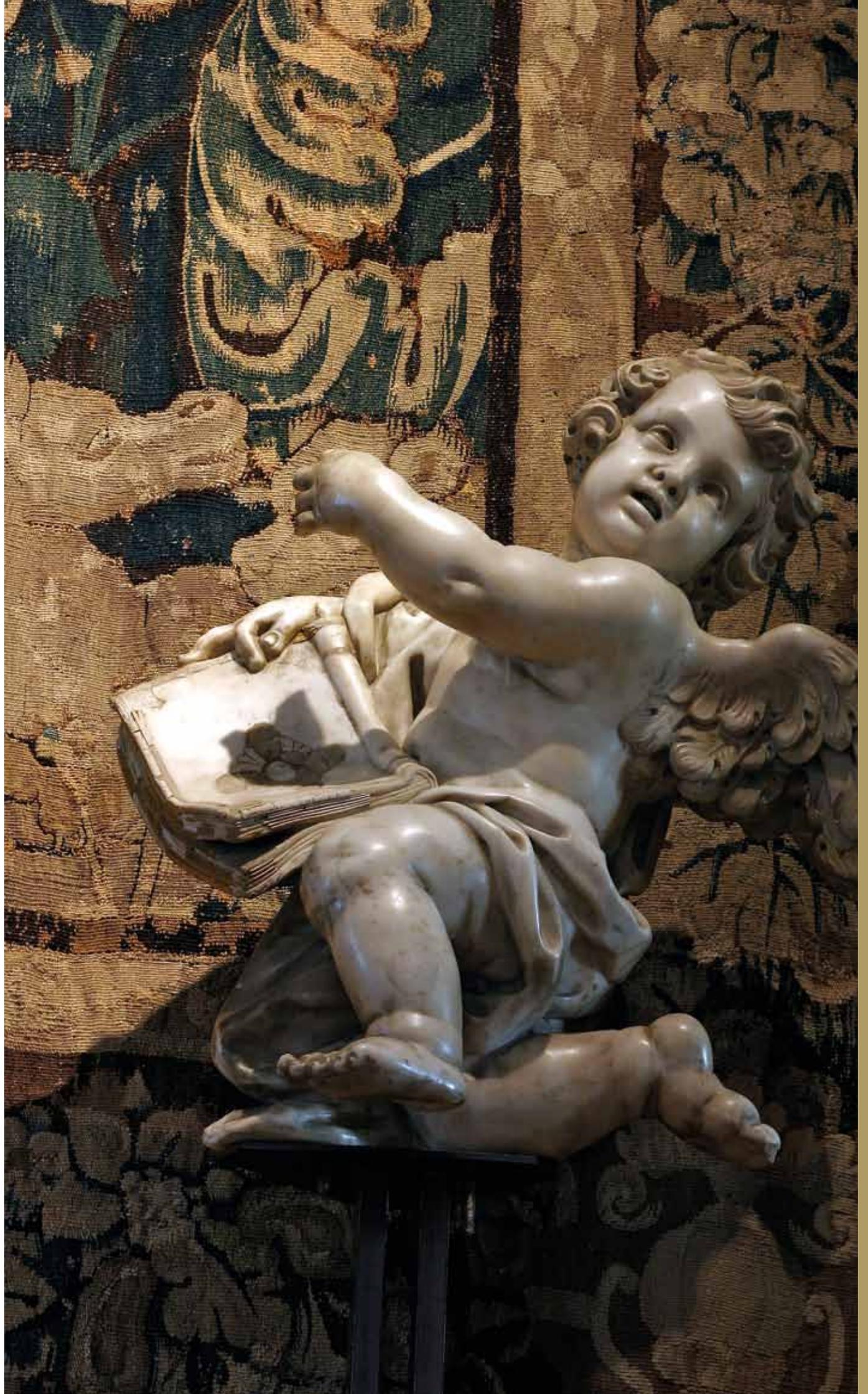
Suplente (SROC)

---

#### ACCIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A 5% DO CAPITAL SOCIAL:

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva  
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves  
Amorim Projectos, SGPS  
António José Paixão Pinto Marante

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas realizada em 10 de Maio de 2012 para o triénio 2012-2014.



# IV

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

### 1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E A SITUAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS

No plano macroeconómico mundial, 2012 caracterizou-se por um crescimento global acima dos 3%, mas abaixo do esperado. Para tal contribuíram a Europa com um crescimento negativo de 0,5%, os EUA com um crescimento médio de 2,2% e também o pior desempenho de alguns países emergentes, como o Brasil que cresceu apenas 1,6%. Os países emergentes continuam a aumentar o seu peso no crescimento do PIB Mundial, mas a sua dinâmica interna não conseguiu compensar o decréscimo da procura mundial.

De qualquer forma, este menor crescimento não teve impacto no desempenho das várias classes de activos, que registaram subidas significativas. Para esta aparente inconsistência entre economia e mercados contribuíram, sobretudo, dois factores:

(i) o papel activo do BCE, numa primeira fase com o sucesso dos leilões do BCE (LTRO), que trouxeram estabilidade à banca europeia e, mais tarde, no final de Julho, as declarações do Presidente do BCE revelando a determinação necessária para garantir a estabilidade monetária, incluindo a compra activa de obrigações soberanas de países da Zona Euro (mais conhecido por OMT – *Outright Monetary Transactions*);

(ii) a injeção massiva de liquidez por parte da grande maioria dos principais Bancos Centrais, e o programa de compra de activos de dívida, que forçou os investidores a assumir mais risco para conseguirem obter algum retorno. Depois do anúncio do OMT, o mercado accionista e as obrigações de menor qualidade tiveram um desempenho notável, permitindo que o ano terminasse positivo para quase todos os activos. As bolsas europeias e norte-americana subiram, em média, 13%, os índices mais generalistas de obrigações registaram subidas acima de 10%, já para não falar dos activos *high yield* e dívida de países da periferia, que registaram as maiores subidas do ano, muito acima daquilo que seria expectável no final de 2011.

#### Antevisão de 2013

Para 2013, tudo indica que haja uma melhoria no cenário macroeconómico mundial, sendo que as estimativas apontam para um crescimento perto dos 3,5%. É expectável que a economia registre uma melhoria ao longo do ano depois de ter terminado 2012 em clara desaceleração. Os estímulos dos países emergentes em 2012 começarão a dar os seus frutos em 2013, sobretudo nos EUA e na China.

O mesmo já não se pode esperar para as economias do Sul da Europa, que claramente parecem não estar a reagir bem à austeridade a que foram submetidas. De uma forma geral, o desemprego tem vindo a aumentar para níveis socialmente perigosos, a dívida tem vindo a subir em termos absolutos e o PIB tem tido um crescimento negativo. A desvalorização interna ainda não permitiu um choque de competitividade suficiente para compensar a queda das outras rúbricas do PIB, sobretudo porque estes países têm como principal destino para as suas exportações a Europa, que não apresenta sinais de recuperação.

No caso de Portugal, teríamos que assistir a um crescimento nominal do PIB na ordem dos 4% e registar um saldo primário das contas públicas de, pelo menos, 3% para conseguirmos inverter a dinâmica de subida do rácio da dívida/PIB. Porém, nenhum destes dois factores parece próximo de atingir essa meta, sendo que o Governo Português estima um crescimento negativo de 2% para 2013 e de 0,6% em 2014.

O elevado nível de endividamento das economias desenvolvidas, a consequência da injeção massiva de liquidez por parte dos Bancos Centrais, o impacto dos cortes orçamentais no crescimento dos EUA, bem como a instabilidade política e a deterioração económica de algumas economias Europeias (Chipre, Grécia, Itália, etc.) continuarão a dominar a agenda de preocupações dos investidores em 2013.

O mais provável é assistirmos a uma estagnação económica na Europa nos próximos anos (com algumas reestruturações de dívida pública e de dívida privada), a um crescimento anémico nos EUA e uma guerra cambial silenciosa que procura garantir níveis de competitividade e crescimento que permitam reduzir o elevado nível de dívida.

Mesmo com todas as incertezas no plano macroeconómico, numa economia global a crescer 3,2% haverá certamente alternativas para bons investimentos, que permitam aumentar as poupanças dos nossos Clientes. Nesse contexto, é onde residem as melhores oportunidades de Investimento?

No que diz respeito aos investimentos de baixo risco, a convicção do Banco Carregosa é que as obrigações de qualidade (soberanas e de empresas com balanços sólidos) estão caras e são pouco interessantes pois a taxa de juro real é negativa. Pontualmente, existirão sempre oportunidades de investimento em obrigações do tipo *high yield*, mas neste caso a preferência irá para maturidades mais curtas.

As acções estarão mais atractivas por comparação com a classe obrigacionista, pois o retorno esperado é maior que a taxa sem risco acrescida do prémio de risco. No entanto, em termos históricos, as acções não estão baratas, sobretudo nos EUA onde os índices estão próximos dos seus níveis mais elevados. No caso do S&P, o retorno esperado a longo-prazo está próximo de 2,5%, ou seja, é inferior aos 9% que recomendamos ser o ponto de entrada mais interessante (valor em que a margem de segurança do investimento é óptima).

Na análise do Banco Carregosa, há algumas razões para estarmos mais optimistas quanto aos mercados de acções da Europa e do Japão, por razões diferentes: no caso das acções europeias porque a expectativa de retorno das acções anda próxima dos 6%, ou seja, é mais fácil encontrar activos interessantes; no caso do Japão, por razões relacionadas com a injeção de liquidez e depreciação do JPY, que o torna novamente um destino interessante para investimento em acções.

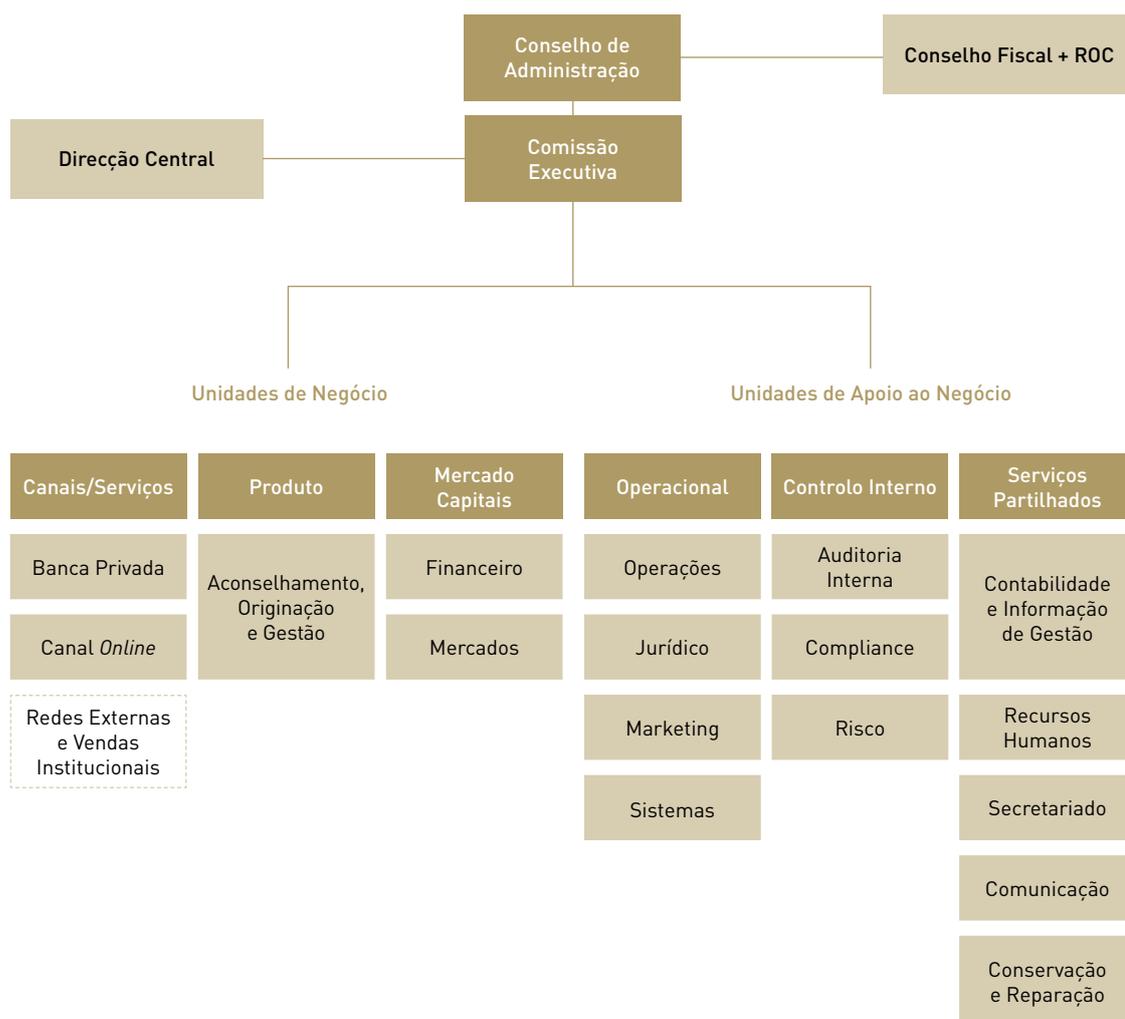
De qualquer forma, a compra deve ser sempre selectiva, centrada em empresas com *free cash flow* sustentável acima de 6%, com modelos de negócio com vantagens competitivas e elevada diversificação geográfica (a beneficiarem dos mais de 200 milhões de consumidores que actualmente estão a entrar na classe média a nível mundial).



## 2. ESTRUTURA INTERNA

Em Junho de 2012, foram apresentadas, pela Comissão Executiva, as novas linhas de acção do Banco Carregosa para o triénio 2012-2014. Definiu-se um novo Plano Estratégico, uma nova Organização e um Plano de Acção.

Pretende-se um banco especializado em soluções de poupança e de investimento assente numa forte componente de aconselhamento independente, bem como um serviço de banca privada, multicanal, com um serviço relacional para Clientes com património financeiro elevado que valorizam um atendimento personalizado e um serviço *online* para Clientes afluentes que pretendam manter um “segundo” banco para a aplicação das suas poupanças ou realização dos seus investimentos.



### 3. UNIDADES DE NEGÓCIO

#### Canal Relacional

A área de Banca Privada dedica-se ao acompanhamento de Clientes de elevado património, com o enfoque no serviço ao Cliente, procurando responder às suas necessidades nas vertentes financeira, de investimento, aconselhamento fiscal, imobiliária, etc..

2012 ficou marcado por boas oportunidades de investimento, tendo o Departamento de Banca Privada procurado detectar as mais adaptadas aos seus Clientes, sempre com a preocupação de obter a melhor rentabilidade, sem descurar o nível de risco de cada Cliente. A oferta ao Cliente foi alargada em termos de estratégias de investimento, foram criadas soluções de protecção de património adequadas às preocupações dos dias de hoje e a eficiência fiscal tornou-se uma preocupação constante.

Os recursos de Clientes da Banca Privada tiveram um aumento de 34% e os activos sob gestão subiram 58%, face a 2011, em resultado de um forte alargamento da base de Clientes e também do maior envolvimento da base existente.

A adaptação da Banca Privada à nova realidade do mundo tem sido uma constante, mantendo sempre os pilares que nos têm caracterizado ao longo do tempo.

#### Canal Online

Ao canal *online* cabe o papel de desenvolver, gerir e alargar a oferta do Banco Carregosa que é disponibilizada através das suas plataformas electrónicas (centradas na marca GoBulling) e, bem assim, de assegurar a gestão da relação com os Clientes, nas vertentes comercial, de aconselhamento e de apoio ao Cliente.

Em 2012, iniciou-se o processo de transformação da actual plataforma de negociação *online* de mercado de capitais para um canal tecnológico de oferta de produtos e serviços bancários, que, além da administração da conta à ordem (incluindo, por exemplo, a realização de transferências) permitirá a contratação *online* de diversos produtos de poupança e investimento e de serviços de negociação assentes em diferentes plataformas especializadas.

O novo sítio na internet, que incluirá igualmente a disponibilização de um serviço de *homebanking* aos Clientes do canal relacional, deverá ser lançado ainda no primeiro semestre de 2013.



### Mercados (Intermediação)

Em 2012 observou-se uma redução nos valores transaccionados na componente de acções, em parte compensada pelo incremento da actividade nos derivados, num ano que ficou marcado pelos seguintes factos:

1. Aumento das colocações de dívida corporativa por parte das empresas que compõem o PSI20 e outras cotadas, em mercado regulamentado, constituindo-se estas emissões obrigacionistas como interessantes alternativas de investimento às acções e aos depósitos bancários;
2. A dívida soberana portuguesa registou valorizações acumuladas (OT 3,6% Out.2014 = +36,83% e OT 3,35% Out.2015 = +39,44%), que foram aproveitadas pelos investidores e que constituíram uma forma de compensar o tímido desempenho do PSI20 face aos índices congéneres.

ÍNDICE	% JAN./DEZ. 2012	% VARIAÇÃO VOLUME
PSI20	2,9%	-27,2%
CAC40	15,2%	-20,6%
EuroStoxx50	13,8%	-22,8%
S&P500	13,4%	-19,5%
IBEX35	-4,7%	-24,2%
DAX30	29,1%	-20,8%

3. A introdução de um novo imposto nas transacções financeiras de acções na Euronext Paris condicionou os volumes a partir de Agosto de 2012 no CAC40, com aumento da incerteza sobre a aplicação/extensão de idêntico modelo fiscal a outros países;
4. O IBEX atravessou um período de consolidação com o sector bancário em Espanha a reduzir a sua capacidade, por impacto da exposição ao sector imobiliário e com implicações aos sectores de Concessões e Obras Públicas;
5. Os derivados (CFDs e contrato de Opções e Futuros) foram mais utilizados para arbitragem, cobertura e alavancagem, o que conduziu a maiores volumes de negociação nestes instrumentos (tabela abaixo);
6. Foram efectuados testes com outros formatos de negociação e de plataformas, face aos existentes no Banco Carregosa e no mercado, tendo sido obtidos adequados níveis de resiliência e de operacionalidade que nos permitem equacionar uma oferta mais generalizada;
7. O actual *front office* utilizado pelos *traders* (GoBulling NEXT) atingiu a maturidade de produto e serviço que nos permitiu estender o serviço a alguns perfis de Clientes;
8. A perspectiva de aumento da regulação no que se refere aos requisitos e deveres de informação de produtos financeiros complexos alterou a abordagem da componente comercial deste departamento, que teve impacto nos níveis de transacção para alguns segmentos de Clientes.

PRODUTO FINANCEIRO:	QUOTA DE MERCADO				
	2012	2011	2010	2009	2008
Acções - <i>Offline e Online</i>	2,4%	3,6%	2,6%	2,3%	2,1%
Acções - <i>Online</i>	9,9%	12,9%	10,7%	6,8%	7,8%
Mercado a Prazo - Ordens Recebidas <i>Online</i>	16,0%	15,0%	20,0%	23,0%	18,0%
Futuros	23,2%	7,5%	30,9%	23,6%	16,9%
Opções	95,8%	82,7%	n/d	n/d	n/d

Fonte: CMVM – Quotas de mercado.

PRODUTO FINANCEIRO:	% VARIAÇÃO									
	2012	Sector	2011	Sector	2010	Sector	2009	Sector	2008	Sector
Acções - <i>Offline e Online</i>	-44,0%	-16,2%	-8,0%	-34,4%	43,0%	26,8%	-18,0%	-26,8%	-9,0%	-35,4%
Acções - <i>Online</i>	-49,0%	-33,5%	-10,0%	-25,2%	54,0%	-2,9%	-8,0%	5,8%	215,0%	-32,2%
Mercado a Prazo - Ordens Recebidas <i>Online</i>	0,0%	-7,8%	-39,0%	-17,4%	11,0%	31,1%	54,0%	39,4%	-4,0%	87,6%
Futuros	17,0%	-62,3%	-79,0%	-12,7%	115,0%	64,2%	-6,0%	-35,2%	-27,0%	21,9%
Opções	-26,0%	-64,0%	-64,0%	-59,6%	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

Fonte: CMVM – Quotas de mercado.

## Originação e Gestão de Activos

Na perspectiva do Departamento de Originação e Gestão, o balanço de 2012 foi bastante positivo.

Ao nível da Gestão, todas as estratégias geridas pelo Banco obtiveram não só desempenhos positivos, mas também melhores do que os resultados dos seus índices de referência. A estratégia de obrigações subiu 18,64% (o JPMorgan Credit Index subiu 11,22%), a estratégia de acções subiu 17,21% (o índice europeu subiu 13,37%) e estratégia alternativa subiu 9,44% (a Euribor 6M deu uma rentabilidade de 0,84%). A lista de fundos de terceiros seleccionada pela equipa de gestão também obteve, em média, resultados acima dos respectivos índices comparáveis.

Embora todas as Classes de Activos tenham encerrado o ano com retornos positivos, a verdade é que houve bastante volatilidade durante 2012. A política dos Bancos Centrais desempenhou novamente um papel importante na determinação do sentido dos mercados e provocou oscilações invulgares no mercado cambial. As políticas expansionistas adoptadas para contornar o problema do excesso de dívida criaram algum alarme em relação a determinadas moedas.

No que diz respeito à Originação, registou-se também uma melhoria significativa: estruturou-se um serviço de recomendação de ideias e emissão de produtos, com uma gestão activa dessas ideias e um acompanhamento regular com as



áreas comerciais. Em 2012, o Banco Carregosa levou a cabo algumas operações inéditas na sua actividade: foi Colocador de uma emissão de obrigações (Continente 7% 2015) e preparou-se a emissão de um produto estruturado de subscrição pública (que veio a comercializar-se já em 2013). Ainda existe um longo caminho para percorrer na área de Originação, estando a ser preparado o lançamento do primeiro depósito estruturado do Banco Carregosa.

Foi também estabelecida uma nova parceria com um Banco Luxemburguês para melhorar o leque de opções para os nossos Clientes que procuram a nossa gestão, mas com custódia externa.

O Banco teve um papel importante na estruturação do Fundo Imobiliário Retail Properties, ficando a desempenhar funções de depositário e simultaneamente foi o Banco Colocador na oferta pública de subscrição do Fundo.

No que diz respeito ao apoio às áreas comerciais, destaca-se a criação de um Comité de Oferta e Alocação de Activos, com periodicidade mensal, no qual informamos e formamos as diferentes áreas comerciais do Banco, dando nota das notícias mais relevantes, da evolução das estratégias e dos produtos emitidos, etc..

Para 2013, os objectivos passam por reforçar a visibilidade e o reconhecimento do valor dos gestores de activos do Banco Carregosa, não só ao nível interno, com melhorias no serviço às diferentes áreas comerciais. Esperamos também encontrar estruturas mais eficientes para acomodar as nossas estratégias actuais, seja ao nível da gestão, da comercialização e também ao nível da eficiência fiscal.

O ambiente macroeconómico do país, o problema de excesso de endividamento global e o crescimento anémico das economias desenvolvidas, estarão na ordem do dia e manter-se-ão condições propícias a mais um ano com volatilidade. Trabalharemos para conseguir aproveitar essa volatilidade em benefício dos nossos Clientes sempre com a preocupação fundamental de protecção do capital dos nossos Clientes.

## Direcção Financeira

Proseguindo uma estratégia de melhoria da oferta e conforto na movimentação das contas por parte dos seus Clientes, o Banco aderiu aos meios de pagamento (transferências a crédito SEPA). As transferências a crédito SEPA vieram permitir aos Clientes a movimentação directa das suas contas, evitando a intervenção de outras instituições financeiras na relação com o Banco.

Se a adesão aos sistemas de pagamento é uma ferramenta importante para os Clientes, não é menos para a melhoria da eficiência na gestão de tesouraria do Banco, ao concentrar no Banco Central Europeu a liquidez dispersa por outras instituições de crédito. Esta melhoria será cada vez mais notória no decurso do próximo ano.

A adesão do Banco ao sistema Target2 em 2011 foi a base que permitiu, em 2012, a adesão aos meios de pagamento e também o acesso aos financiamentos do Banco Central Europeu.

O Banco manteve uma política de investimentos que privilegiou os activos de maior liquidez com prazos de maturidade curtos. Investiu essencialmente em depósitos de curto prazo junto de outras instituições financeiras e em dívida pública portuguesa, na sua maioria, com maturidades até 2015. Utilizando fontes de financiamento estáveis como depósitos a prazo dos Clientes a 2 e 3 anos, e transformando os financiamentos de curto prazo junto do BCE em financiamentos a 3 anos, o Banco não só manteve durante o ano de 2012 uma posição muito confortável ao nível da liquidez permanente, como garantiu a mesma posição para os próximos 2 anos.

O Banco Carregosa detinha, no final de 2012, financiamentos junto do BCE de 90 milhões de Euros, equivalentes a 2011, com a diferença de 80 milhões de Euros respeitarem a financiamentos com vencimento superior a um ano, quando, em 2011, os mesmos eram de apenas 20 milhões de Euros. Por outro lado, os recursos de Clientes e outros empréstimos apresentaram um crescimento de 54% para os 77,8 milhões de Euros.

O contributo dos resultados da gestão da carteira de activos do Banco para os resultados foi, no ano que terminou, excepcional. A obtenção de fontes de financiamento estáveis e com custo baixo, por um lado, e a recuperação da dívida pública

portuguesa, por outro, foram o segredo para o êxito alcançado. No último trimestre do ano, mantendo uma política cautelosa de gestão da carteira, o Banco efectuou operações de cobertura, diminuindo o impacto na conta de resultados de uma eventual variação negativa do preço desses mesmos activos.

## 4. ÁREAS DE APOIO

### Marketing

O ano de 2012 destaca-se pelo reconhecimento que o Banco Carregosa teve no mercado por prestigiadas entidades de renome nacional e internacional. O Banco Carregosa foi distinguido como o "Melhor banco em banca privada em Portugal em 2012", pelo magazine britânico World Finance e como o "Médio ou Pequeno Banco que mais cresceu em 2012" pela revista Exame, em associação com a Deloitte. Igualmente em 2012, a Presidente do Conselho de Administração do Banco Carregosa, Maria Cândida Rocha e Silva, foi nomeada "Mulher de Negócios do Ano 2012" pela revista Máxima e pelo Jornal de Negócios.

2012 caracteriza-se igualmente, e uma vez mais, por ser um ano de elevado reconhecimento das acções de marketing do Banco Carregosa. Após um período de vários anos de investimentos em comunicação, estrategicamente assentes nos factores diferenciais dos modelos de negócio apresentados pelo Banco Carregosa, podemos afirmar que as marcas do grupo estão cada vez melhor posicionadas e mais consolidadas no mercado, atingindo mesmo, consideráveis níveis de notoriedade espontânea junto dos respectivos segmentos de mercado a que se dirigem.

A nível institucional, o Banco Carregosa apoiou várias acções de responsabilidade social dos quais se destacam: Projectos de Responsabilidade Social para a edição do livro "Pequenos Contos, Grandes Vidas" organizado pelo movimento "Mais proximidade, Melhor vida" inserido no Centro Social Paroquial de São Nicolau, Lisboa e apoio ao Fórum "Felicidade no contexto humanístico – Perspectivas científica, cultural, social, económica e ética", organizado pela Universidade do Porto, Universität Bayreuth e pela Fundação Eng.º António de Almeida; Projectos de Responsabilidade

Cultural como mecenas do ciclo de concertos “Com prelúdio - Noites no Salão Árabe 2012, Palácio da Bolsa no Porto” e apoio à Associação Cultural e de Estudos Regionais para a investigação e inventariação de estuques decorativos onde o estudo teve em consideração as instalações originárias da Casa Câmbios L. J. Carregosa na Rua das Flores, Porto, e da actual sede social do Banco Carregosa na Av. da Boavista, Porto; Projectos de Responsabilidade Educacional no âmbito da Literacia Financeira em Portugal, através do apoio, entre outros, aos passatempos “Jogo da Bolsa” e “FEP Trading CUP”, organizados respectivamente com o Jornal de Negócios e com o FEP Finance Club da Faculdade de Economia do Porto.

Em 2012 optou-se novamente, para a marca Banco Carregosa, por manter uma presença discreta em termos publicitários. Foram realizados investimentos pontuais através de uma campanha de imprensa em jornais e revistas com elevada afinidade ao *target* do segmento de *private banking*. Foram igualmente realizados vários eventos, *workshops* e seminários como principais ferramentas de marketing relacional direccionados à formação, esclarecimento, satisfação e fidelização dos Clientes do Banco. Finalmente, foram ainda apoiados, sob a forma de patrocínio, vários eventos sociais, desportivos e projectos culturais.

Quanto à GoBulling, marca do Banco Carregosa especializada para o segmento *online*, 2012 foi um ano especial já que a insígnia celebrou o seu 5º aniversário. Fazendo uma retrospectiva desde o momento da sua criação, poder-se-á afirmar que os resultados, entretanto obtidos, foram altamente satisfatórios face aos objectivos delineados em 2007.

A GoBulling, mesmo considerando a conjuntura dos mercados financeiros nacionais e internacionais dos últimos anos, conseguiu diferenciar-se, posicionar-se e obter um reconhecimento de prestígio por parte dos investidores. Actualmente, a GoBulling é uma das principais marcas no mercado de capitais português, sendo a sua relevância comprovada por vários indicadores de actividade, nomeadamente através de quotas de mercado importantes, conforme estatísticas da CMVM. Destacamos o volume de transacções em Acções, principalmente através do canal *online* e o valor de ordens recebidas de produtos derivados, tais como, CFDs e Opções, ambos em número e em volume de contratos.

A GoBulling foi novamente considerada como “escolha acertada” pela prestigiada publicação independente “DECO - Proteste Investe” onde, no estudo realizado em Maio de 2012, a fonte refere que a GoBulling, para todos os cinco perfis de investidores analisados, apresenta os preços mais competitivos. O mesmo estudo reforça esta vantagem competitiva já que refere que os subscritores da Proteste Investe e os associados da DECO beneficiam de um desconto adicional face aos restantes investidores, no âmbito do protocolo celebrado com a GoBulling - Banco Carregosa.

Também em 2012, a GoBulling, continuou a alargar a sua oferta de produtos e serviços bancários dos quais se destacam a Operação Pública de Subscrição de Obrigações “Continente”, o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Pública “Retail Properties” e a introdução à negociação *online* das Opções Binárias. As plataformas GoBulling Pro, Pro Web e Pro Mobile, em parceria com o Saxo Bank, obtiveram vários prémios internacionais dos quais se destacam os da Fx-Week e da World Finance.

O Banco Carregosa reforçou os investimentos publicitários através de uma presença mais significativa junto dos *targets* de Clientes da marca GoBulling, com enfoque especial em acções de comunicação em suportes e formatos digitais. Para além dos meios de comunicação social normalmente utilizados, no ano de 2012, a GoBulling continuou a aumentar o seu espectro comunicacional a outros meios digitais de informação generalista, nomeadamente através da rede de *display* Google.

Apesar da considerável penetração das marcas do mercado nas redes sociais, particularmente com objectivos promocionais e publicitários, optou-se, para ambas as marcas do grupo, por manter um posicionamento mais institucional por forma a prestar aos fãs e seguidores do Banco, informações permanentes e relevantes sobre os mercados, sobre notícias de actualidade económica e financeira e sobre as actividades principais do Banco Carregosa e da GoBulling.

Relativamente aos investimentos em suportes tradicionais *above the line*, tais como imprensa e revistas, a GoBulling realizou campanhas publicitárias assentes nas mais-valias e nos factores diferenciais da marca em termos da qualidade do serviço, da oferta de produtos e serviços financeiros e



do preçário altamente competitivo. Estas campanhas foram apresentadas em vários meios de comunicação social especializados em economia e mercados financeiros.

Tal como no segmento de mercado da Banca Privada, também foram realizados para os Clientes da marca GoBulling várias acções de formação e actualização de conhecimentos sobre as plataformas de negociação, produtos e mercados financeiros e sobre análises técnicas e fundamentais.

Complementarmente à vertente formativa dada através dos *workshops*, a GoBulling em 2012 teve uma preocupação adicional em disponibilizar aos seus Clientes informações e estudos importantes para a ajuda nas tomadas de decisão. Para tal, foram desenvolvidos mais *reports* diários sobre análises técnicas de Acções, Índices, Futuros, Mercadorias e Forex, desenvolvidos pela conceituada consultora internacional "Day by Day".

A GoBulling marcou novamente presença no "Fórum de Bolsa do Porto" organizado pela NYSE Euronext Lisbon, e foi uma vez mais considerada, através das várias acções de dinamização, formação e promoção do *stand*, como um dos principais *players* do evento.

Os protocolos GoBulling continuam a gerar resultados excelentes em termos da fidelização e captação de Clientes para o segmento corretagem *online*. Destacamos uma vez mais os acordos com a DECO, com os CTT e com a Ordem dos Economistas.

Relativamente a outras acções de marketing direccionadas especificamente ao público-alvo da GoBulling, foram apoiados vários projectos de patrocínios de várias actividades desportivas como a Vela, o Voleibol e o Automobilismo: 4x4; Karting; Velocidade.

Por último, o passatempo "Jogo de Bolsa" foi novamente reconhecido pela bolsa portuguesa tendo sido nomeado para o prémio "Best Capital Market Promotion Event", inserido na segunda edição dos NYSE Euronext Lisbon Awards 2012.



## Imagem Institucional

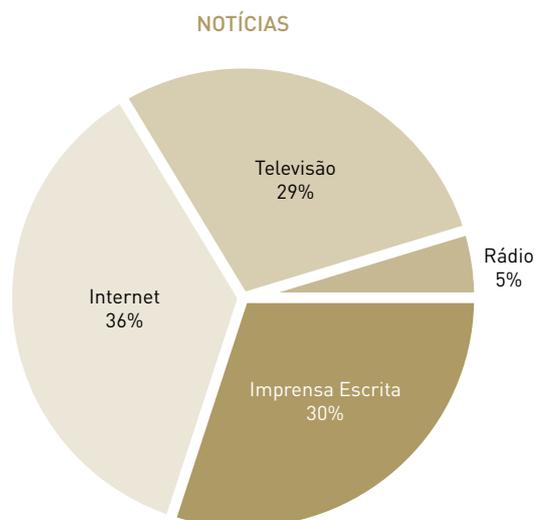
A divulgação da actividade do Banco Carregosa e a promoção da instituição junto de um público mais vasto valorizam o papel que os Media desempenham na transmissão de informação e disseminação da imagem institucional.

O Departamento de Comunicação tem como objectivo contribuir para o reconhecimento das suas marcas e compreensão, pelos vários segmentos do público, do perfil da instituição e a correcta assimilação do conceito, actividade e história da casa Carregosa.

### Presença nos meios Nacionais de Comunicação Social<sup>1</sup>

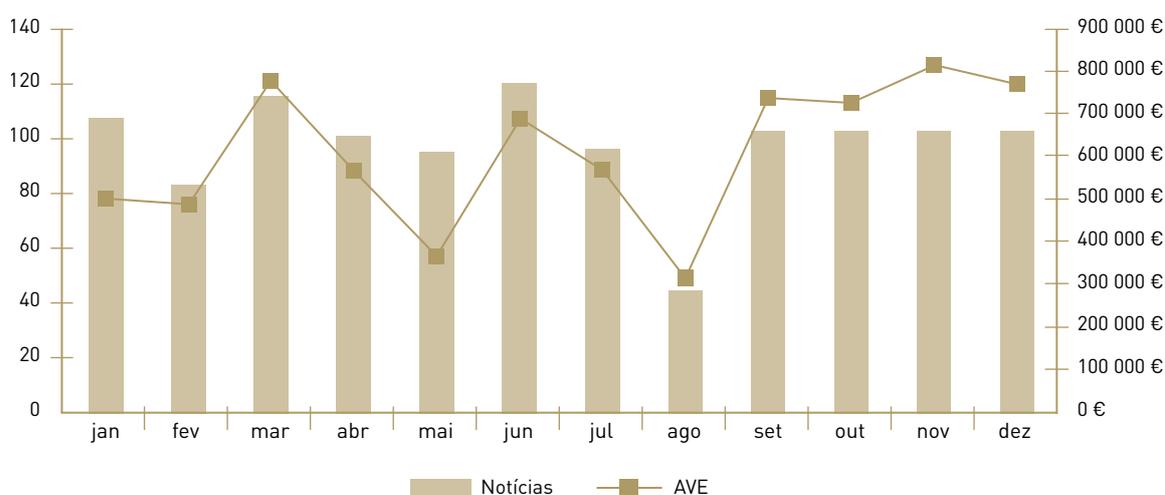
Em 2012, a visibilidade mediática no perímetro da comunicação social nacional traduziu-se em 1.171 notícias, publicadas por 68 órgãos nacionais de Comunicação Social, distribuídas da seguinte forma:

- 353 notícias de imprensa escrita, 427 notícias publicadas em meios de comunicação social *online*;
- 335 notícias emitidas por canais de televisão e 56 notícias difundidas na rádio.

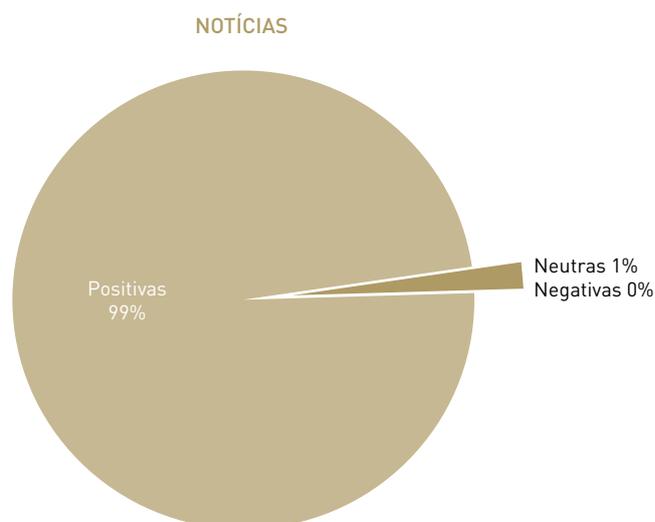


<sup>1</sup> Todos os dados e gráficos deste capítulo têm como fonte a Manchete S.A., uma entidade externa independente, que monitoriza e avalia a imagem externa do Banco Carregosa.

Aplicando o critério AVE (*advertising value equivalent*<sup>2</sup>), o espaço mediático ocupado pelo Banco Carregosa e pela GoBulling foi avaliado num valor próximo dos 7.314 milhões de euros.



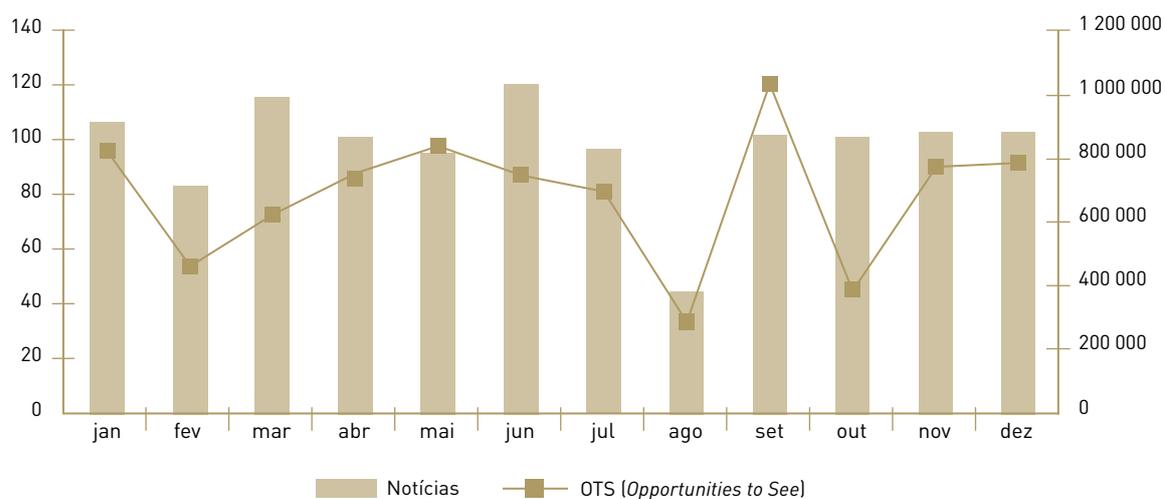
O número de notícias positivas ou neutras representa a totalidade das notícias no período em análise, não tendo sido registadas, no período, notícias classificadas como negativas.



<sup>2</sup> AVE (*Advertising Value Equivalent*): O AVE corresponde ao espaço equivalente ocupado em publicidade redigida, a preço de tabela. A Manchete calcula o AVE contabilizando o espaço e a relevância que a marca ocupa na notícia, cruzando-o com o valor do espaço publicitário da publicação. O AVE das notícias *online* é contabilizado através da dimensão da notícia e a relevância que a marca ocupa na notícia. É considerado o formato padrão de uma página de internet, e através desse padrão, encontra-se um valor base inicial do espaço ocupado pela notícia. Cruzando esse espaço com o número de utilizadores do site e com o preço publicitário definido por cada site obtém-se o AVE.

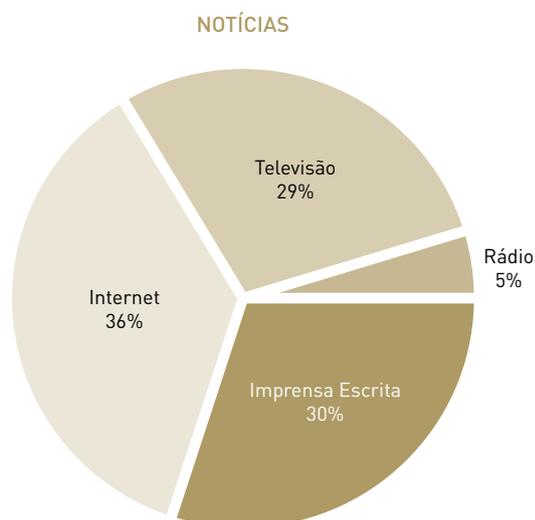
#### IV. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

Quanto às oportunidades de contacto, o Banco Carregosa chegou a 8.251.015 pessoas.

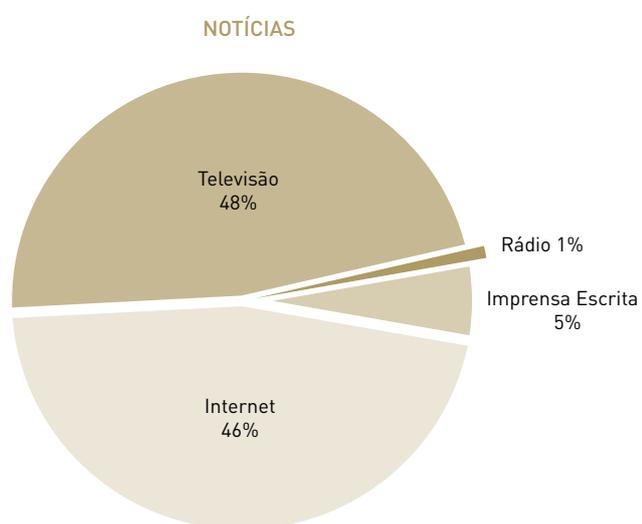


A distribuição das notícias foi relativamente equilibrada, quer por tipo de meios (Televisão, Rádio, Imprensa escrita e Internet) quer por tipo de órgão de comunicação (generalista ou especializada).

Relativamente ao tipo de meio, 30% das notícias relativas ao Banco Carregosa e/ou GoBulling foram publicadas em meios de imprensa escrita nacional, 36% em meios *online* e 34% em meios audiovisuais (29% na Televisão e 5% na Rádio).

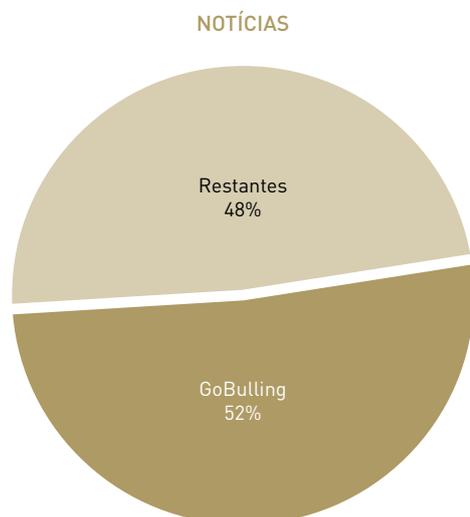


A maior contribuição para o valor de mercado das notícias, segundo a metodologia AVE, vem da televisão que contribuiu com 48% para o total de 7.315 milhões de euros. A Internet representou 46% desse montante, a Imprensa Escrita 5% e a Rádio 1%.



Os órgãos especializados em economia foram os que mais notícias publicaram (57%), com os órgãos generalistas a difundirem 43% do total de notícias.

Também a distribuição entre marcas foi bastante equitativa: o Banco Carregosa foi responsável por 48% do total das notícias publicadas tendo sido a GoBulling a protagonista de 52% do número total (1.171).



## IV. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

### Comparação homóloga

Se em 2012, o número de notícias decresceu ligeiramente face a 2011 (ano em que foram publicadas 1.381 notícias com referência ao Banco Carregosa e/ou GoBulling), o valor medido em AVE aumentou de 5.345 milhões de euros em 2011 para 7.314 milhões de euros em 2012.



### Presença em meios Internacionais de Comunicação Social

Não existindo uma monitorização das notícias relativas ao Banco Carregosa/GoBulling publicadas por órgãos estrangeiros de comunicação social, os dados de que dispomos resultam apenas da recolha feita internamente, na maioria dos casos com recurso à pesquisa via internet. Uma vez que muitas das informações, declarações ou entrevistas foram prestadas a jornalistas de Agências de Informação estrangeiras, como a Reuters, Bloomberg, Associated Press, France Press, Agência EFE, entre outras, o seu efeito multiplicador foi bastante considerável.

Contudo, foi possível detectar a publicação de notícias com análises, comentários ou entrevistas de especialistas do Banco Carregosa/GoBulling nos seguintes meios:

- Financial Times
- Business Week
- CNBC
- Capital Aberto
- Chicago Tribune
- Euronews
- Fox 8
- Kuwait Times
- Miami Herald
- New York Times
- Oman Observer
- Vancouver Sun
- Veja
- MSN

## Redes Sociais

Tanto o Banco Carregosa como a GoBulling marcam presença numa das mais populares redes sociais do mundo – o Facebook. As páginas respectivas são utilizadas como uma plataforma complementar de divulgação de informação, a um ritmo diário ou semanal, consoante o caudal noticioso disponível.

## Departamento de Operações

O Departamento manteve em 2012 um elevado volume de transacções processadas, num ambiente de crescente exigência operacional imposto quer pelo mercado, quer pela abertura a novos negócios, em concordância com a legislação divulgada e um nível adequado de reporte para as entidades reguladoras e fiscais.

Foram implantados e reajustados diversos desenvolvimentos informáticos que permitiram, num processo contínuo, a melhoria dos procedimentos e do controlo interno. Autonomizou-se, por integração neste Departamento, a gestão do crédito, dos recursos a prazo e transferências financeiras, por segregação funcional com o Departamento Financeiro. A adesão aos meios de pagamento, na vertente das transferências a crédito, concretizada no último trimestre de 2012, determinou um novo posicionamento no mercado e na relação directa com os nossos parceiros de referência e Clientes.

Mantiveram-se os níveis de qualidade e segurança e verificou-se um aumento da eficiência de processamento e diminuição do risco operacional.

Foram iniciados os trabalhos de reorganização operativa tendo como objectivo primeiro a gestão adequada dos recursos disponíveis, a monitorização dos constrangimentos permanentes ou pontuais, a identificação dos requisitos para o desenvolvimento, a documentação dos processos e o suporte ao alargamento das parcerias tradicionais e plataformas de apoio ao negócio, por forma a atingir níveis mais elevados de eficiência em toda a máquina operacional do Banco, desde o *front office* às áreas de processamento, controlo e contabilização, com o esperado impacto ao nível da automatização e consequente redução dos custos operacionais.



Em 2013, o Departamento de Operações vai manter uma atenção permanente dirigida à concretização plena deste projecto, e na procura das melhores soluções e práticas que assegurem e acrescentem valor na sua relação com os Clientes, sejam eles internos ou externos.

## 5. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Em 2012 foi solidificada a estratégia definida no ano anterior, ao consolidar num agrupamento único funções que, embora com a sua autonomia intrínseca, corporizam na sua intervenção diária, as funções de controlo interno. Este sistema é suportado por três áreas funcionais: Função de *Compliance*, Função de Gestão de Riscos e Função de Auditoria Interna.

Estas três unidades, desenvolvem as suas actividades com um objectivo centrado na sustentabilidade dos processos, políticas e procedimentos, reforçando a auto-regulação e a prevenção em matérias de supervisão, nomeadamente no que respeita ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como na garantia do cumprimento das obrigações legais e de *reporting* a que o Banco se obriga.

Como reforço desta preocupação permanente, o controlo interno teve uma intervenção actuante na série de *workshops* internos que o Banco Carregosa promoveu em 2012 para os seus colaboradores, quer no âmbito dos Fundos Próprios quer no combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

### Risco

O Departamento de Risco encontra-se na dependência directa da Comissão Executiva e é responsável por fornecer informação quantitativa e qualitativa sobre o Risco.

Neste sentido, emite um relatório diário com informação de curto prazo, sobre os activos e passivos operacionais do Banco, mensurando os vários tipos de risco: crédito, mercado, taxa de juro, liquidez, cambial e de concentração.

Com a periodicidade recomendada, o Departamento elabora relatórios de controlo da actividade de Gestão de Carteiras individualizada, reportando violações às normas internas ou legais, dificuldades técnicas dos Departamentos e outros dados relevantes. Emite igualmente um relatório de risco operacional, com os principais eventos, com uma avaliação do processo de gestão de garantias e com a certificação das comissões recebidas na actividade desenvolvida na plataforma GoBulling Pro.

Sempre que aconselhável, são concretizados testes de esforço para posterior reporte à Comissão Executiva. Em



2011, o Departamento iniciou estes exercícios através de um modelo prospectivo e dinâmico.

Não obstante os relatórios periódicos, o Departamento elabora relatórios esporádicos de análise a situações de risco.

Desde 2011 o Departamento ficou com a responsabilidade de elaborar os Relatórios para Entidades de Supervisão sobre o Risco, como o cálculo do Rácio de Solvabilidade.

Em 2012 o Departamento de Risco desenvolveu a sua actividade em duas vertentes. Por uma, continuou a consolidação das rotinas, numa perspectiva de melhoria contínua. Por outra, colaborou em projectos de desenvolvimento da estrutura do Banco. Destaca-se, neste âmbito, a integração do Argus, aplicação informática de detecção automática de operações suspeitas de estarem relacionadas com o branqueamento de capitais/financiamento ao terrorismo.

## Compliance

A área de Compliance actua como garante do cumprimento dos deveres e obrigações a que o Banco, como intermediário financeiro, se encontra sujeito, nomeadamente no controlo efectivo do envio atempado de reportes às autoridades de supervisão e regulação, quer na vertente de acompanhamento, quer na vertente de divulgação de novas obrigações entretanto divulgadas. Para esse efeito, garante um acompanhamento regular dos normativos legais e regulamentares publicados com a divulgação e colaboração na implementação de medidas e procedimentos a adoptar.

Inclui-se, no âmbito de actuação do Departamento, a colaboração activa no processo de controlo de operações suspeitas de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, sendo sua atribuição a comunicação às autoridades competentes de suspeitas da prática desses crimes.

Nesse sentido, o Departamento acompanha a execução dos diferentes deveres do Banco, prestando um apoio contínuo aos diferentes colaboradores envolvidos na sua execução e actualizando, em permanência, a informação sobre os normativos aplicáveis.

Em cumprimento do estipulado legal e regulamentarmente, no ano de 2012, foi dedicada particular atenção à formação dos colaboradores relevantes, quer ministrada por colaboradores dos Departamentos de Risco e de Compliance, quer por recurso a formação externa.

Foi ainda adoptado um programa de monitorização de operações que, atendendo a regras previamente definidas, alerta para situações potencialmente suspeitas, permitindo ainda a criação de outros processos, quando, de acordo com critérios de diligência profissional, as operações sejam igualmente consideradas potencialmente suspeitas.

Nesse mesmo programa, é possível proceder aos registos legalmente exigíveis do exame realizado, bem como à sua conservação.

O processo de análise e tratamento de reclamações encontra-se sob a responsabilidade deste Departamento. Aqui, a informação necessária à análise destas é recolhida e tratada por

elementos independentes da área de negócios a que respeita a reclamação, com reporte directo à Comissão Executiva, sendo o Departamento igualmente responsável pelo seu seguimento e arquivo, com garantia da sua rastreabilidade futura.

Sempre que tal se mostre relevante, o Compliance colabora com os restantes Departamentos na prestação de informação diversa às autoridades de supervisão.





### Auditoria

A Auditoria Interna do Banco Carregosa é um órgão de apoio com reporte directo ao Presidente da Comissão Executiva.

A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, sugestões e informações, relativas às actividades examinadas, incluindo a promoção do controlo eficaz a custo razoável. A auditoria revela as fraquezas, determina as causas, avalia as consequências e encontra uma solução de modo a convencer os responsáveis a agir.

Para a execução do seu programa de intervenção anual, estabelece um conjunto de objectivos precisos ajustados às exigências da Instituição e à necessidade permanente de manter e acrescentar valor à sua actividade corrente, ao suporte operativo e ao desenvolvimento continuado assente nas plataformas tecnológicas de apoio ao negócio.

A metodologia utilizada segue os padrões internacionais tendo a Auditoria como competências:

- Apoiar, orientar, acompanhar e avaliar os actos de gestão administrativa, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal, objectivando a sua eficiência, e equidade, assim como a aderência aos regulamentos internos aprovados;
- Acompanhar a implementação das recomendações e determinações de medidas saneadoras apontadas pela unidade de Auditoria;

- Estabelecer e monitorizar planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objectivando uma maior eficiência e eficácia dos controlos internos, colaborando para a redução das possibilidades de fraudes e erros e eliminação de actividades que não agregam valor para a Instituição;
- Elaborar o Plano Anual de Actividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual de Actividades da Auditoria Interna;
- Promover diligências e elaborar relatórios por determinação da Comissão Executiva;
- Assessorar a Comissão Executiva ou Entidades delegadas (Revisor Oficial de Contas, Conselho Fiscal e Auditorias Externas), nos assuntos de sua competência;
- Elaborar inquéritos disciplinares;
- Outras que a Comissão Executiva, a seu tempo, determine.

Relativamente ao cumprimento do Plano de Auditoria Interna para 2012, foram recentradas e focalizadas as intervenções programadas no âmbito das implementações em curso, decorrente da reestruturação orgânica realizada no segundo semestre de 2012 e dos projectos entretanto concluídos.

## 6. RECURSOS HUMANOS

Se 2011 foi um ano de aposta numa maior eficiência na gestão dos recursos disponíveis, particularmente, dos recursos humanos, em 2012, as prioridades de toda a organização foram as estratégias de desenvolvimento do potencial humano de modo a garantir a evolução contínua e sustentada da organização.

Em Dezembro de 2012, o Banco Carregosa apresentava um quadro de pessoal com 68 colaboradores, mantendo-se assim o número de colaboradores relativamente ao período homólogo.

Evolução Quadro de Pessoal

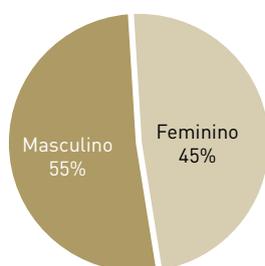
LOCALIZAÇÃO	DEZEMBRO 2011	DEZEMBRO 2012
Sede	51	51
Lisboa	15	15
Espanha (escritório de representação)	2	2
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>68</b>

O quadro de pessoal do Banco Carregosa dispõe de colaboradores com elevado potencial, competências adequadas às suas funções, experiência no sector bancário e qualificações acima da média (87,9% dos colaboradores possui formação superior).

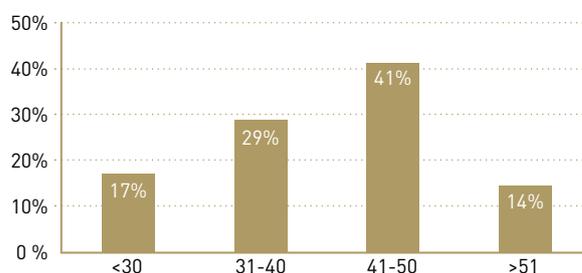
Relativamente à distribuição dos colaboradores por género, manteve-se a tendência de equilíbrio. A percentagem de colaboradoras do sexo feminino manteve-se nos 45%, apresentando, no final de 2012, um rácio Homem/Mulher de 1,2.

Quanto à idade média dos colaboradores, esta aumentou ligeiramente de 40 para 41 anos, mantendo-se, ainda assim, uma proporção harmonizada de gerações.

Distribuição por Género



Distribuição por Faixa Etária



O Banco Carregosa aposta no estabelecimento de relações duradouras, mantendo-se em 2012 o peso dos colaboradores com vínculo permanente, representando agora um total de 88%. A antiguidade média de 5 anos é também um bom indicador desta tendência.

O Departamento de Recursos Humanos desenvolveu, em 2012, a sua actividade através de um plano objectivo que ultrapassou o simples processo salarial. Neste se incluiu o reforço de competências na vertente do plano de formação, a adopção do cartão refeição, o manual de acolhimento e actividades de *teambuilding*, estando lançadas as bases para a avaliação de desempenho de carácter periódico e permanente e a reformulação do Portal do Colaborador.



# V

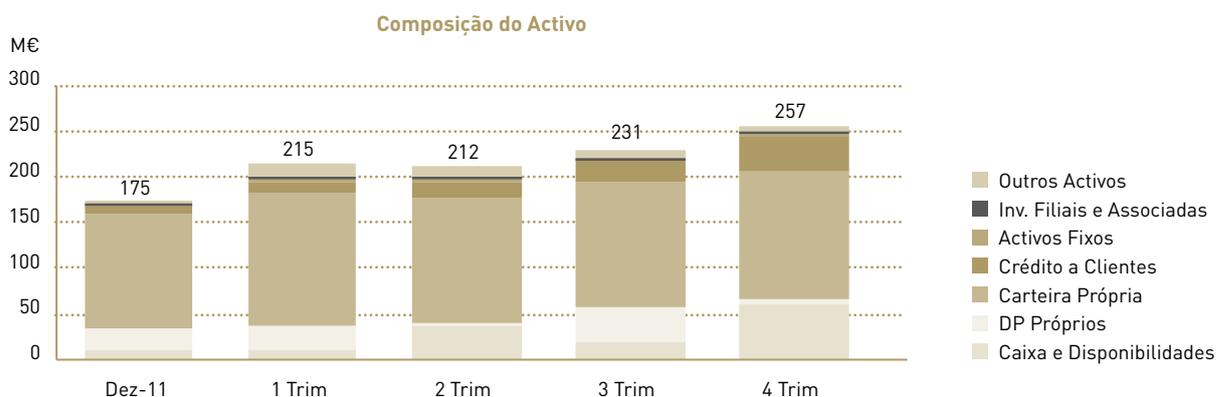
## ANÁLISE ÀS CONTAS DE 2012

### Contas Individuais:

No ano de 2012, o Banco obteve resultados líquidos positivos de € 9 463 904 o que, comparado com 2011 (€ 710 456), representa um crescimento superior a 12 vezes. O crescimento dos resultados assenta sobretudo na gestão criteriosa da carteira própria e do desempenho extraordinário das obrigações do tesouro português e do aumento da carteira de títulos, ambas suportadas, em grande parte, por financiamentos obtidos junto do BCE e por recursos de Clientes.

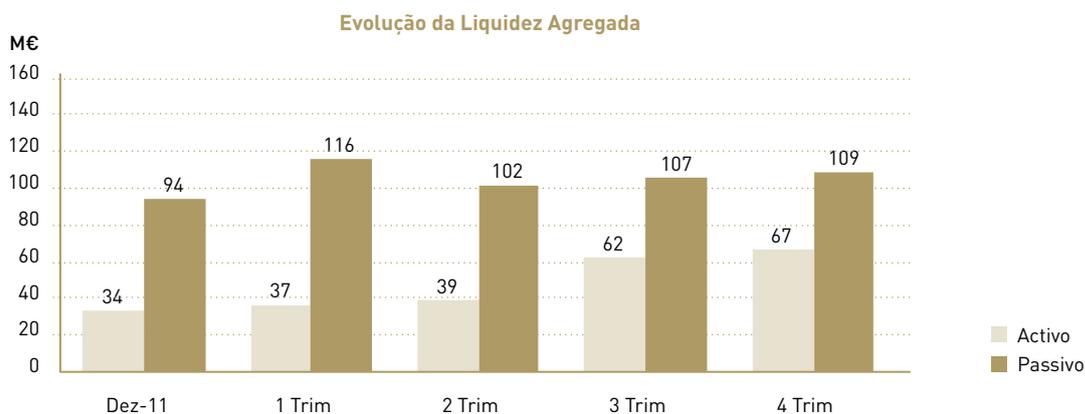
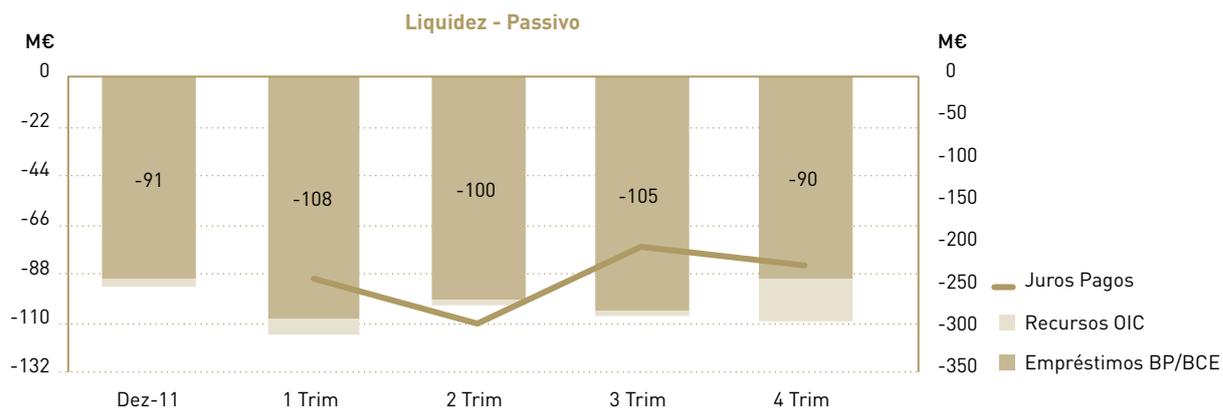
A margem financeira apresentou um crescimento de 261% para os € 9 341 313. Mais modesta foi a evolução dos proveitos com comissões líquidas que apresentam uma regressão de 19,5%, situando-se nos € 3 045 263, em resultado da retracção dos Clientes face às condições adversas do mercado.

O activo do Banco ascendeu a 257 milhões de euros, aplicados em instrumentos de alta liquidez, títulos e depósitos junto do Banco Central e outras instituições de crédito, o que permite encarar o futuro sem problemas.

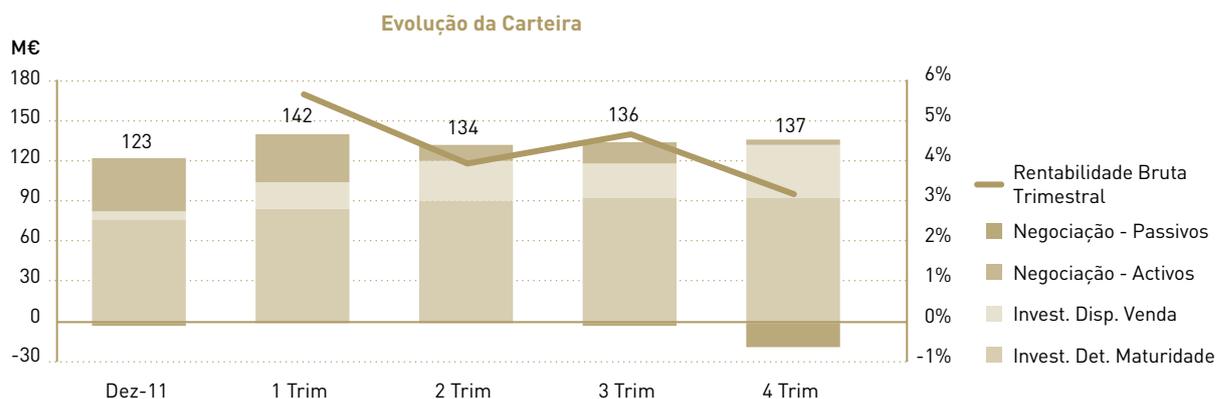


O financiamento do activo está a ser assegurado pelo recurso a fontes de financiamento estáveis (financiamento com prazo igual ou superior a 2 anos e capitais próprios que, no seu conjunto, representam 44,5% do activo).





As três carteiras de títulos do Banco (investimentos, negociação e detidos até à maturidade), representam, por si só, 53% do activo líquido que compara com os 71,3% de 2011. Em valores agregados e absolutos, cada um dos anos, situou-se em 138 e 123 milhões de euros, respectivamente (excluindo os passivos de negociação).

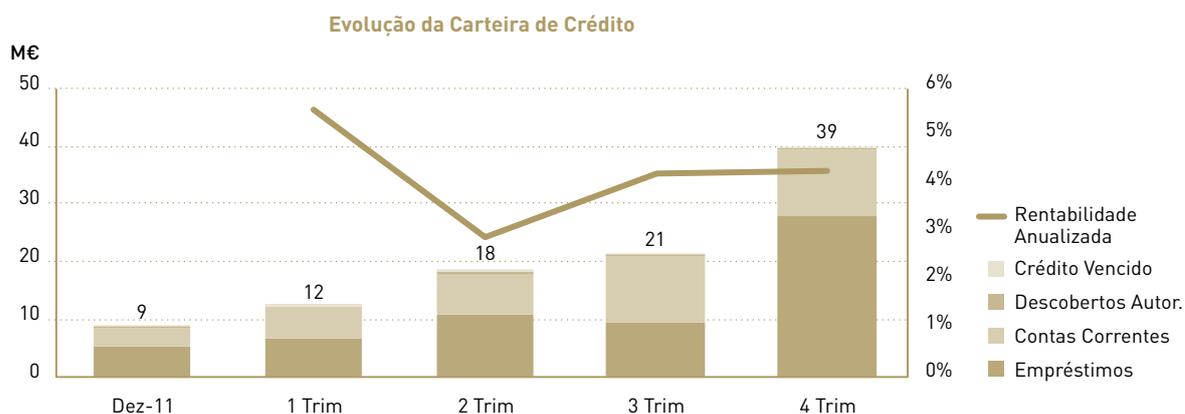




A carteira de crédito teve, em 2012, um crescimento exponencial (+ 359% relativamente a 2011), em contraciclo com a prática do mercado, em parte devida à procura e diversificação dos produtos de crédito. Esta carteira, de características próprias e finalidades específicas, é composta essencialmente por contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial. Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes. As garantias imobiliárias são objecto de reavaliação periódica, por técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que reflectem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários,

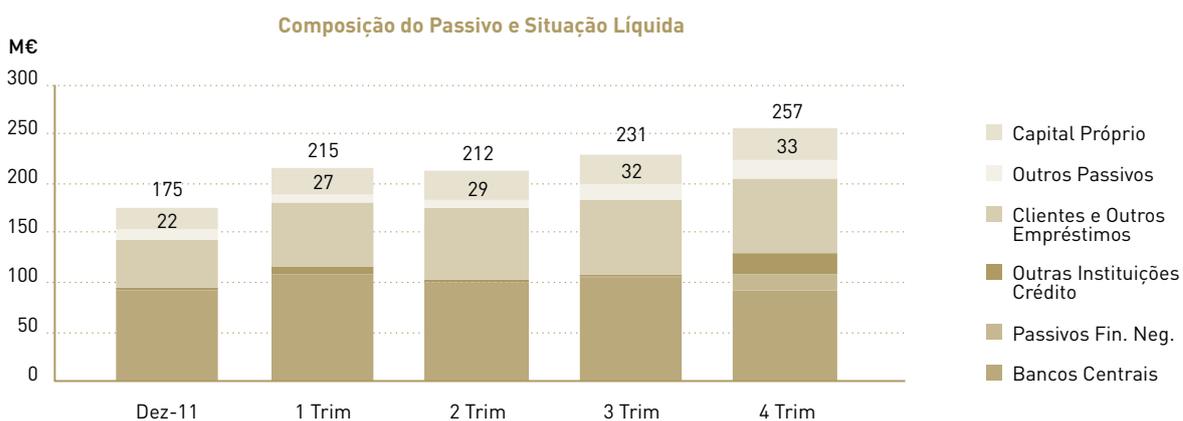
natureza dos imóveis, potencial de utilização e de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras.

As novas operações de crédito foram, essencialmente, concedidas a Clientes com um perfil de risco reduzido. Em resultado desta política, o Banco não apresenta valores significativos na sua carteira de crédito vencido, representando, em 2012, € 78 500 de provisionamento. As provisões para Riscos Gerais de Crédito, em resultado da evolução do crédito normal, sofreu um crescimento de 123% situando-se em € 236 611 no final de 2012.

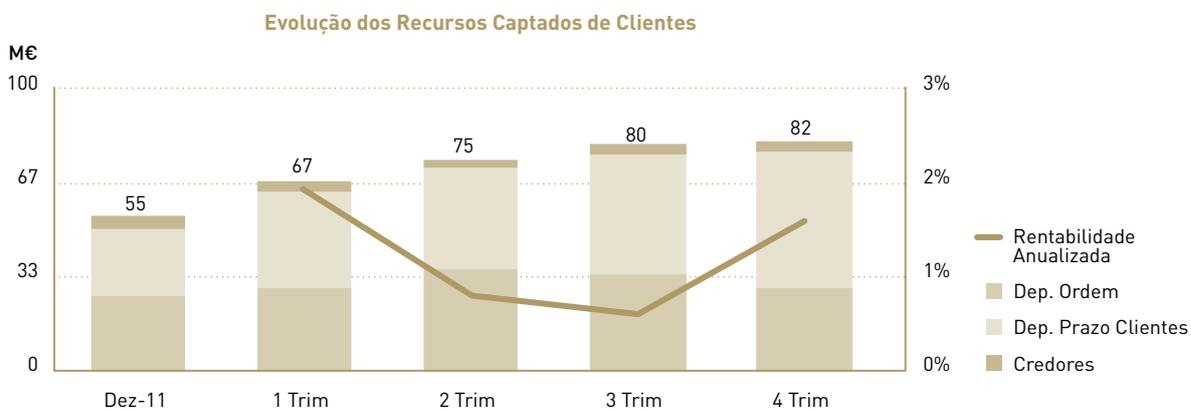


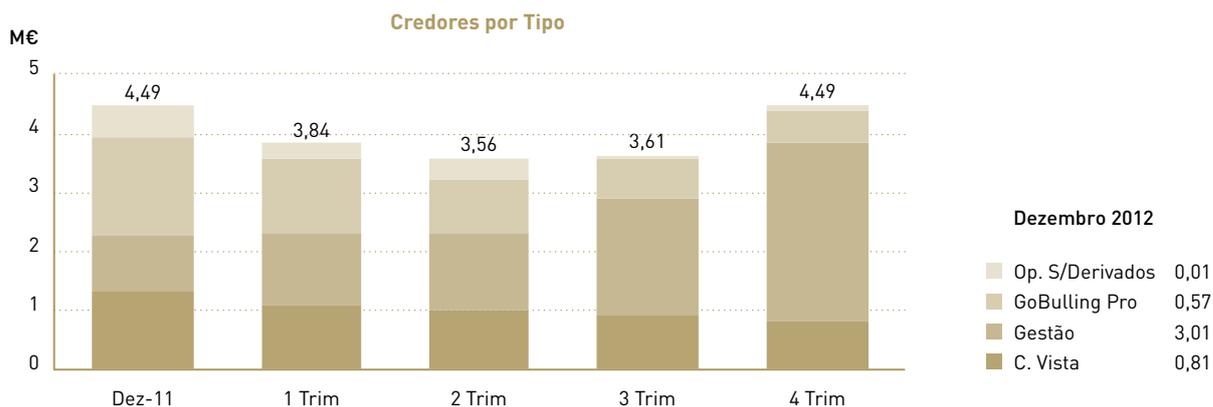
O passivo apresenta um crescimento de 46%, que compara o valor de € 153 320 081 de 2011 com € 238 872 361 de 2012, sendo de assinalar o crescimento dos activos financeiros detidos para negociação (+278%). Os recursos de outras instituições de crédito (+497%), os recursos de Clientes e outros empréstimos (+54%) e o passivo por impostos correntes (+1 344%).

Na vertente da Situação Líquida, os capitais próprios evidenciaram uma evolução positiva de mais 10,6 milhões de euros, em função directa da política de incorporação integral dos resultados líquidos do exercício anterior, da reavaliação da sua carteira de investimentos e da significativa expressão do Resultado do próprio exercício que possibilitou o aumento do nível de rentabilidade do activo.



De assinalar, o significativo crescimento de 54% no volume de recursos de Clientes face ao ano anterior. Esta evolução reflecte não só ao incremento de novos Clientes mas também a tendência registada para os que aumentaram a proporção do seu património financeiro alocado em produtos de Depósitos a Prazo.

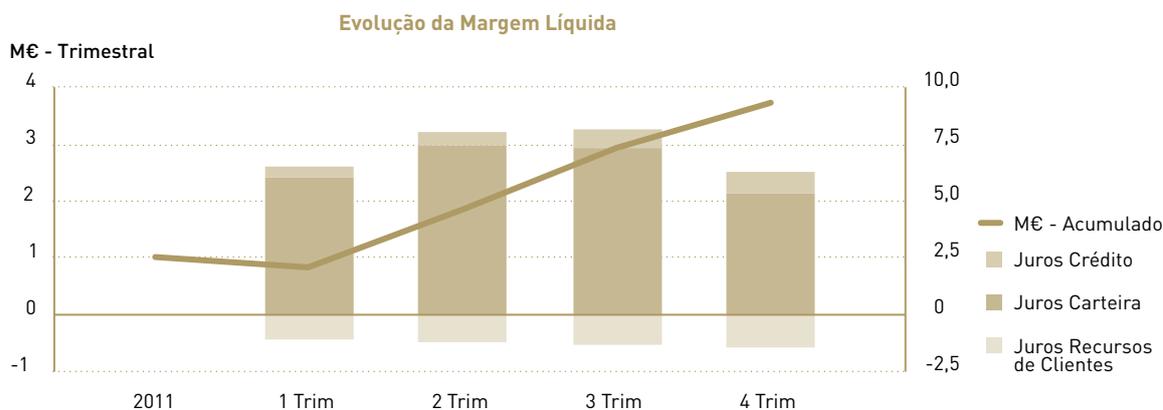




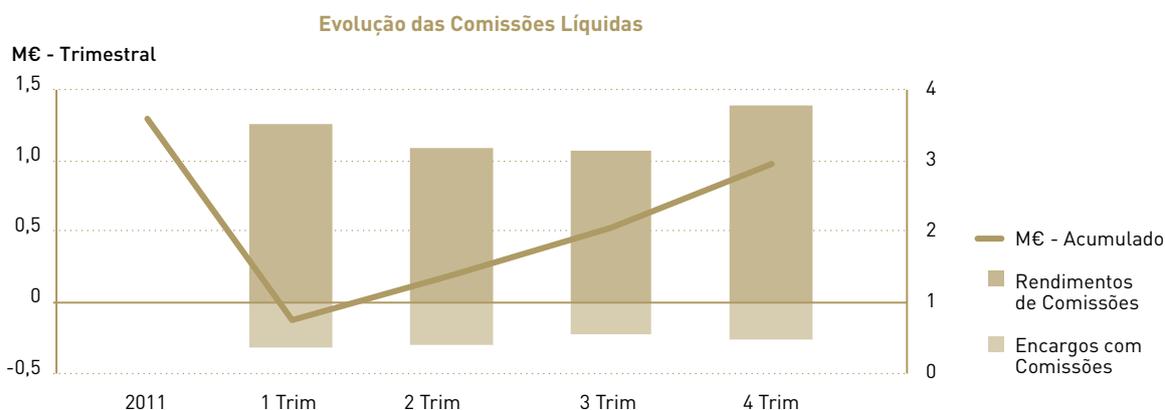
A margem financeira apresentou um crescimento de 261% situando-se nos € 9 341 313. Na componente dos juros e rendimentos similares, o impacto dos juros das obrigações da carteira própria, por si só, contribuiu com um crescimento 78% fixando-se em € 10 667 231 face aos € 2 313 020 de 2011. Os juros de crédito a Clientes acompanharam esta tendência, reflectindo um crescimento paralelo de 52%.

O crescimento dos valores de juros recebidos, proporcionado por uma judiciosa política de aplicação das disponibilidades do Banco, permitiu que o valor da margem financeira finalizasse o ano em níveis muito superiores aos registados em 2011.

Os recursos de Clientes e de outras instituições de crédito, na componente dos juros e encargos similares, acompanharam a evolução das respectivas carteiras.



Mais modesta foi a evolução dos proveitos com comissões líquidas que apresentam uma evolução negativa de 19,5% para os € 3 045 263 em que, quer as operações realizadas por conta de terceiros, quer os outros serviços prestados, contribuíram com - 22%.

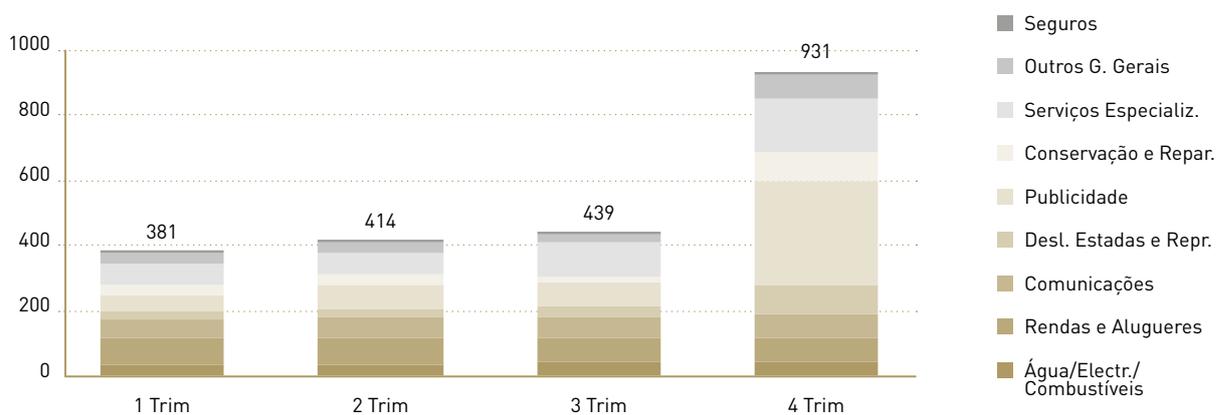


Os custos com pessoal regrediram 7% face a 2011 em resultado da redução do quadro de pessoal iniciada no último trimestre daquele ano, situando-se em 2012 em € 3 451 182 que compara com € 3 727 291 de 2011. A variação seria mais assinalável se não se considerasse o prémio de desempenho de carácter extraordinário pago em finais 2012 no montante de € 149 272.



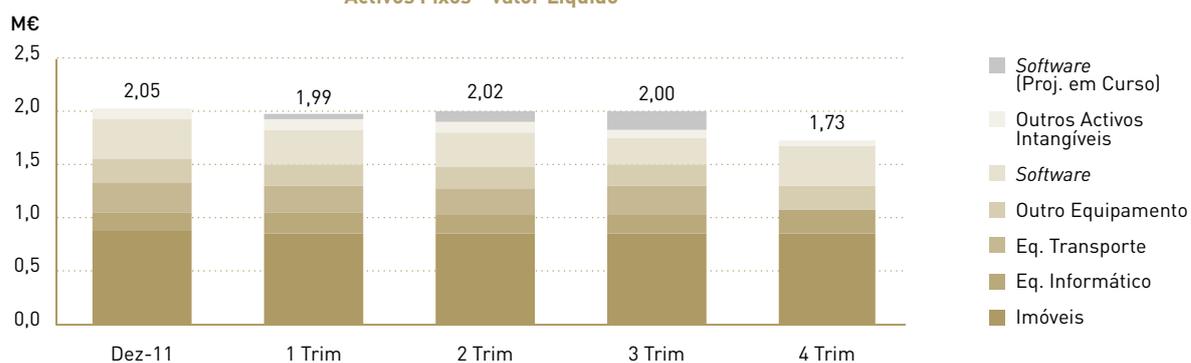
Os gastos gerais administrativos mantiveram um nível de crescimento moderado (+13%), em parte justificado pela carga fiscal e custos de produção dos bens e serviços, pelo investimento em *marketing* e componente tecnológica, pilares fundamentais para o relançamento da actividade e melhor oferta de produtos e serviços.

### Gastos Gerais Administrativos

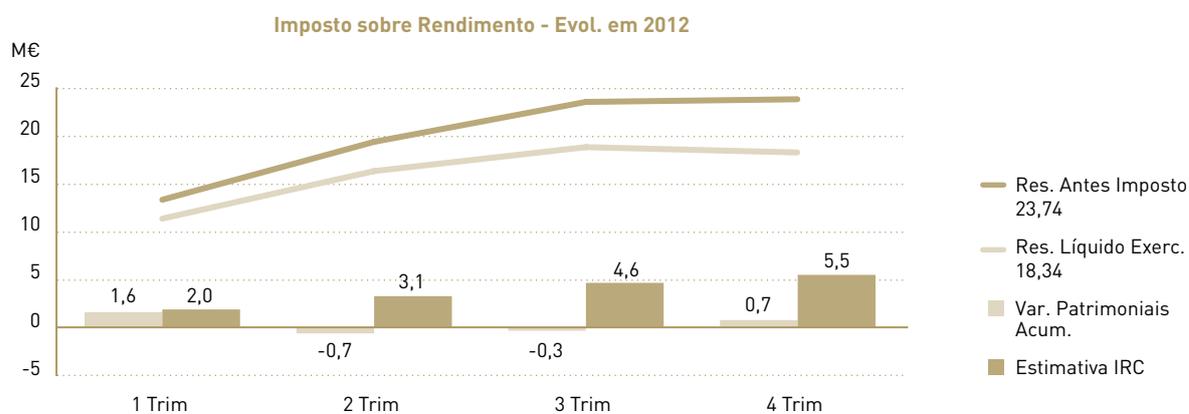


Os activos fixos, em termos líquidos, apresentam uma diminuição de € 317 012,00 (-15%), na sua maior expressão justificada pela aplicação das amortizações integrais no equipamento de transporte existentes e nas novas aquisições em 2012, conforme referido na nota 08 do respectivo anexo.

### Activos Fixos - Valor Líquido



O Imposto sobre o Rendimento encontra expressão na evolução do Resultado do Exercício (antes de impostos) e variações patrimoniais ocorridas no período.



A solidez financeira do Banco Carregosa foi acautelada, em linha com as exigências deste período de agravamento dos riscos e das dificuldades da conjuntura económica. O rácio de solvabilidade situou-se nos 21%, valor acima do requerido pelas autoridades para Dezembro de 2012 e ao nível das exigências futuras.



### Contas Consolidadas:

Em resultado da reduzida expressão das Demonstrações Financeiras de cada uma das filiais e associadas consideradas no perímetro de consolidação e o contributo exclusivo e decisivo do Banco, expresso na análise às contas individuais, refere-se que:

O activo consolidado cresceu 45% em 2012 para 256,3 milhões de euros que compara com os 256,9 milhões de euros registados no Banco;

O Resultado Líquido Consolidado em 2012 foi de € 9 443 908 (positivos) com os contributos de cada uma das empresas, após anulação dos movimentos recíprocos, contribuindo, o Banco, com um resultado líquido de € 9 463 904.

Estas variações encontram expressão nos respectivos anexos.





## VI

# DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Os membros do Conselho de Administração do Banco Carregosa, declaram que:

(i) as demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2012, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005 de 21 de Fevereiro de 2005;

(ii) as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Carregosa relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e em 31 de Dezembro de 2012, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro;

(iii) tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas na alínea (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo e passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Carregosa e do Grupo, de acordo com as referidas Normas e foram objecto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de Abril de 2013;

(iv) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Carregosa e do Grupo no exercício de 2012.





## VII

### EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço", implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras

## VIII

### INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 66º DO C.S.C.

Esclarecemos que a sociedade e as suas filiais, não tem quaisquer dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu nem vendeu acções próprias.

Nos termos do Art.º 397º do C.S.C., não foram referenciados actos enquadrados nos Art.ºs 1) a 3), não existindo por isso referências a autorizações concedidas por deliberação do Conselho de Administração, nem pareceres proferidos sobre as mesmas, por parte do Conselho Fiscal.

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do Art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., encontra-se expresso no anexo às contas consolidadas e individuais (notas 31, respectivamente), os honorários totais facturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas relativamente à revisão legal das contas anuais e os honorários facturados relativamente a outros serviços de garantia e fiabilidade, os honorários totais facturados a título de consultadoria fiscal e os honorários totais facturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

A incorporação obrigatória das NCA's e das normas contabilísticas internacionais, encontram-se integralmente realizadas.



## IX

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO  
DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO,  
FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES

Considerando a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 88/2011 que, entre outras matérias, reforça os poderes do Banco de Portugal em matéria de políticas de remuneração, transpondo a Directiva n.º 2010/76/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, que altera as Directivas n.ºs 2006/48/CE e 2006/49/CE, procedendo à vigésima terceira alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2007, de 3 de Abril. Considerando ainda que o Banco de Portugal, a propósito desta matéria, emitiu o aviso 10/2011, de 29 de Dezembro, apresenta-se, formalmente, os traços gerais desta política, cujo cumprimento é aplicado nesta Instituição.

**Política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco L. J. Carregosa, S.A.**

As remunerações dos órgãos sociais do Banco Carregosa são determinadas por uma Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral.

Esta Comissão, cuja constituição e funcionamento está prevista nos Estatutos Societários, é constituída pela Sr.ª Dr.ª Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva (Presidente), Sr. Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves e pelo Sr. Dr. José Inácio Sousa Lima, com mandato para o triénio 2012/2014.

Entendeu aquela Comissão que não deveria haver remunerações variáveis, dependentes ou não da performance individual ou colectiva. Determinou ainda a não diferenciação de condições de previdência ou reforma dos Administradores Executivos face aos demais colaboradores do Banco.

Para o ano de 2012, as remunerações fixas mensais para os membros dos Órgãos de Administração foram estabelecidas em:

	ATÉ JULHO 2012	AGOSTO A DEZEMBRO 2012
Presidente Conselho de Administração	€ 3 760	€ 4 000
Presidente Comissão Executiva	€ 5 640	€ 6 000
Vogais Comissão Executiva	€ 5 452	€ 5 800

- As remunerações fixas mensais serão pagas na base de 14 meses/ano;
- Os membros que integram a Comissão Executiva do Banco Carregosa só exercerão cargos sociais noutras empresas em representação ou no interesse do Banco Carregosa, sendo as remunerações por si auferidas pelo exercício desses cargos consideradas na remuneração global, determinada pela Comissão de Remunerações;
- Pelo exercício das respectivas funções, os restantes membros dos órgãos de Administração do Banco L. J. Carregosa, S.A. recebem uma senha de presença de € 500;
- O presidente do Conselho Fiscal recebe uma senha de presença no valor de € 700 e os vogais deste órgão recebem € 500 desde o início de 2012;
- Os membros da Comissão de Remunerações não auferem qualquer remuneração pelo desempenho deste cargo;
- Em caso de destituição dos membros do Conselho de Administração, é política do Banco Carregosa o pagamento das compensações previstas na lei. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios aos restantes colaboradores.



ÁREA DE ACTIVIDADE	REMUNERAÇÕES TOTAIS	
	FIXAS	VARIÁVEIS (*)
<b>ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
Conselho de Administração	€ 60 146,27	€ 0,00
Comissão Executiva	€ 347 261,00	€ 0,00
Conselho Fiscal	€ 20 400,00	€ 0,00
<b>DIRECÇÃO CENTRAL</b>		
Direcção Central	€ 83 710,27	€ 0,00
<b>UNIDADES DE NEGÓCIO</b>		
Canal Relacional	€ 336 507,22	€ 0,00
Canal <i>Online</i>	€ 168 057,28	€ 40 206,74
Redes Externas e Vendas Institucionais	€ 18 923,38	€ 0,00
Aconselhamento, Originação e Gestão	€ 209 970,25	€ 0,00
Financeiro	€ 91 343,74	€ 0,00
Mercados	€ 70 417,39	€ 4 802,78
<b>UNIDADES DE APOIO AO NEGÓCIO</b>		
Operações	€ 192 117,59	€ 0,00
Jurídico	€ 85 707,91	€ 0,00
Marketing	€ 48 587,67	€ 0,00
Sistemas	€ 82 610,24	€ 0,00
Auditoria Interna	€ 18 715,69	€ 0,00
Compliance	€ 37 067,87	€ 0,00
Risco	€ 44 639,07	€ 0,00
Contabilidade e Informação de Gestão	€ 131 874,08	€ 0,00
Recursos Humanos	€ 18 337,79	€ 0,00
Secretariado	€ 89 226,76	€ 0,00
Comunicação	€ 62 267,87	€ 0,00
Conservação e Reparação	€ 55 717,17	€ 0,00
<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>€ 2 273 606,51</b>	<b>€ 45 009,52</b>

(\*) Valores Pecuniários

71 Colaboradores em exercício de funções no decurso de 2012.



## X

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se, nos termos da alínea f) n.º 5 do Art.º 66º, e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do Art.º 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do Art.º 23º dos estatutos da Sociedade que, o Resultado Líquido do Exercício (positivo) no valor de € 9 463 904,00, seja aplicado:

- Para Reforço da Reserva Legal: € 946 390,40
- Distribuição de Dividendos: € 2 500 000,00
- Para Reservas Livres: € 6 017 513,60

## XI

### AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Accionistas a confiança que nele depositaram para a condução dos negócios societários, envolvendo nestes agradecimentos:

O Banco de Portugal e a CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários - pela compreensão e pelo diálogo frutuoso mantido neste exercício;

Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, por toda a cooperação demonstrada;

Os colaboradores do Banco, pelo seu contributo empenhado e competente, indispensável ao bom funcionamento da Instituição.

# XII

## CONTAS CONSOLIDADAS – ANÁLISE E ANEXOS





## BALANÇO CONSOLIDADO NIC/NIRF

Euros

	NOTAS	31-12-2012		VALOR LÍQUIDO	ANO ANTERIOR
		VALOR ANTES DE PROV. IMP. E AMORT.	PROVISÕES, IMP. E AMORTIZAÇÕES		
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	50 677 413	0	50 677 413	764
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	11 340 107	0	11 340 107	11 896 632
Activos financeiros detidos para negociação	3	2 357 045	0	2 357 045	39 249 505
Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	4	40 953 207	0	40 953 207	5 935 370
Aplicações em instituições de crédito	5	4 949 277	0	4 949 277	21 887 898
Crédito a Clientes	6	39 811 213	(315 111)	39 496 102	8 540 914
Investimentos detidos até à maturidade	7	94 942 480	0	94 942 480	80 018 834
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda		0	0	0	0
Propriedades de investimento		0	0	0	0
Outros activos tangíveis	8	5 924 546	(4 517 216)	1 407 330	4 092 936
Activos intangíveis	9	3 451 551	(2 990 293)	461 258	589 137
Invest. em associadas e filiais excluídas da consolidação	10	518 720	(340 000)	178 720	0
Activos por impostos correntes		0		0	0
Activos por impostos diferidos	11	292 291		292 291	177 144
Outros activos	12	9 378 462	(46 767)	9 331 695	4 569 299
<b>Total de Activo</b>		<b>264 596 314</b>	<b>(8 209 387)</b>	<b>256 386 927</b>	<b>176 958 432</b>

Euros

	NOTAS	31-12-2012		ANO ANTERIOR	
		VALOR ANTES DE PROV. IMP. E AMORT.	PROVISÕES, IMP. E AMORTIZAÇÕES		VALOR LÍQUIDO
<b>PASSIVO</b>					
Recursos de bancos centrais	13			90 621 181	90 533 299
Passivos financeiros detidos para negociação	14			18 546 049	66 584
Outros passivos ao justo valor através de resultados				0	0
Recursos de outras instituições de crédito	15			19 333 254	3 235 039
Recursos de Clientes e outros empréstimos	16			77 834 390	50 542 564
Responsabilidades representadas por títulos				0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos				0	0
Derivados de cobertura				0	0
Passivos não correntes detidos para venda				0	0
Provisões				0	0
Passivos por impostos correntes	17			5 244 936	365 834
Passivos por impostos diferidos				0	0
Instrumentos representativos de capital				0	0
Outros passivos subordinados				0	0
Outros passivos	18			12 174 386	9 226 495
<b>Total de Passivo</b>				<b>223 754 196</b>	<b>153 969 815</b>
<b>CAPITAL</b>					
Capital				20 000 000	20 000 000
Prémios de emissão				369 257	369 257
Acções Próprias				0	0
Outros instrumentos de capital				0	0
Reservas de reavaliação				748 131	(393 219)
Outras reservas e resultados transitados				1 969 217	860 789
Resultado Consolidado do exercício				9 443 908	1 108 428
Dividendos antecipados				0	0
<b>Total de Capital Próprio atribuível ao Grupo</b>	19			<b>32 530 513</b>	<b>21 945 255</b>
Interesses Minoritários	20			102 218	1 043 361
<b>Total de Capital Próprio</b>				<b>32 632 731</b>	<b>22 988 616</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>				<b>256 386 927</b>	<b>176 958 432</b>

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS NIC/NIRF

	NOTAS	31-12-2012	Euros ANO ANTERIOR
Juros e rendimentos similares	21	12 545 598	3 499 734
Juros e encargos similares	22	(3 199 799)	(912 139)
<b>Margem financeira</b>		<b>9 345 799</b>	<b>2 587 595</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	23	3 850 574	4 697 364
Encargos com serviços e comissões	24	(806 017)	(844 759)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	25	4 943 219	2 810 999
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	26	4 577 746	(56 546)
Resultados de reavaliação cambial	27	(129 595)	222 287
Resultados de alienação de outros activos	28	2 457 246	39 619
Outros resultados de exploração	29	(405 641)	(581 735)
<b>Produto da actividade</b>		<b>23 833 332</b>	<b>8 874 824</b>
Custos com pessoal	30	(3 675 186)	(3 986 513)
Gastos gerais administrativos	31	(3 012 189)	(2 698 109)
Depreciações e amortizações	32	(1 658 984)	(816 651)
Provisões líquidas de anulações		0	0
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	33	(158 319)	(25 658)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	34	(40 850)	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	35	(385 102)	(210 301)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	36	(22 238)	0
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>14 880 464</b>	<b>1 137 593</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	37	(5 533 695)	(376 562)
Diferidos	38	115 147	159 085
<b>Resultado consolidado do exercício antes de interesses minoritários</b>		<b>9 461 916</b>	<b>920 115</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	39	<b>(18 007)</b>	<b>188 313</b>
<b>Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas</b>		<b>9 443 908</b>	<b>1 108 428</b>

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA**

para o período findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Euros	
	31-12-2012	31-12-2011
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Juros e comissões recebidas	16 925 085	5 646 742
Pagamento de juros e comissões	(2 702 211)	(1 693 115)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(6 709 158)	(6 596 426)
Recursos de instituições de crédito	15 778 114	54 495 635
Outros activos e passivos operacionais	63 005 437	(15 491 211)
Outros recebimentos de Clientes	(4 120 533)	27 431 121
Impostos sobre lucros	(684 376)	257 938
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>81 492 358</b>	<b>64 050 684</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Dividendos recebidos	0	0
Aquisição/Alienação de activos disponíveis para venda	(34 078 296)	5 687 411
Investimentos detidos até à maturidade	(13 238 099)	(77 976 484)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(1 388 896)	(583 504)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	71 500	72 166
Investimentos em empresas filiais e associadas	534 811	0
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>(48 098 980)</b>	<b>(72 800 410)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Aumento de Capital	0	2 500 000
Outros instrumentos de capital	0	0
Dividendos pagos	0	0
Emissão de dívida titulada e subordinada	0	0
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	0	0
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	0	0
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais actividades geradoras de réditos)	1 837	0
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>1 837</b>	<b>2 500 000</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<b>33 395 216</b>	<b>(6 249 726)</b>
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e equivalentes no início do exercício	30 766 425	37 016 152
Caixa e equivalentes no fim do exercício	64 161 641	30 766 425

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

## ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Actividade Consolidada)

## ANEXO IV

CONTAS	EM 31/12/2011		AUMENTOS AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	ABATES (LÍQUIDO)	TRANSF.
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
<b>OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS</b>						
<i>Goodwill</i>	89 015	0	0	0	45 102	0
Despesas de estabelecimento	498 364	498 364	0	0	0	0
Custos Plurianuais	595 458	595 458	0	0	0	0
Sistemas de Tratamento de Dados ( <i>software</i> )	1 748 980	1 367 305	131 141	381 940	0	230 021
Activos Intangíveis em Curso	0	0	230 021	0	0	(230 021)
Outros Activos Intangíveis	203 675	85 227	0	61 998	0	0
	<b>3 135 491</b>	<b>2 546 354</b>	<b>361 162</b>	<b>443 938</b>	<b>45 102</b>	<b>0</b>
<b>ACTIVOS TANGÍVEIS</b>						
Imóveis	580 158	11 276	0	8 659	54 868	0
Equipamento	4 033 824	3 315 179	1 036 925	1 200 858	7 485	0
Activos em locação financeira	641 547	281 270	0	5 529	0	0
Activos tangíveis em Curso	2 445 132	0	0	0	2 445 132	0
	<b>7 700 661</b>	<b>3 607 725</b>	<b>1 036 925</b>	<b>1 215 046</b>	<b>2 507 485</b>	<b>0</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>10 836 152</b>	<b>6 154 079</b>	<b>1 398 087</b>	<b>1 658 984</b>	<b>2 552 587</b>	<b>0</b>

O Técnico de Contas

Euros

VALOR BRUTO	REGULARIZAÇÕES		VALOR DE AQUISIÇÃO AJUSTADO	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO AJUSTADAS	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS AJUSTADAS	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2012
	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
0	0	0	89 015	0	0	43 913
0	0	0	498 364	0	498 364	0
0	0	0	595 458	0	595 458	0
0	0	0	1 880 121	381 940	1 367 305	360 896
0	0	0	230 021	0	0	0
0	0	0	203 675	61 998	85 227	56 450
<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 496 653</b>	<b>443 938</b>	<b>2 546 354</b>	<b>461 258</b>
0	0	0	580 158	8 659	11 276	505 355
0	0	0	5 070 749	1 200 858	3 315 179	547 227
0	0	0	641 547	5 529	281 270	354 748
0	0	0	2 445 132	0	0	0
<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8 737 586</b>	<b>1 215 046</b>	<b>3 607 725</b>	<b>1 407 330</b>
0	0	0	12 234 239	1 658 984	6 154 079	1 868 589

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Actividade Consolidada)

					Euros
CONTAS	SALDO EM 31-12-2011	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	DIMINUIÇÕES	SALDO EM 31-12-2012
Capital realizado	20 000 000				20 000 000
Prémio de emissão	369 257				369 257
Reserva de reavaliação	(393 219)	1 517 086			1 123 867
Reserva legal	435 190		71 046		506 236
Reserva de variações cambiais	0			(375 735)	(375 735)
Outras reservas	288 987				288 987
Resultados transitados	136 612		1 037 382		1 173 994
Resultado consolidado do exercício	1 108 428	9 443 908	(1 108 428)		9 443 908
<b>Total do Capital Próprio atribuível ao Grupo</b>	<b>21 945 255</b>	<b>10 960 994</b>	<b>0</b>	<b>(375 735)</b>	<b>32 530 513</b>
Interesses Minoritários	1 043 361			(941 143)	102 218
<b>Total Capitais Próprios</b>	<b>22 988 616</b>	<b>10 960 994</b>	<b>0</b>	<b>(1 316 879)</b>	<b>32 632 731</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO DE 2012<sup>1</sup>

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O exercício de 2012 foi para o Banco L.J. Carregosa, S.A., (adiante designado por “Banco Carregosa”, “Sociedade” ou “Grupo Carregosa”, quando tratado em termos consolidados), o quarto exercício completo de actividade como Instituição de Crédito.

Em 2012, no âmbito da estratégia definida, o Banco aumentou a sua participação na Optimize Investment Partners SGFIM, S.A. para 35%, passando as contas desta sociedade a ser incluídas no perímetro de consolidação do grupo Banco Carregosa pelo método da equivalência patrimonial. Por outro lado, reduziu a sua participação na Górdio, S.A. para 19%, excluindo esta sociedade da sua esfera de influência e do respectivo perímetro.

As contas consolidadas, expressas neste anexo, evidenciam uma significativa preponderância da casa mãe relativamente às suas filiais e associadas. Os contributos de cada uma das empresas, conforme se documenta no quadro abaixo e nas respectivas demonstrações financeiras, não representam impactos significativos que justifiquem, para além das imparidades registadas e referidas no corpo deste anexo e nos relatórios anteriores, qualquer referência especial, sendo de assinalar que o plano estratégico para o triénio 2012/2014, pretende reorientar os investimentos para outros níveis de rentabilidade tendo como vector principal o suporte à actividade do Banco.



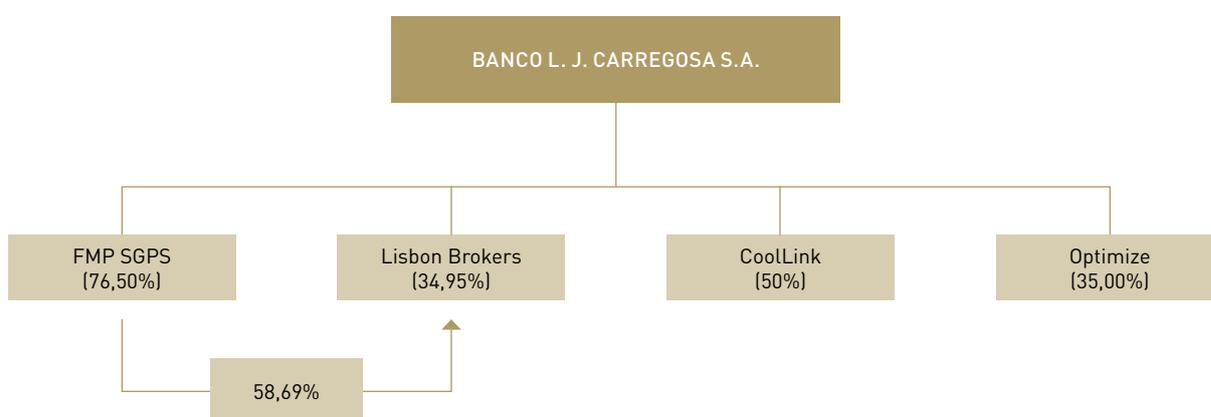
### Sociedades que integram o Grupo em 31.12.2012

ACTIVIDADE	SEDE	CAPITAIS PRÓPRIOS	ACTIVO	LUCRO PREJUÍZO	PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	MÉTODO CONSOLIDAÇÃO
<b>BANCA</b>						
Banco L.J. Carregosa, S.A.	Portugal	32 726 801	256 599 162	9 463 904	-	Integral
<b>CORRETAGEM</b>						
Lisbon Brokers, S.A.	Portugal	23 373	71 857	(27 169)	84,84%	Integral
<b>SOCIEDADES GESTORAS PART. SOCIAIS</b>						
Francisco Marques Pereira, SGPS, S.A.	Portugal	68 850	94 669	(797)	85,00%	Integral
<b>SOCIEDADES GESTORAS DE PATRIMÓNIOS</b>						
Optimize Investment Partners	Portugal	514 921	625 745	(63 538)	35,00%	MEP
<b>SOCIEDADES SERVIÇOS INFORMÁTICOS</b>						
CoolLink, Lda	Portugal	183 780	293 961	41 822	50,00%	Integral
<b>TOTAIS</b>						

Nota: Os valores reportam-se a saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação

<sup>1</sup> [Montantes em Euros excepto quando expressamente indicado].

### Perímetro de Consolidação



Em resultado deste perímetro, o Banco Carregosa realiza a consolidação de contas e *reporting* para efeitos de supervisão, ocupando um lugar central no Grupo, tanto pelo desenvolvimento de actividades exclusivas, como pelo tamanho relativo do capital e dos riscos.

O Grupo apresentou um lucro líquido de € 9 443 908 (positivos), com os capitais próprios a situarem-se nos € 32 632 731. Por deliberação do Conselho de Administração de Maio de 2011 e em resultado do insucesso do projecto de reestruturação da Lisbon Brokers, S.A. e da Francisco Marques Pereira, SGPS, S.A., foi decidido proceder à sua dissolução simultânea, após autorização do Banco de Portugal. Nesta conformidade, o Banco L.J. Carregosa, S.A. relevou nas suas contas individuais a imparidade calculada, com os efeitos supervenientes nas contas consolidadas.

Por força da degradação dos seus Capitais Próprios, o Banco registou, igualmente, uma imparidade de € 340 000 no investimento efectuado na Sociedade "Optimize Investment Partners, S.A.".

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras Consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco Carregosa e das suas filiais e foram processadas de acordo com as normas Internacionais de relato financeiro ou *International Accounting Standards* (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro.

#### Consolidação de Empresas Associadas e Filiais (IAS 27,28 e IFRS 3)

O Banco Carregosa detém, directa e indirectamente participações financeiras em empresas filiais. São estas assim consideradas, em virtude do Banco deter o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais de cada empresa.

Estas mesmas empresas são consolidadas pelo método integral. As transacções e os saldos entre empresas são eliminados no processo de consolidação, sendo o valor do capital, reservas e resultados resultante do valor de participação de terceiros, relevados na rubrica de interesses minoritários.

O Resultado consolidado é apurado através dos resultados líquidos do Banco e das suas filiais na proporção da participação efectiva, após ajustamentos de consolidação, nomeadamente a eliminação de custos e proveitos em resultado de transacções efectuadas entre estas e como tal consideradas no respectivo perímetro de consolidação.

No caso de participações em empresas associadas, é utilizado para efeitos de consolidação, o método de equivalência patrimonial, em que apenas são efectuados como ajustamentos de consolidação a correcção do valor de balanço da participação na mesma, por efeito da variação nos capitais próprios da associada, proporcional à participação detida, corrigido de eventuais imparidades detectadas.

### 2.2 Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas agora enunciadas são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Carregosa.

#### 2.2.1 – Operações em Moeda Estrangeira

As Demonstrações Financeiras das Empresas do Grupo em moeda estrangeira são previamente convertidas para a moeda euro, com base no câmbio de divisas (*fixing*) divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

A conversão para a moeda euro dos activos e passivos expressos em moeda diferente é efectuada com base no câmbio à data de Balanço.

Os custos e proveitos apurados nas diferentes moedas são convertidos ao câmbio do mês em que são reconhecidos.

#### 2.2.2 - Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

#### 2.2.3 - Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

#### 2.2.4 - Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital e instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são calculados e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

### 2.2.5 - Activos financeiros detidos até à Maturidade

Esta rubrica inclui activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

### 2.2.6 - Créditos a Clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a Clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange

a actividade típica de concessão de crédito a Clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a Clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros;
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados;
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável;
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que está estabelecido pelo Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas;
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pelas Sociedades, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

### 2.2.7 - Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

### 2.2.8 – Imparidades

Periodicamente, e com frequência inferior ou igual a um ano, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da

perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda *loss event* após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

## 2.2.9 - Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os activos registados nesta categoria são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

## 2.2.10 - Provisões

O Grupo Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso n.º 8/2003 do Banco de Portugal.

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

### i) Provisões para crédito e juros vencidos:

*Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso n.º 8/2003 de 30 de Janeiro, em*

função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

### ii) Provisões para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido. A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de Dezembro dos contratos de crédito, bem como dos valores a receber de outros devedores.

## 2.2.11 - Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

Anos:

### Equipamento:

Equipamento de transporte 4 – 8

Mobiliário e material 8 – 16

Equipamento informático 3 – 8

Outras imobilizações corpóreas 5 – 20

### 2.2.12 - Activos intangíveis

O Banco e as suas filiais registam nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

### 2.2.13 - Outros Passivos Financeiros - Recursos de Outras Instituições de crédito, Recursos de Clientes, Outros empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de Clientes e recursos de bancos centrais, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados.

São também valorizados ao justo valor, os passivos financeiros detidos para negociação, nomeadamente os resultantes de vendas a descoberto, sendo os respectivos ajustamentos efectuados por contrapartida de lucros ou prejuízos.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

### 2.2.14 - Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos a estes

associados e que possam ser determinados com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### 2.2.15 – Impostos sobre os Lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente. O Banco Carregosa bem como as empresas filiais com sede localizada em Portugal, estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

### 2.2.16 – Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento efectivo.

### 2.2.17 – Comissões por serviços prestados

O Grupo Carregosa cobra comissões aos seus Clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

### 2.2.18 - Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Colectivo Vertical de Trabalho para o Sector Bancário* (ACTV) como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, pela constituição de um *Plano de Pensões de Benefício Definido*. Este Plano segue o estabelecido no ACTV e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo seu Aviso n.º 12/2001 e posteriores actualizações.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a “BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.”, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Acções (30%), Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%). Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Como anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base

anual, por actuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados em rubricas de balanço (“Corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos actuais com a assistência médica, decidiu o Banco, em 2010, externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores e mantendo os mesmos níveis de encargos.

## 2.3. Gestão do risco

### 2.3.1 Função de Gestão de Risco

A gestão de risco é composta pela identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes aos quais o Banco se encontra sujeito, mantendo-os em níveis dentro dos limites determinados pela Comissão Executiva. Pretende-se com isto que o Banco não se veja obrigado a alterar a sua estratégia, nem incorra em perdas que afectem materialmente a situação financeira da Instituição.

Desta forma, a política de gestão de riscos visa manter, em permanência, a adequada relação entre os capitais próprios e a actividade desenvolvida.

Deseja-se ainda o apuramento de um factor de ajustamento às rentabilidades das operações efectivas e potenciais, com o objectivo de:

- a) Permitir a fixação de um *pricing* das operações adequado às perdas potenciais;
- b) Homogeneizar e comparar;
- c) Seleccionar as operações que se encontram na fronteira de máxima eficiência de risco/retorno;
- d) Seleccionar as operações que mais se adequam à nossa estratégia;
- e) Analisar as sinergias das operações;
- f) Obter uma medida de risco/retorno do Banco como um todo.

### 2.3.2 Estrutura Orgânica da Gestão de Risco

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, na qual o Conselho de Administração, delegou os poderes de gestão que não sejam indisponíveis face à Lei, aos Estatutos ou ao seu Regulamento, é a instância máxima na monitorização e gestão de riscos e alocação de capital.

Dada a importância do risco na fideduciação, a Comissão Executiva procura, em primeiro lugar, incutir a todos os Departamentos e Colaboradores uma cultura de avaliação cuidada do risco.

Não obstante, o Banco mantém uma estrutura com funções específicas na gestão do risco.

Nestas funções, é auxiliada pela Comissão de Activos e Passivos (ALCO), com funções consultivas. Este órgão reúne pelo menos mensalmente, tendo como membros a Comissão Executiva, o Director do *Private Banking*, o Director Financeiro e o Responsável pela Gestão de Carteiras. Destas reuniões são emanadas recomendações relativamente à captação de recursos e sua aplicação, por maioria dos votos presentes, tendo o Presidente da Comissão Executiva voto de qualidade em caso de empate.

O Director Financeiro gere a carteira própria, de acordo com as recomendações do ALCO e decisões da Comissão Executiva. No exercício dessa sua atribuição, gere as posições de cobertura cambial dentro dos limites de exposição pretendidos pelo Banco.

O Departamento de Risco identifica, monitoriza e controla, numa perspectiva qualitativa e quantitativa os riscos, transmitindo à Comissão Executiva os resultados, por meio de reportes, quer regulares quer esporádicos, detectando eventuais deficiências e propondo medidas correctivas.

O Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão procede à contabilização das operações e à elaboração de reportes financeiros de uso estratégico e de gestão para a Comissão Executiva.

A Auditoria Interna, através de uma actuação atempada, é responsável por prevenir a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos, quer morais quer materiais, antiéticos ou, simplesmente, de natureza desviante para a Instituição e acompanha, em permanência, os projectos programados, a sua implementação e eficiência.

O Departamento de Compliance assegura a constante sindicância do cumprimento das normas prudenciais, através, entre outros, do acompanhamento e da avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adoptados para detectar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências no respectivo cumprimento.

A Comissão Executiva garante agilidade na tomada de decisões e, com o apoio da Direcção Central, dissemina as estratégias e decisões em termos de adequação de capital e gestão de riscos.

A segregação e independência de funções de todas as áreas no Banco Carregosa é assegurada pelo reporte directo à Comissão Executiva.

Neste sentido, a estrutura organizacional afigura-se adequada para garantir a segregação de funções e responsabilidades no processo de gestão, o que facilita o cumprimento do quadro normativo de controlo de risco, minimizando a ocorrência de conflitos de interesse entre as áreas de negócio, de risco e controlo. Para a prossecução dos seus objectivos, o Banco encontra-se dotado de uma ferramenta informática central onde se encontra reunida toda a informação, com as devidas políticas de segurança. A gestão da rede informática do

Banco encontra-se também dotada de políticas de segurança eficazes. O tratamento contabilístico é executado através do programa *Smartstream* e a gestão das contas de fornecedores através do programa *Primavera*, com os devidos níveis de segurança. Em paralelo com os sistemas apresentados utilizam-se ferramentas de análise de risco da Bloomberg e da Reuters, para o controlo do risco de mercado.

O Banco Carregosa desenvolve os seus melhores esforços para garantir que o processo de gestão de risco seja um processo de melhoria contínua e de permanente reavaliação da adequação dos recursos às necessidades.

### a) Risco de Crédito

Por risco de crédito entende-se a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento por parte de Clientes ou contraparte das obrigações contratuais estabelecidas com o Banco.

A monitorização em tempo útil dos saldos dos Clientes, vencidos e por vencer, assim como o valor das ordens que transmitem para os mercados, associado ao valor dos activos conosco depositados e ao perfil dos Clientes, permite uma gestão deste tipo de risco segundo critérios fixados pela administração. O Departamento de Risco dispõe de um sistema de informação que permite tempestivamente, controlar a conformidade das garantias prestadas pelos Clientes com o nível de crédito concedido.

Acresce a possibilidade contratual do Banco encerrar posições ou vender valores mobiliários que colateralizam os empréstimos perante a quebra dos rácios acordados. A segurança implícita aos mesmos faz com que as alterações do preço de colaterais, mesmo no cenário mais negativo plausível, não tenham repercussões significativas nos capitais próprios.

### b) Risco de Mercado

Por risco de mercado entende-se como a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da eventual alteração adversa do valor dos activos que compõe a carteira do Banco. A alteração do valor dos activos pode ser motivada pela alteração

das taxas de juro, taxa de câmbio, prémio de risco ou activos subjacentes aos títulos.



O ALCO (Comité de Activos e Passivos) define a alocação dos activos tendo em atenção os vários tipos de risco incorridos. Diariamente o Departamento Financeiro executa a alocação definida. O Departamento de Risco monitoriza os riscos incorridos e o cumprimento das normas de delegação de competências, no que concerne à gestão corrente das aplicações do Banco. A Comissão Executiva – Administrador do Pelouro - é informada das operações efectuadas.

O peso das operações realizadas em mercados organizados, nomeadamente na Euronext (com contraparte central e câmara de compensação), limita o risco de contraparte. Acresce que procuramos sempre garantir o princípio de DVP (entrega contra pagamento) mesmo em operações OTC (operações fora de mercado).

### c) Risco Operacional

O risco operacional entende-se como o risco de ocorrerem eventos com impacto negativo, nos resultados ou no capital, resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, de sistemas de informação ou de causas externas, incluindo o risco jurídico.

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, a sociedade sempre optou por um investimento relevante na informatização e, em consequência dessa política, dispõe dum sistema de informação exemplar e duma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal sob contrato que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado. Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais e os riscos envolvidos.

Este trabalho foi coordenado, por forma a manter relações com os procedimentos e permitir a sua análise estatística. Os controlos apontados na matriz foram testados por uma consultora externa. As incoerências detectadas foram apresentadas à Comissão Executiva, que está a coordenar os melhoramentos aos procedimentos. Pretende-se, assim:

- Criar a base de ocorrências para monitorizar a matriz de riscos;
- Identificar os procedimentos onde devem ser tomadas medidas extraordinárias;
- Obter uma medida de risco operacional da Sociedade.

Na mitigação do risco operacional destacam-se também as

estruturas de reporte interno, os planos de contingência, as acções da Auditoria Interna e os planos de formação de Colaboradores. Refere-se ainda que o plano de continuidade de negócio está a ser revisto por forma a alinhá-lo com as melhores práticas indicadas pelo Banco de Portugal.

O historial de perdas, até agora experimentado, não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

### d) Risco de Liquidez

Entende-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades no vencimento ou a incorrer perdas significativas para o seu cumprimento. O risco de liquidez deriva do desajuste dos prazos entre os vencimentos dos activos e passivos do Banco.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de quebras de tesouraria. A Comissão Executiva e os intervenientes na Gestão da Carteira Própria recebem diariamente um relatório do Departamento de Risco com a análise da alocação de activos, passivos e extrapatrimoniais, com estimações de requisitos mínimos de fundos próprios, informação sobre concentração de contrapartes, *mismatches* e com a simulação do impacto da redução drástica da exposição, por necessidades de liquidez. Mensalmente, o ALCO analisa o *mismatch* das operações activas e passivas, sugerindo alterações/correções nos prazos.

Face aos valores descritos, consideramos ter o Banco o seu risco de liquidez totalmente controlado.

### 3. NOTA PRÉVIA

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, em conformidade com as Normas Internacionais de relato Financeiro e compostas pelas rubricas seguintes:

#### 3.1 - Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais - Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	177	211
Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	50 677 236	553
	<b>50 677 413</b>	<b>764</b>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

#### 3.2 - Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito - Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Depósitos à Ordem em Instituições de Crédito</b>		
Residentes	4 038 763	4 722 592
Não residentes	7 301 344	7 174 040
	<b>11 340 107</b>	<b>11 896 632</b>

#### 3.3 - Activos Financeiros Detidos para Negociação - Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Títulos de negociação</b>		
Títulos	2 142 487	39 234 071
Instrumentos derivados com justo valor positivo	214 558	15 434
	<b>2 357 045</b>	<b>39 249 505</b>

Esta carteira, sofreu uma diminuição face ao período homólogo, quer por via de alienações por evolução favorável dos mercados, quer por transferências de parte dos títulos para a carteira de activos detidos até à maturidade.

**ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO JUSTO VALOR	VALIAS		IMPARIDADE
			MAIS	MENOS	
<b>Instrumentos de Dívida</b>					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De outros emissores públicos</i>					
Dívida de Agências Soberanas	381 241	546 746	165 505	-	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	729 898	761 716	32 447	629	-
	<b>1 111 139</b>	<b>1 308 462</b>	<b>197 952</b>	<b>629</b>	<b>-</b>
<b>Instrumentos de Capital</b>	1 111 139				
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Acções	7 153	16 003	8 847	-	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Unidades de Participação	8 264	4 003	-	4 261	-
	<b>15 417</b>	<b>20 006</b>	<b>8 847</b>	<b>4 261</b>	<b>-</b>
<b>Outros</b>	15 417				
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Produtos Estruturados	534 474	570 400	35 926	-	-
Outros	278 453	243 618	-	34 835	-
	<b>812 927</b>	<b>814 018</b>	<b>35 926</b>	<b>34 835</b>	<b>-</b>
<b>Instrumentos Derivados com Justo Valor Positivo</b>	812 927				
<b>Outros</b>					
Mais-valias não realizadas em CFDs sobre moeda	-	214 558	-	-	-
	<b>-</b>	<b>214 558</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 939 484</b>	<b>2 357 045</b>	<b>242 725</b>	<b>39 725</b>	<b>-</b>

### 3.4 - Activos Financeiros Disponíveis para Venda - Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Emitidos por residentes</b>		
Instrumentos de dívida pública portuguesa	5 014 329	29 262
Instrumentos de dívida de outros residentes	9 100 170	3 425 820
Instrumentos de capital	2 617 200	307 600
	<b>16 731 699</b>	<b>3 762 682</b>
<b>Emitidos por não residentes</b>		
Instrumentos de dívida	24 221 508	2 172 687
	<b>40 953 207</b>	<b>5 935 370</b>

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Durante 2012 efectuou-se um reforço desta carteira, em face, quer da aplicação do considerável crescimento dos recursos captados de Clientes, quer pela evolução favorável do mercado, em alguns títulos de dívida de emittentes não residentes, e que não são aceites como colateral para os recursos captados junto do Banco Central.

### ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO JUSTO VALOR	VALIAS		IMPARIDADE
			MAIS	MENOS	
<b>INSTRUMENTOS DE DÍVIDA</b>					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De dívida pública portuguesa</i>					
Obrigações do Tesouro	36 084	15 329	-	20 755	-
Bilhetes do Tesouro	4 983 874	4 999 000	15 126	-	-
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	9 057 949	9 100 170	61 714	19 493	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	22 813 125	24 221 508	1 408 383	-	-
	<b>36 891 032</b>	<b>38 336 007</b>	<b>1 485 223</b>	<b>40 248</b>	<b>-</b>
<b>INSTRUMENTOS DE CAPITAL</b>					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Acções	2 778 810	2 617 200	-	120 760	-
	<b>2 778 810</b>	<b>2 617 200</b>	<b>-</b>	<b>120 760</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>39 669 842</b>	<b>40 953 207</b>	<b>1 485 223</b>	<b>161 008</b>	<b>-</b>

### 3.5 - Aplicações em Instituições de Crédito - Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>No país</b>		
No Banco de Portugal	0	6 080 000
Em outras instituições de crédito	4 922 998	15 800 000
Rendimentos a receber	26 279	7 898
	<b>4 949 277</b>	<b>21 887 898</b>

A diminuição desta rubrica encontra justificação no redireccionamento da liquidez para o investimento em títulos da dívida Portuguesa.

### 3.6 - Créditos a Clientes - Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Crédito interno</b>		
Empréstimos	10 347 303	3 589 500
Créditos em conta corrente	10 786 833	2 631 112
Descobertos em depósitos à ordem	93 301	280 740
Operações de compra com acordo de revenda	16 288 014	0
<b>Crédito ao exterior</b>		
Empréstimos	1 360 000	1 700 000
Créditos em conta corrente	705 771	290 000
<b>Crédito e juros vencidos</b>	160 472	183 953
<b>Rendimentos a receber</b>	69 519	22 550
	<b>39 811 213</b>	<b>8 697 855</b>
<b>Provisões/Imparidades para crédito e juros vencidos</b>	<b>(315 111)</b>	<b>(156 941)</b>
	<b>39 496 102</b>	<b>8 540 914</b>

A carteira de crédito a Clientes sofreu um aumento considerável, face ao período homólogo, em praticamente todas as categorias do crédito, incluindo uma operação de compra com acordo de revenda, efectuada com outra instituição de crédito nacional. No entanto, verifica-se que os níveis relativos de provisionamento diminuíram, em resultado de uma política de garantias sólidas e rigor na avaliação dos pedidos, com efeitos positivos também na margem financeira.

### 3.7 - Investimentos detidos até à maturidade - Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Emitidos por residentes</b>		
Instrumentos de dívida pública portuguesa	93 615 016	77 023 046
Instrumentos de dívida de outros residentes	0	959 604
<b>Rendimentos a receber</b>		
<b>Emitidos por residentes</b>		
De dívida pública portuguesa	1 327 464	2 035 030
De outros emissores públicos portugueses	0	1 154
	<b>94 942 480</b>	<b>80 018 834</b>

Por orientação do Comité de Investimentos ALCO, o Banco passou a integrar, nesta carteira, um lote significativo de títulos, quer através de compras directas, quer por transferência das restantes carteiras. De igual forma, o ALCO recomendou, em Dezembro de 2012, a manutenção desta estratégia, muito embora, por Deliberação da CE, em Janeiro de 2013, fruto da instabilidade e incertezas futuras, decidiu-se pela alienação de parte desta carteira e transferência do remanescente para detidos para venda. A maior parte destes títulos foram utilizados como colateral nas operações extraordinárias de financiamento de longo prazo efectuadas pelo Banco Central, e desagregam-se pelas seguintes maturidades residuais a 31 de Dezembro de 2012:

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ MATURIDADE	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES A 1 ANO	SUPERIOR A 1 ANO	TOTAL
<b>Títulos Rendimento Fixo</b>				
Obrigações de emissores públicos Nacionais	0	49 345 885	44 269 131	<b>93 615 016</b>

### 3.8 - Outros activos tangíveis - Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Outros activos tangíveis</b>		
Imóveis	525 290	580 158
Equipamento (*)	4 757 709	4 033 824
Activos em locação financeira	641 547	641 547
Activos tangíveis em curso	0	2 445 132
	<b>5 924 546</b>	<b>7 700 661</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Imóveis	(19 935)	(11 276)
Equipamento (*)	(4 210 482)	(3 315 179)
Activos em locação financeira	(286 799)	(281 270)
	<b>(4 517 216)</b>	<b>(3 607 725)</b>
	<b>1 407 330</b>	<b>4 092 936</b>

(\*) Conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012 substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes.

### 3.9 - Activos intangíveis - Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Diferença de consolidação positiva (Goodwill)</b>		
<b>Outros activos intangíveis</b>	43 913	89 015
Despesas de estabelecimento	498 364	498 364
Custos plurianuais	595 458	595 458
Sistema tratamento automático de dados (Software)	2 110 141	1 748 980
Activos intangíveis em curso	0	0
Outros	203 675	203 675
	<b>3 451 551</b>	<b>3 135 491</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Despesas de estabelecimento	(498 364)	(498 364)
Sistema tratamento automático de dados (Software)	(1 749 246)	(1 367 305)
Custos plurianuais	(595 458)	(595 458)
Outros	(147 225)	(85 227)
	<b>(2 990 293)</b>	<b>(2 546 354)</b>
	<b>461 258</b>	<b>589 137</b>

Apesar de uma redução em termos líquidos, convém salientar o investimento significativo em sistemas de informação, quer ao nível do sistema de suporte ao negócio do Banco, quer em investimentos efectuados na reformulação da respectiva presença na internet, e na participação no sistema interbancário de transferências a crédito (SEPA).

### 3.10 - Investimento em assoc. e filiais excluídas do per. consolidação - Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Inv. filiais excl. da cons. ass. empr. conj.</b>		
No país	518 720	0
<b>Impar. acum. NIC/Provisões para imparidades acum. NCA</b>		
No país - filiais	0	0
No país - associadas	(340 000)	0
	<b>178 720</b>	<b>0</b>

Está incluída nesta rubrica a participação adquirida na associada Optimize Investment Partners, S.A.. Foi considerada uma imparidade de 340 000 em função da análise dos prejuízos individuais acumulados pela sociedade, e do aconselhado pelo Revisor Oficial de Contas.

### 3.11 - Activos por Impostos Diferidos - Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Diferenças temporárias		
Activos tangíveis	126 552	11 405
Activos intangíveis	6 739	6 739
Imparidade em investimentos em filiais	159 000	159 000
	<b>292 291</b>	<b>177 144</b>

Esta rubrica reflecte apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento no Banco, uma vez que não foram apuradas quaisquer diferenças temporárias de imposto nas filiais. Como indicado ao nível das políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade.

## 3.12 - Outros Activos - Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Outras disponibilidades</b>	20 668	0
<b>Créditos e juros vencidos</b>	46 711	46 711
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Sector público administrativo	18 848	99 896
Devedores diversos	59 152	122 580
Aplicações diversas	106 263	111 066
<b>Outros activos</b>	40 797	39 372
<b>Outros juros e rendimentos similares</b>		
De rendimento fixo emitido por residentes		
De dívida pública portuguesa	12	244 521
De outros emissores públicos nacionais	9 440	17 213
De outros residentes	120 704	539 308
De rendimento fixo emitido por não residentes		
De outros não residentes	402 770	369 331
<b>Outros rendimentos a receber</b>	1 377 879	611 335
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Seguros	19 933	38 022
Outras Despesas	34 017	56 854
<b>Valor Patrimonial do Fundo de Pensões</b>	2 000 303	1 668 233
<b>Outras contas de Regularização</b>	5 120 965	651 625
	<b>9 378 462</b>	<b>4 616 066</b>
<b>Imp. acum. NIC/ prov. p/ imp. acum. NCA</b>		
Créditos e juros vencidos	(46 711)	(46 711)
Devedores diversos	(56)	(56)
	<b>(46 767)</b>	<b>(46 767)</b>
	<b>9 331 695</b>	<b>4 569 299</b>

O valor inscrito na conta do Sector Publico Administrativo diz respeito a IVA a recuperar e Pagamentos especiais por conta das participadas Lisbon Brokers e FMP SGPS. De referir também que o valor de crédito vencido de devedores diversos da associada Lisbon Brokers, se encontra totalmente provisionado.

### 3.13 - Recursos de Bancos Centrais - Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Recursos do Banco de Portugal</b>		
Outros recursos - Empréstimos	90 000 000	90 500 000
<b>Juros de recursos do Banco de Portugal</b>		
Empréstimos	621 181	33 299
	<b>90 621 181</b>	<b>90 533 299</b>

### 3.14 - Passivos Financeiros detidos para negociação - Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Vendas a descoberto</b>		
Instrumentos de dívida	18 545 000	0
<b>Instrumentos derivados com justo valor negativo</b>	<b>1 049</b>	<b>66 584</b>
	<b>18 546 049</b>	<b>66 584</b>

Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

### 3.15 - Recursos de outras instituições de crédito - Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Recurso a instituições de crédito no país</b>		
Descobertos de Depósitos à Ordem	73 383	203 885
Operações de venda com acordo de recompra - Repo	16 240 499	0
Outros Recursos	3 699	1 009
	<b>16 317 580</b>	<b>204 894</b>
<b>Recurso a instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	282 898	215 439
Descobertos em depósitos à ordem	2 732 776	2 814 706
	<b>3 015 674</b>	<b>3 030 145</b>
	<b>19 333 254</b>	<b>3 235 039</b>

**3.16 - Recursos de Clientes e outros empréstimos - Nota 16**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Recursos de Clientes</b>		
Depósitos		
De residentes		
À ordem	18 416 471	16 608 598
A prazo	45 167 458	21 820 244
De não residentes		
À ordem	10 709 010	10 480 913
A prazo	2 893 322	1 340 389
	<b>77 186 262</b>	<b>50 250 144</b>
<b>Juros de recursos de Clientes</b>		
Depósitos		
De residentes	634 512	282 387
De não residentes	13 617	10 034
	<b>648 129</b>	<b>292 421</b>
	<b>77 834 390</b>	<b>50 542 564</b>

**3.17 - Passivos por impostos correntes - Nota 17**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
IRC a pagar	5 244 936	365 834
	<b>5 244 936</b>	<b>365 834</b>

O valor de 2012, diz respeito a IRC a pagar do Banco no valor de € 5 233 236 e da CoolLink no valor de € 11 700.

Em 2011 o valor é composto por IRC a pagar do Banco no valor de € 362 298, Lisbon Brokers no valor de € 2 949 e da empresa CoolLink no valor de € 587.

### 3.18 - Outros Passivos - Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Créditos e outros recursos</b>		
Fornecedores	478 028	303 151
Fornecedores bens em locação financeira	285 100	355 615
<b>Credores por operações sobre valores mobiliários</b>	810 270	1 340 755
Outros credores	65 365	914 812
<b>Outros recursos</b>	3 676 177	3 153 719
<b>IVA a pagar</b>	76 100	62 541
Sector público administrativo	285 126	100 663
Contribuições para a segurança social	57 422	59 228
Contribuições para outros sistemas de saúde	4 739	4 630
Sindicatos	860	868
	<b>5 739 188</b>	<b>6 295 981</b>
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</b>	<b>2 150 287</b>	<b>1 771 214</b>
<b>Outros juros e encargos similares</b>		
Instrumentos de dívida	324 225	0
<b>Encargos a pagar</b>		
Serviços prestados bancários p/ terceiros	0	0
Por gastos com pessoal	438 508	430 212
Por gastos gerais administrativos	1 277	508
Outros encargos	68 652	176 494
	<b>832 662</b>	<b>607 214</b>
<b>Outras receitas com rendimento diferido</b>	<b>170</b>	<b>213</b>
<b>Outras operações a regularizar</b>	<b>3 452 079</b>	<b>551 872</b>
	<b>12 174 386</b>	<b>9 226 495</b>

Na rubrica de outros recursos, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de Clientes resultantes de operações sobre derivados e montantes aplicados em liquidez nos contractos de gestão de carteiras.

O valor reportado como Sector Público Administrativo diz respeito aos valores de retenções de imposto na fonte efectuados no ano, e a entregar no ano seguinte.

### 3.19 - Capital - Nota 19

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2012 nas rubricas de capital próprio são apresentados no anexo "Demonstração da Variação nos Capitais Próprios".

**3.20 - Interesses Minoritários - Nota 20**

Os interesses minoritários em 2012 foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Capital Próprio	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink	183 780	50%	91 890
Lisbon Brokers, S.A. (*)	23 373	15,16%	0
FMP, SGPS, S.A.	68 850	15%	10 328
<b>Total</b>	<b>276 003</b>		<b>102 218</b>

(\*) – Inclui prestações suplementares de capital efectuadas por parte do Banco Carregosa em 2011 no valor de € 600 000, pelo que os interesses minoritários são nulos.

**3.21 - Margem Financeira - Nota 21 e 22**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Juros e Rendimentos Similares de:</b>		
Disponibilidades e aplicações em OIC	777 554	649 729
Crédito a Clientes	1 042 334	494 973
Crédito vencido	58 446	41 729
Outros activos financeiros		
Detidos para negociação	1 220 821	1 576 973
Disponíveis para venda	1 266 447	221 055
Detidos até maturidade	8 179 996	515 274
	<b>12 545 598</b>	<b>3 499 734</b>
<b>Juros e Encargos Similares de:</b>		
Recursos de OIC	(957 261)	(356 142)
Recursos de Clientes	(2 042 316)	(538 734)
Passivos de negociação	(189 358)	0
Outros	(10 863)	(17 262)
	<b>(3 199 799)</b>	<b>(912 139)</b>
	<b>9 345 799</b>	<b>2 587 595</b>

Dado tratarem-se de rendimentos e encargos resultantes sobretudo da actividade bancária, os valores indicados resultam sobretudo da contribuição individual do Banco Carregosa para os resultados consolidados.

**3.22 - Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões - Nota 23 e 24**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Rendimentos de Serviços e Comissões por:</b>		
Garantias e avales	1 379	16 658
Outras operações s/ instrumentos financeiros	0	177 591
Depósito e guarda de valores	20 338	32 757
Cobrança de Valores	76 530	85 747
Administração de Valores	176 278	161 765
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	40 309	44 186
Operações de crédito	0	0
Outros Serviços Prestados	337 246	656 304
Operações realizadas por conta de Terceiros	2 981 999	3 465 366
Outras comissões recebidas	216 495	56 991
	<b>3 850 574</b>	<b>4 697 364</b>
<b>Encargos com Serviços e Comissões por:</b>		
Depósito e guarda de valores	(38 008)	(35 055)
Outros serviços bancários prestados por terceiros	(32 777)	(34 367)
Operações realizadas por terceiros	(735 232)	(775 337)
	<b>(806 017)</b>	<b>(844 759)</b>
	<b>3 044 558</b>	<b>3 852 605</b>

**3.23 - Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor - Nota 25**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
Instrumentos de dívida	15 263 688	59 813 427
Instrumentos de capital	3 528 670	1 198 189
Instrumentos derivados	680 474	376 325
Outros	224 314	84 218
<b>Passivos financeiros negociação (não derivados)</b>	2 430 027	0
	<b>22 127 173</b>	<b>61 472 159</b>
<b>Perdas em:</b>		
<b>Activos Financeiros detidos por Negociação</b>		
Instrumentos de dívida	(9 508 893)	(56 788 689)
Instrumentos de capital	(3 353 367)	(1 204 352)
Instrumentos derivados	(356 865)	(585 606)
Outros	(136 791)	(82 513)
<b>Passivos financeiros negociação (não derivados)</b>	(3 828 038)	0
	<b>(17 183 954)</b>	<b>(58 661 160)</b>
	<b>4 943 219</b>	<b>2 810 999</b>

Apesar da inversão da tendência negativa dos preços das obrigações de dívida pública portuguesa, verificada em Dezembro de 2011, e que justificou em grande medida os resultados obtidos em 2011, foi possível alargar ainda mais o respectivo efeito ao longo de 2012. Ainda assim, este resultado sofreu uma penalização de cerca de 1,4 milhões de EUR em resultado da abertura de posições curtas em títulos de dívida pública, já no final do ano, fruto de uma expectativa de inversão de tendência que não se veio a verificar nesse período.

### 3.24 - Resultados de activos financeiros disponíveis para venda - Nota 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	5 011 847	0
Instrumentos de capital	18 260	0
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	379 302	67 269
Instrumentos de capital	0	0
	<b>5 409 409</b>	<b>67 269</b>
<b>Perdas em:</b>		
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	(3 700)	0
Instrumentos de capital	0	0
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(827 962)	(123 815)
Instrumentos de capital	0	0
Outros	0	0
	<b>(831 662)</b>	<b>(123 815)</b>
	<b>4 577 746</b>	<b>(56 546)</b>

Os resultados resultam das alienações ocorridas durante o ano de 2011 e anulações das reservas correspondentes.

### 3.25 - Resultados de reavaliação cambial - Nota 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	185 662	362 260
<b>Perdas em:</b>		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	(315 257)	(139 972)
	<b>(129 595)</b>	<b>222 287</b>

Resultados apurados em grande parte devido à valorização dos USD face ao EUR, moeda em que o grupo manifestou uma maior exposição.

### 3.26 - Resultados de alienação de outros activos - Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
Ganhos em investimentos detidos até à maturidade	2 395 770	0
Investimentos em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	189 963	0
Activos não financeiros	69 015	39 619
<b>Perdas em:</b>		
Investimentos detidos até à maturidade	(1 502)	0
Activos não financeiros	(196 000)	0
	<b>2 457 246</b>	<b>39 619</b>

### 3.27 - Outros resultados de exploração - Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	13 142	56 559
	<b>13 142</b>	<b>56 559</b>
<b>Perdas em:</b>		
Outros impostos	(157 964)	(61 500)
Quotizações e donativos	(38 851)	(2 318)
Contribuições para FGD	(17 500)	(17 500)
Contribuições SII	(2 500)	(111 526)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(1 034)	(288)
Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações	(1 208)	(645)
Outros encargos e gastos operacionais	(199 726)	(444 517)
	<b>(418 782)</b>	<b>(638 294)</b>
	<b>(405 641)</b>	<b>(581 735)</b>

**3.28 - Custos com o pessoal - Nota 30**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Remunerações</b>		
Dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	(568 510)	(476 991)
De Empregados	(2 325 050)	(2 531 247)
<b>Encargos Sociais Obrigatórios</b>		
Encargos relativos a Remunerações	(648 896)	(725 509)
Outros encargos sociais obrigatórios		
Fundo de pensões	(31 667)	(45 485)
Seguros de acidentes de trabalho	(12 255)	(15 694)
<b>Outros custos com o pessoal</b>	(88 808)	(191 587)
	<b>(3 675 186)</b>	<b>(3 986 513)</b>

## 3.29 - Gastos gerais administrativos - Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Com fornecimentos:</b>		
Água, Energia e Combustíveis	(165 743)	(156 333)
Material de Consumo Corrente	(3 729)	(14 892)
Publicações	(8 823)	(8 570)
Material de Higiene e Limpeza	(9 778)	(9 054)
Outros Fornecimentos de Terceiros	(91 337)	(55 123)
	<b>(279 410)</b>	<b>(243 972)</b>
<b>Com Serviços:</b>		
Rendas e Alugueres	(320 645)	(352 776)
Comunicações	(263 165)	(322 108)
Deslocações, estadas e Representação	(196 855)	(146 505)
Publicidade e edição de Publicações	(515 100)	(273 875)
Conservação e Reparação	(171 272)	(126 784)
Seguros	(24 039)	(25 186)
Serviços especializados		
Avenças e Honorários	(187 848)	(136 028)
Judiciais, Contencioso e Notariado	(9 073)	(8 949)
Informática	(137 073)	(96 447)
Segurança e Vigilância	(5 482)	(3 821)
Limpeza	(9 229)	(11 040)
Informações	(290 622)	(360 021)
Bancos de dados	(33 938)	(31 203)
Outros serviços especializados		
Estudos e Consultas	(62 457)	(27 340)
Consultores e Auditores Externos	(446 717)	(466 394)
<b>Outros serviços de terceiros</b>		
Assessoria, comunicação e imagem	(42 983)	(44 560)
Banco de Portugal - Serviço Bpnet	(2 448)	(2 674)
Serviços de condomínio	(8 434)	(7 512)
Outros	(5 400)	(10 911)
	<b>(2 732 779)</b>	<b>(2 454 136)</b>
	<b>(3 012 189)</b>	<b>(2 698 109)</b>

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do Art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para a Lisbon Brokers, S.A. e FMP, SGPS, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas/Fiscal Único	
Revisão Legal de Contas	1 500,00
	<b>1 500,00</b>

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do Art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para o Banco Carregosa, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas	
Revisão Legal de Contas	26 132,18
Revisão das DF's intercalares	15 001,25
Serviços de Garantia e Fiabilidade	5 400,45
Outros (CoolLink)	1 700,00
	<b>48 233,88</b>

### 3.30 - Depreciações e Amortizações - Nota 32

Conforme referido na nota 08, os movimentos e saldos das rubricas de outros "activos tangíveis" e "activos intangíveis", incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV.

### 3.31 - Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações - Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos:</b>		
Crédito a Clientes	196 797	129 387
Crédito e juros vencidos	158 330	10 690
<b>Perdas:</b>		
Crédito a Clientes	(327 480)	(133 089)
Crédito e juros vencidos	(185 965)	(32 647)
	<b>(158 319)</b>	<b>(25 658)</b>

**3.32 - Imparidade de outros act. fin. líquida de reversões e recuperações - Nota 34**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Títulos	(40 850)	0
	<b>(40 850)</b>	<b>0</b>

**3.33 - Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações - Nota 35**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
Crédito interno - activos não financeiros	0	1 056
<b>Perdas em:</b>		
Investimento em associadas	(340 000)	0
Activos não financeiros		
Diferenças de consolidação positivas ( <i>Goodwill</i> )	(45 102)	(211 200)
Devedores, outras aplicações e outros activos	0	(156)
	<b>(385 102)</b>	<b>(210 301)</b>

**3.34 - Res. de participações em assoc. e emp. conj. (eq. patrimonial) - Nota 36**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Apropriação result. neg. filiais excluídas cons. ass. e conj.</b>		
Títulos	(22 238)	0
	<b>(22 238)</b>	<b>0</b>

**3.35 - Impostos - Nota 37 e 38**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Correntes</b>	<b>(5 533 695)</b>	<b>(376 562)</b>
Diferidos	115 147	159 085
	<b>(5 418 548)</b>	<b>(217 478)</b>

Os impostos correntes registados em 2012 no valor de € 5 533 695 resultam do imposto sobre o rendimento calculado em função da legislação fiscal aplicável, para o Banco Carregosa no valor de € 5 514 644 e para a participada CoolLink no valor de € 19 051.

Os impostos diferidos registados em 2012 no valor de € 115 147 resultam exclusivamente da variação nos activos por impostos diferidos, detalhados no ponto 3.11.

### 3.36 - Interesses Minoritários - Nota 39

Os interesses minoritários no resultado consolidado em 2012, foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Resultados Líquidos	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink	41 822	50%	20 911
Górdio, S.A.	(5 459)	51%	(2 784)
Lisbon Brokers, S.A. (*)	(27 169)	15,16%	0
FMP, SGPS, S.A.	(797)	15%	(120)
<b>Total</b>	<b>8 397</b>		<b>18 007</b>

(\*) – Conforme referido já na nota 3.21, não se verifica a participação dos interesses minoritários nos resultados da empresa Lisbon Brokers, dado a sua situação líquida se encontrar negativa, após dedução das prestações suplementares de capital do Banco Carregosa.

## 3.37 - Contas Extrapatrimoniais - Nota 41

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Compromissos perante Terceiros:</b>		
Compromissos irrevogáveis		
<i>Responsabilidades potenciais para com o SII</i>	169 843	220 117
Compromissos revogáveis		
<i>Linhas de crédito</i>	8 546 237	6 751 102
<i>Facilidades de descoberto em conta</i>	47 699	194 510
	<b>8 763 779</b>	<b>7 165 729</b>
<b>Responsabilidade por prestações de serviços:</b>		
<i>De Depósito e guarda de valores</i>	418 290 366	385 995 602
<i>Valores administrativos pela Instituição</i>	18 113 287	23 121 191
	<b>436 403 653</b>	<b>409 116 793</b>
<b>Serviços prestados por Terceiros:</b>		
<i>Por depósito e guarda de valores</i>	375 476 214	349 298 426
<b>Operações cambiais e instrumentos derivados:</b>		
<i>Operações cambiais a prazo - negociação</i>	17 992 912	5 502 982
	<b>17 992 912</b>	<b>5 502 982</b>
<b>Garantias prestadas e outros serviços eventuais:</b>		
Garantias pessoais	359 773	2 023 095
Garantias reais	127 180 000	106 296 906
	<b>127 539 773</b>	<b>108 320 001</b>
<b>Garantias recebidas:</b>		
<i>Garantias reais</i>	37 411 349	4 066 577
	<b>37 411 349</b>	<b>4 066 577</b>
<b>Outras rubricas extrapatrimoniais:</b>		
<i>Créditos abatidos ao activo</i>	1 337 153	1 337 153
<i>Juros vencidos</i>	10 804	9 781
<i>Contas diversas</i>	(1 004 935 636)	(884 817 442)
	<b>(1 003 587 679)</b>	<b>(883 470 508)</b>

# XIII

## CONTAS INDIVIDUAIS ANÁLISE E ANEXOS



## BALANÇO INDIVIDUAL (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Euros

	NOTAS	31-12-2012			ANO ANTERIOR
		VALOR ANTES DE PROV. IMP. E AMORT.	PROVISÕES, IMP. E AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	
<b>ACTIVO</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	50 677 236	0	50 677 236	553
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	11 285 908	0	11 285 908	11 805 582
Activos financeiros detidos para negociação	3	2 357 042	0	2 357 042	39 249 501
Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	4	40 953 207	0	40 953 207	5 935 370
Aplicações em instituições de crédito	5	4 795 298	0	4 795 298	21 787 620
Crédito a Clientes	6	39 811 213	(78 500)	39 732 712	8 659 231
Investimentos detidos até à maturidade	7	94 942 480	0	94 942 480	80 012 588
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda		0	0	0	0
Propriedades de investimento		0	0	0	0
Outros activos tangíveis	8	4 886 548	(3 570 569)	1 315 979	1 551 989
Activos intangíveis	9	2 028 226	(1 614 457)	413 770	494 772
Invest. em associadas e filiais excluídas da consolidação	10	1 452 848	(940 000)	512 848	1 294 378
Activos por impostos correntes		0	0	0	0
Activos por impostos diferidos	11	292 291	0	292 291	177 144
Outros activos	12	9 320 391	0	9 320 391	4 475 388
<b>Total de Activo</b>		<b>262 802 688</b>	<b>(6 203 526)</b>	<b>256 599 162</b>	<b>175 444 116</b>

Euros

	NOTAS	31-12-2012		ANO ANTERIOR	
		VALOR ANTES DE PROV. IMP. E AMORT.	PROVISÕES, IMP. E AMORTIZAÇÕES		VALOR LÍQUIDO
<b>PASSIVO</b>					
Recursos de bancos centrais	13			90 621 181	90 533 299
Passivos financeiros detidos para negociação	14			18 546 049	66 584
Outros passivos ao justo valor através de resultados				0	0
Recursos de outras instituições de crédito	15			19 331 386	3 234 030
Recursos de Clientes e outros empréstimos	16			77 880 651	50 595 372
Responsabilidades representadas por títulos				0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos				0	0
Derivados de cobertura				0	0
Passivos não correntes detidos para venda				0	0
Provisões	17			236 611	106 074
Passivos por impostos correntes	18			5 233 236	362 298
Passivos por impostos diferidos				0	0
Instrumentos representativos de capital				0	0
Outros passivos subordinados				0	0
Outros passivos	19			12 023 248	8 422 424
<b>Total de Passivo</b>				<b>223 872 361</b>	<b>153 320 081</b>
<b>CAPITAL</b>					
Capital				20 000 000	20 000 000
Prémios de emissão				369 257	369 257
Outros instrumentos de capital				0	0
Reservas de reavaliação				745 643	(393 219)
Outras reservas e resultados transitados				2 147 997	1 437 541
Acções próprias				0	0
Resultado do exercício				9 463 904	710 456
Dividendos antecipados				0	0
<b>Total de Capital Próprio</b>	<b>20</b>			<b>32 726 801</b>	<b>22 124 035</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>				<b>256 599 162</b>	<b>175 444 116</b>

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	NOTAS	31-12-2012	ANO ANTERIOR
Juros e rendimentos similares	21	12 541 111	3 498 373
Juros e encargos similares	22	(3 199 799)	(911 152)
<b>Margem financeira</b>		<b>9 341 313</b>	<b>2 587 221</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	23	3 850 574	4 618 756
Encargos com serviços e comissões	24	(805 311)	(834 425)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	25	4 943 219	2 810 998
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	26	4 577 746	(56 546)
Resultados de reavaliação cambial	27	(129 589)	222 714
Resultados de alienação de outros activos	28	2 395 285	30 000
Outros resultados de exploração	29	(390 879)	(417 383)
<b>Produto da actividade</b>		<b>23 782 357</b>	<b>8 961 335</b>
Custos com pessoal	30	(3 451 182)	(3 727 291)
Gastos gerais administrativos	31	(3 302 373)	(2 920 701)
Amortizações do exercício	32	(1 627 583)	(772 528)
Provisões líquidas de anulações	33	(130 684)	(3 702)
Correcções de valor associadas ao crédito a Clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	34	(26 284)	(23 307)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	35	(40 850)	0
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	36	(340 000)	(600 000)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>14 863 401</b>	<b>913 807</b>
Impostos		<b>5 399 497</b>	<b>(203 351)</b>
Correntes	37	(5 514 644)	(362 435)
Diferidos	38	115 147	159 085
<b>Resultado do exercício</b>		<b>9 463 904</b>	<b>710 456</b>

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS**

para o período findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Euros	
	31-12-2012	31-12-2011
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Juros e comissões recebidas	16 925 110	5 566 611
Pagamento de juros e comissões	(2 701 166)	(1 682 183)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(6 816 145)	(6 561 420)
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	15 779 092	54 494 626
Outros activos e passivos operacionais	63 019 889	(15 300 915)
Outros recebimentos de Clientes	(4 124 220)	27 888 160
Impostos sobre lucros	(671 489)	282 975
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>81 411 070</b>	<b>64 687 853</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Dividendos recebidos	0	0
Aquisição/Alienação de activos disponíveis para venda	(34 078 296)	5 687 411
Investimentos detidos até à maturidade	(13 242 763)	(77 976 484)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(1 318 056)	(563 550)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	71 500	57 900
Investimentos em empresas filiais e associadas	535 500	(600 000)
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>(48 032 115)</b>	<b>(73 394 723)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Aumento de Capital	0	2 500 000
Dividendos pagos	0	0
Emissão de dívida titulada e subordinada	0	0
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	0	0
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	0	0
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais actividades geradoras de réditos)	0	0
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>0</b>	<b>2 500 000</b>
<b>Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<b>33 378 956</b>	<b>(6 206 870)</b>
Efeito das diferenças de câmbio	0	0
Caixa e equivalentes no início do exercício	30 575 165	36 782 035
Caixa e equivalentes no fim do exercício	63 954 120	30 575 165

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

## ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Actividade Individual)

## ANEXO IV

CONTAS	EM 31/12/2011		AUMENTOS AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	ABATES (LÍQUIDO)	TRANSF.
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
<b>OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS</b>						
Sistemas de Tratamento de Dados ( <i>software</i> )	1 489 140	1 112 816	123 072	372 096	0	230 021
Activos Intangíveis em Curso	0	0	230 021	0	0	-230 021
Outros Activos Intangíveis	185 994	67 546	0	61 998	0	0
	<b>1 675 134</b>	<b>1 180 362</b>	<b>353 093</b>	<b>434 094</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>ACTIVOS TANGÍVEIS</b>						
Imóveis	522 936	9 864	0	8 188	0	0
Equipamento	3 324 569	2 645 928	964 963	1 179 772	7 485	0
Activos em locação financeira	368 570	8 293	0	5 529	0	0
	<b>4 216 074</b>	<b>2 664 085</b>	<b>964 963</b>	<b>1 193 489</b>	<b>7 485</b>	<b>0</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>5 891 208</b>	<b>3 844 447</b>	<b>1 318 056</b>	<b>1 627 583</b>	<b>7 485</b>	<b>0</b>

O Técnico de Contas

Euros

VALOR BRUTO	REGULARIZAÇÕES		VALOR DE AQUISIÇÃO AJUSTADO	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO AJUSTADAS	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS AJUSTADAS	VALOR LÍQUIDO EM 31/12/2012
	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
0	0	0	1 612 212	372 096	1 112 816	357 320
0	0	0	230 021	0	0	0
0	0	0	185 994	61 998	67 546	56 450
0	0	0	2 028 226	434 094	1 180 362	413 770
0	0	0	522 936	8 188	9 864	504 884
0	0	0	4 289 532	1 179 772	2 645 928	456 346
0	0	0	368 570	5 529	8 293	354 748
0	0	0	5 181 037	1 193 489	2 664 085	1 315 979
0	0	0	7 209 264	1 627 583	3 844 447	1 729 749

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Actividade Individual)

CONTAS	Euros				SALDO EM 31-12-2012
	SALDO EM 31-12-2011	AUMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	DIMINUIÇÕES	
Capital realizado	20 000 000				20 000 000
Prémio de emissão	369 257				369 257
Reserva de reavaliação	(393 219)	1 514 597			1 121 378
Reserva legal	435 190		71 046		506 236
Reserva de variações cambiais	0			(375 735)	(375 735)
Outras reservas	288 988				288 988
Resultados transitados	713 363		639 410		1 352 774
Resultado líquido do exercício	710 456	9 463 904	(710 456)		9 463 904
<b>Total Capitais Próprios</b>	<b>22 124 035</b>	<b>10 978 501</b>	<b>0</b>	<b>(375 735)</b>	<b>32 726 801</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2012<sup>1</sup>

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco L.J. Carregosa, S.A. (Banco ou Carregosa) é um Banco comercial com Sede em Portugal, na Av. da Boavista n.º 1083, no Porto. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas.

Em 2012, no âmbito da estratégia definida, o Banco aumentou a sua participação na Optimize Investment Partners SGFIM, S.A. para 35%, passando as contas desta sociedade a ser incluídas no perímetro de consolidação do grupo Banco Carregosa pelo método da equivalência patrimonial. Por outro lado, reduziu a sua participação na Górdio, S.A. para 19%, excluindo esta sociedade da sua esfera de influência.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 4 agências e um escritório de representação em Espanha.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Carregosa são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.



As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a Clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

As demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2011.

Estas demonstrações foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor.

<sup>1</sup> [Montantes em Euros excepto quando expressamente indicado].

### 2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

#### 2.2.1 - Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

#### 2.2.2 - Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de “*fixing*” da data do balanço, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

#### 2.2.3 - Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

#### 2.2.4 - Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador,

incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

#### 2.2.5 - Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

#### 2.2.6 – Investimentos detidos até à Maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

### 2.2.7 - Crédito a Clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a Clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a Clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição. A valorimetria seguida nos créditos a Clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros;
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados;
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável;
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas;
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

### 2.2.8 – Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta

própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

### 2.2.9 - Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

### 2.2.10 – Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso n.º 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

#### i) – Provisões para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso n.º 8/2003 de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

**iii) - Provisões para riscos gerais de crédito:**

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido;

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de Dezembro dos contratos de crédito bem como dos valores a receber de outros devedores.

**2.2.11 - Outros activos tangíveis**

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo.

Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

Anos:

**Equipamento:**

Equipamento de transporte 4 – 8

Mobiliário e material 8 – 16

Equipamento informático 3 – 8

Outras imobilizações corpóreas 5 – 20

**2.2.12 - Activos intangíveis**

O Banco regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercuta para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

**2.2.13 - Outros Passivos Financeiros – Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros**

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de Clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

**2.2.14 - Provisões e passivos contingentes**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### 2.2.15 - Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

### 2.2.16 - Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões aos seus Clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

### 2.2.17 - Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros são reconhecidos como activos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto se as operações que os originaram tenham sido reflectidas em rubrica específica de capital próprio. Neste

caso, o efeito fiscal é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

### 2.2.18 - Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário* como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada, por invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesgere. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A., subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Acções (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%).

Como anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o



justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados em rubricas de balanço ("Corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos actuais com a assistência médica, decidiu o Banco em 2010 externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores, mantendo os mesmos níveis de encargos.

### **2.2.19 - Relato por Segmentos**

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de actividade.

Dado que as actividades do Banco Carregosa se desenvolvem em Portugal e em Espanha através de um escritório de representação, não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

### 3. NOTA PRÉVIA

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e compostas pelas seguintes rubricas:

#### 3.1 - Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais - Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	0	0
Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	50 677 236	553
	<b>50 677 413</b>	<b>553</b>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

#### 3.2 - Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito - Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Depósitos à Ordem em Instituições de Crédito</b>		
Residentes	3 984 564	4 631 543
Não residentes	7 301 344	7 174 040
	<b>11 285 908</b>	<b>11 805 582</b>

#### 3.3 - Activos Financeiros Detidos para Negociação - Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Títulos de negociação</b>		
Títulos	2 142 483	39 234 067
Instrumentos derivados com justo valor positivo	214 558	15 434
	<b>2 357 042</b>	<b>39 249 501</b>

Esta carteira, sofreu uma diminuição face ao período homólogo, quer por via de alienações por evolução favorável dos mercados, quer por transferências de parte dos títulos para a carteira de activos detido até à maturidade.

**ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO JUSTO VALOR	VALIAS		IMPARIDADE
			MAIS	MENOS	
<b>Instrumentos de Dívida</b>					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De outros emissores públicos</i>					
Dívida de Agências Soberanas	381 241	546 746	165 505	-	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	729 898	761 716	32 447	629	-
	<b>1 111 139</b>	<b>1 308 462</b>	<b>197 952</b>	<b>629</b>	<b>-</b>
<b>Instrumentos de Capital</b>	1 111 139				
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Acções	7 153	16 000	8 847	-	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Unidades de Participação	8 264	4 003	-	4 261	-
	<b>15 417</b>	<b>20 003</b>	<b>8 847</b>	<b>4 261</b>	<b>-</b>
<b>Outros</b>	15 417				
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Produtos Estruturados	534 474	570 400	35 926	-	-
Outros	278 453	243 618	-	34 835	-
	<b>812 927</b>	<b>814 018</b>	<b>35 926</b>	<b>34 835</b>	<b>-</b>
<b>Instrumentos Derivados com Justo Valor Positivo</b>	812 927				
<b>Outros</b>					
Mais-valias não realizadas em CFDs sobre moeda	-	214 558	-	-	-
	<b>-</b>	<b>214 558</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 939 484</b>	<b>2 357 042</b>	<b>242 725</b>	<b>39 725</b>	<b>-</b>

**3.4 - Activos Financeiros Disponíveis para Venda - Nota 04**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Emitidos por residentes</b>		
Instrumentos de dívida pública portuguesa	5 014 329	29 262
Instrumentos de dívida de outros residentes	9 100 170	3 425 820
Instrumentos de capital	2 617 200	307 600
	<b>16 731 699</b>	<b>3 762 682</b>
<b>Emitidos por não residentes</b>		
Instrumentos de dívida	24 221 508	2 172 687
	<b>40 953 207</b>	<b>5 935 370</b>

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Durante 2012, efectuou-se um reforço desta carteira em face, quer da aplicação do considerável crescimento dos recursos captados de Clientes, quer pela evolução favorável do mercado, em alguns títulos de dívida de emittentes não residentes e que não são aceites como colateral para os recursos captados junto do Banco Central.

**ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO JUSTO VALOR	VALIAS		IMPARIDADE
			MAIS	MENOS	
<b>INSTRUMENTOS DE DÍVIDA</b>					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De dívida pública portuguesa</i>					
Obrigações do Tesouro	36 084	15 329	-	20 755	-
Bilhetes do Tesouro	4 983 874	4 999 000	15 126	-	-
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	9 057 949	9 100 170	61 714	19 493	-
<i>Emitidos por Não Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>					
Dívida não Subordinada	22 813 125	24 221 508	1 408 383	-	-
	<b>36 891 032</b>	<b>38 336 007</b>	<b>1 485 223</b>	<b>40 248</b>	<b>-</b>
<b>INSTRUMENTOS DE CAPITAL</b>					
<i>Emitidos por Residentes</i>					
<i>De Outros Emissores Residentes</i>					
Acções	2 778 810	2 617 200	-	120 760	-
	<b>2 778 810</b>	<b>2 617 200</b>	<b>-</b>	<b>120 760</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>39 669 842</b>	<b>40 953 207</b>	<b>1 485 223</b>	<b>161 008</b>	<b>-</b>

### 3.5 - Aplicações em Instituições de Crédito - Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>No país</b>		
No Banco de Portugal	0	6 080 000
Em outras instituições de crédito	4 769 855	15 700 000
Em proveitos a receber	25 444	7 620
	<b>4 795 298</b>	<b>21 787 620</b>

A diminuição desta rubrica encontra justificação no redireccionamento da liquidez para o investimento em títulos da dívida Portuguesa.

### 3.6 - Créditos a Clientes - Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Crédito interno</b>		
Créditos em conta corrente	10 347 303	3 599 500
Créditos em conta corrente	10 786 833	2 631 112
Descobertos em depósitos à ordem	93 301	280 740
Operações de compra com acordo de revenda	16 288 014	0
<b>Crédito ao exterior</b>		
Empréstimos	1 360 000	1 700 000
Créditos em conta corrente	705 771	290 000
<b>Crédito e juros vencidos</b>	<b>160 472</b>	<b>186 654</b>
<b>Rendimentos a receber</b>	<b>69 519</b>	<b>23 442</b>
	<b>39 811 213</b>	<b>8 711 448</b>
<b>Provisões para crédito e Juros vencidos</b>	<b>(78 500)</b>	<b>(52 217)</b>
	<b>39 732 712</b>	<b>8 659 231</b>

A carteira de crédito sofreu um crescimento considerável face ao período homólogo, em praticamente todas as categorias de crédito, incluindo uma operação de compra com acordo de revenda, efectuada com outra Instituição de crédito nacional. No entanto, verifica-se que os níveis relativos de provisionamento diminuíram, em resultado de uma política de garantias sólidas e rigor na avaliação dos pedidos, com efeitos positivos na margem financeira.

### 3.7 - Investimentos detidos até à maturidade - Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Emitidos por residentes</b>		
Instrumentos de dívida pública portuguesa	93 615 016	77 016 880
Instrumentos de dívida de outros residentes	0	959 604
<b>Rendimentos a receber</b>		
<b>Emitidos por residentes</b>		
De dívida pública portuguesa	1 327 464	2 034 950
De outros emissores públicos portugueses	0	1 154
	<b>94 942 480</b>	<b>80 012 588</b>

Por orientação do Comité de Investimentos ALCO, o Banco passou a integrar, nesta carteira, um lote significativo de títulos, quer através de compras directas, quer por transferência das restantes carteiras. De igual forma, o ALCO recomendou, em Dezembro de 2012, a manutenção desta estratégia, muito embora, por Deliberação da CE, em Janeiro de 2013, fruto da instabilidade e incertezas futuras, decidiu-se pela alienação de parte desta carteira e transferência do remanescente para detidos para venda. A maior parte destes títulos foram utilizados como colateral nas operações extraordinárias de financiamento de longo prazo efectuadas pelo Banco Central, e desagregam-se pelas seguintes maturidades residuais a 31 de Dezembro de 2012:

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ MATURIDADE	INFERIOR A 3 MESES	ENTRE 3 MESES A 1 ANO	SUPERIOR A 1 ANO	TOTAL
<b>Títulos Rendimento Fixo</b>				
Obrigações de emissores públicos Nacionais	0	49 345 885	44 269 131	<b>93 615 016</b>

### 3.8 - Outros activos tangíveis - Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Outros activos tangíveis</b>		
Imóveis	522 936	522 936
Equipamento (*)	3 995 042	3 324 568
Activos em locação financeira	368 570	368 570
	<b>4 886 548</b>	<b>4 216 074</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Imóveis	(18 052)	(9 864)
Equipamento (*)	(3 538 696)	(2 645 928)
Activos em locação financeira	(13 821)	(8 293)
	<b>(3 570 569)</b>	<b>(2 664 085)</b>
	<b>1 315 979</b>	<b>1 551 989</b>

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2012 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado “Activos Intangíveis e Tangíveis em 31 de Dezembro de 2012”.

(\*) Conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012 substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e seminovas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes.

### 3.9 - Activos intangíveis - Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Outros activos intangíveis</b>		
Sistema tratamento automático de dados (Software)	1 842 233	1 489 140
Activos tangíveis em curso	0	0
Outros	185 994	185 994
	<b>2 028 226</b>	<b>1 675 134</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>		
Sistema tratamento automático de dados (Software)	(1 484 913)	(1 112 816)
Outros	(129 544)	(67 546)
	<b>(1 614 457)</b>	<b>(1 180 362)</b>
	<b>413 770</b>	<b>494 772</b>

Apesar de uma redução em termos líquidos, salienta-se o investimento significativo em sistemas de informação, quer ao nível

do sistema de suporte ao negócio do Banco, quer em investimentos efectuados na reformulação da respectiva presença na Internet e na participação no sistema interbancário de transferências a crédito SEPA..

### 3.10 - Investimento em assoc. e filiais excluídas do perímetro consolidação - Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Valorizadas ao custo histórico - no país</b>		
No país	1 452 848	1 894 378
<b>Impar. acum. NIC/Provisões para imparidades acum. NCA</b>		
No país - filiais	(600 000)	(600 000)
No país - associadas	(340 000)	0
	<b>512 848</b>	<b>1 294 378</b>

Está incluída nesta rubrica a participação adquirida na associada Optimize Investment Partners, S.A.. Foi considerada uma imparidade de € 340 000 em função da análise dos prejuízos individuais acumulados pela sociedade, mantendo-se a imparidade para a Lisbon Brokers, S.A. constituída em 2011 de € 600 000.

### 3.11 - Activos por Impostos Diferidos - Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Diferenças temporárias		
Activos tangíveis	126 552	11 405
Activos intangíveis	6 739	6 739
Imparidade em investimentos em filiais	159 000	159 000
	<b>292 291</b>	<b>177 144</b>

Esta rubrica reflecte apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento. Como indicado ao nível das políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade.

### 3.12 - Outros Activos - Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Outras disponibilidades</b>	20 668	0
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Devedores diversos	69 194	132 551
Aplicações diversas	106 263	111 066
<b>Outros activos</b>	40 797	39 372
<b>Outros juros e rendimentos similares</b>		
De rendimento fixo emitido por residentes		
De dívida pública portuguesa	12	244 521
De outros emissores públicos nacionais	9 440	17 213
De outros residentes	120 704	539 308
De rendimento fixo emitido por não residentes		
De outros não residentes	402 770	369 331
<b>Outros rendimentos a receber</b>	1 377 879	611 335
<b>Despesas com encargo diferido</b>		
Seguros	19 933	38 022
Outras Despesas	31 464	52 811
<b>Valor Patrimonial do Fundo de Pensões</b>	2 000 303	1 668 233
<b>Outras contas de Regularização</b>	5 120 964	651 625
	<b>9 320 391</b>	<b>4 475 388</b>

### 3.13 - Recursos de Bancos Centrais - Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Recursos do Banco de Portugal</b>		
Outros recursos - Empréstimos	90 000 000	90 500 000
<b>Juros de recursos do Banco de Portugal</b>		
Empréstimos	621 181	33 299
	<b>90 621 181</b>	<b>90 533 299</b>

### 3.14 - Passivos Financeiros detidos para negociação - Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Vendas a descoberto</b>		
Instrumentos de dívida (*)	18 545 000	0
<b>Instrumentos derivados com justo valor negativo</b>	1 049	66 584
	<b>18 546 049</b>	<b>66 584</b>

(\*) Vendas a descoberto de instrumentos de dívida.

Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

### 3.15 - Recursos de outras instituições de crédito - Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Recurso a instituições de crédito no país</b>		
Descobertos de Depósitos à Ordem	71 546	203 885
Operações de venda com acordo de recompra - Repos	16 240 499	0
Outros Recursos	3 668	0
	<b>16 315 712</b>	<b>203 885</b>
<b>Recurso a instituições de crédito no estrangeiro</b>		
Depósitos à ordem	282 898	215 439
Descobertos em depósitos à ordem	2 732 776	2 814 706
	<b>3 015 674</b>	<b>3 030 145</b>
	<b>19 331 386</b>	<b>3 234 030</b>

**3.16 - Recursos de Clientes e outros empréstimos - Nota 16**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Recursos de Clientes</b>		
Depósitos		
De residentes		
À ordem	18 462 732	16 661 406
A prazo	45 167 458	21 820 244
De não residentes		
À ordem	10 709 010	10 480 913
A prazo	2 893 322	1 340 388
	<b>77 232 522</b>	<b>50 302 951</b>
<b>Juros de recursos de Clientes</b>		
Depósitos		
De residentes	634 512	282 387
De não residentes	13 617	10 034
	<b>648 129</b>	<b>292 421</b>
	<b>77 880 651</b>	<b>50 595 372</b>

**3.17 - Provisões - Nota 17**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Provisões para riscos gerais de crédito</b>		
Crédito concedido	236 611	106 074
	<b>236 611</b>	<b>106 074</b>

**Movimentos em Provisões e Imparidades e Correções de Valores  
Associadas ao Crédito a Clientes e Valores a Receber**

	SALDOS 31-12-2011	DOTAÇÕES	UTILIZAÇÕES TRANSF./AJUST.	ANULAÇÕES REPOSIÇÕES	SALDOS 31-12-2012
Provisões para Crédito e Juros Vencidos (*)	52 217	185 965	(1)	159 681	78 500
Provisões para Riscos Gerais Crédito	106 074	327 480	(147)	196 796	236 611
<b>TOTAL</b>	<b>158 291</b>	<b>513 445</b>	<b>(148)</b>	<b>356 477</b>	<b>315 111</b>

(\*) Estes totais incluem as Provisões deduzidas no Activo (nota 6).

### 3.18 - Passivos por impostos correntes - Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
IRC a pagar	5 233 236	362 298
	<b>5 233 236</b>	<b>362 298</b>

### 3.19 - Outros Passivos - Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Créditos e outros recursos</b>		
Fornecedores	425 836	288 408
Fornecedores Bens em Locação Financeira	285 100	355 615
<b>Credores por Operações sobre Valores Mobiliários</b>	810 270	1 340 755
<b>Outros Credores</b>	20 247	175 702
<b>Outros Recursos</b>	3 676 177	3 153 719
IVA a pagar	60 044	45 012
Sector Público Administrativo	282 426	98 048
Contribuições para a Segurança Social	53 449	55 099
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	4 739	4 630
Sindicatos	860	868
	<b>5 619 147</b>	<b>5 517 855</b>
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</b>	<b>2 150 287</b>	<b>1 771 214</b>
<b>Outros juros e encargos similares</b>		
Instrumentos de dívida	324 225	0
<b>Encargos a pagar</b>		
Serviços prestados bancários p/ terceiros	0	0
Por gastos com pessoal	408 420	399 009
Por gastos gerais administrativos	268	266
Outros encargos a pagar	68 652	176 494
	<b>801 564</b>	<b>575 769</b>
<b>Outras receitas com rendimento diferido</b>	<b>170</b>	<b>213</b>
<b>Outras operações a regularizar</b>	<b>3 452 079</b>	<b>557 372</b>
	<b>12 023 248</b>	<b>8 422 424</b>

Na rubrica de outros recursos, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de Clientes resultantes de operações sobre derivados e montantes aplicados em liquidez nos contractos de gestão de carteiras.

O valor reportado como Sector Público Administrativo diz respeito aos valores de retenções de imposto na fonte efectuados no ano, e a entregar no ano seguinte:

### 3.20 - Capital - Nota 20

O anexo da “Demonstração da variação nos capitais Próprios” apresenta uma variação positiva face a 2011 no montante de € 10 642 169 em resultado da variação das Reservas de reavaliação das carteiras de títulos e do Resultado positivo do exercício.

### 3.23 - Margem Financeira - Nota 21 e 22

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Juros e Rendimentos Similares de:</b>		
Disponibilidades e aplicações em OIC	772 805	649 451
Crédito a Clientes	1 042 377	495 733
Crédito vencido	58 699	40 168
Outros activos financeiros		
Detidos para negociação	1 220 821	1 576 973
Disponíveis para venda	1 266 447	221 055
Detidos até maturidade	8 179 963	514 992
	<b>12 541 111</b>	<b>3 498 373</b>
<b>Juros e Encargos Similares de:</b>		
Recursos de OIC	(957 261)	(356 142)
Recursos de Clientes	(2 042 316)	(538 734)
Passivos de negociação	(189 358)	0
Outros	(10 863)	(16 275)
	<b>(3 199 799)</b>	<b>(911 152)</b>
	<b>9 341 313</b>	<b>2 587 221</b>

A margem financeira aumentou consideravelmente em 2012, na sua grande maioria devido aos juros implícitos em cada uma das carteiras de obrigações do Banco, ao forte crescimento do crédito e, de forma inversa, à remuneração dos Depósitos a Prazos de Clientes, cuja carteira se reforçou significativamente.

### 3.22 - Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões - Nota 23 e 24

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Rendimentos de Serviços e Comissões por:</b>		
Garantias e avales	1 379	16 658
Outras operações s/ instrumentos financeiros	0	177 591
Depósito e guarda de valores	20 338	32 022
Cobrança de Valores	76 530	85 638
Administração de Valores	176 278	161 765
Organismos de investimento colectivo	40 309	44 186
Operações de crédito	0	0
Outros Serviços Prestados	337 246	656 304
Operações realizadas por conta de Terceiros	2 981 999	3 387 601
Outras comissões recebidas	216 495	56 991
	<b>3 850 574</b>	<b>4 618 756</b>
<b>Encargos com Serviços e Comissões por:</b>		
Depósito e guarda de valores	(38 008)	(35 055)
Cobrança de valores	0	0
Outros serviços bancários prestados por terceiros	(32 072)	(32 803)
Operações realizadas por terceiros	(735 232)	(766 567)
	<b>(805 311)</b>	<b>(834 425)</b>
	<b>3 045 263</b>	<b>3 784 331</b>

**3.23 - Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor - Nota 25**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
<b>Activos financeiros detidos para negociação</b>		
Instrumentos de dívida	15 263 688	59 813 427
Instrumentos de capital	3 528 670	1 198 189
Instrumentos derivados	680 474	376 325
Outros	224 314	84 218
<b>Passivos financeiros negociação (não derivados)</b>	2 430 027	0
	<b>22 127 173</b>	<b>61 472 159</b>
<b>Perdas em:</b>		
<b>Activos Financeiros detidos por Negociação</b>		
Instrumentos de dívida	(9 508 893)	(56 788 689)
Instrumentos de capital	(3 353 367)	(1 204 352)
Instrumentos derivados	(356 865)	(585 606)
Outros	(136 791)	(82 513)
<b>Passivos financeiros negociação (não derivados)</b>	(3 828 038)	0
	<b>(17 183 954)</b>	<b>(58 661 160)</b>
	<b>4 943 219</b>	<b>2 810 998</b>

Apesar da inversão da tendência negativa dos preços das obrigações de dívida pública portuguesa, verificada em Dezembro de 2011, e que justificou em grande medida os resultados obtidos em 2011, foi possível alargar ainda mais o respectivo efeito ao longo de 2012. Ainda assim, este resultado sofreu uma penalização de cerca de 1,4 milhões de euros, em resultado da abertura de posições curtas em títulos de dívida pública, já no final do ano, fruto de uma expectativa de inversão de tendência que não se veio a verificar nesse período.

### 3.24 - Resultados de activos financeiros disponíveis para venda - Nota 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	5 011 847	0
Instrumentos de capital	18 260	0
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	379 302	67 269
Instrumentos de capital	0	0
	<b>5 409 409</b>	<b>67 269</b>
<b>Perdas em:</b>		
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	(3 700)	0
Instrumentos de capital	0	0
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(827 962)	(123 815)
Instrumentos de capital	0	0
Outros	0	0
	<b>(831 662)</b>	<b>(123 815)</b>
	<b>4 577 746</b>	<b>(56 546)</b>

Os resultados resultam das alienações ocorridas durante o ano de 2012 e anulações das reservas correspondentes.

**3.25 - Resultados de reavaliação cambial - Nota 27**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	185 622	362 100
<b>Perdas em:</b>		
Diferenças cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira - divisas	(315 211)	(139 386)
	<b>(129 589)</b>	<b>222 714</b>

Resultados apurados em grande parte devido à valorização/desvalorização dos USD face ao EUR, moeda em que o Banco manifestou uma maior exposição.

**3.26 - Resultados de alienação de outros activos - Nota 28**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
Ganhos em investimentos detidos até à maturidade	2 395 770	0
Activos não financeiros	64 015	30 000
<b>Perdas em:</b>		
Perdas em investimentos em filiais no país	(64 500)	0
	<b>2 395 285</b>	<b>30 000</b>

Nos activos não financeiros os registos de 2011 e 2012, referem-se à venda de viaturas sendo que a perda em investimentos em filiais no País se refere à venda de 30% da Sociedade Górdio.

### 3.27 - Outros resultados de exploração - Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos em:</b>		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	15 602	42 721
	<b>15 602</b>	<b>42 721</b>
<b>Perdas em:</b>		
Outros impostos	(155 052)	(38 859)
Quotizações e donativos	(38 851)	(2 318)
Contribuições para FGD	(17 500)	(17 500)
Contribuições SII	(2 500)	(107 381)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(1 034)	(288)
Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações	(1 208)	(645)
Outros encargos e gastos operacionais	(190 336)	(293 114)
	<b>(406 481)</b>	<b>(460 105)</b>
	<b>(390 879)</b>	<b>(417 383)</b>

### 3.28 - Custos com o pessoal - Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Remunerações</b>		
Dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	(482 660)	(383 271)
De Empregados	(2 227 260)	(2 416 091)
<b>Encargos Sociais Obrigatórios</b>		
Encargos relativos a Remunerações	(609 324)	(681 630)
Outros encargos sociais obrigatórios		
Fundo de pensões	(31 667)	(45 485)
Seguros de acidentes de trabalho	(11 477)	(15 022)
<b>Outros custos com o pessoal</b>	<b>(88 794)</b>	<b>(185 792)</b>
	<b>(3 451 182)</b>	<b>(3 727 291)</b>

Em Dezembro 2012 o Banco contava com 66 colaboradores em Portugal e 2 em Espanha, num total de 68. No final de 2012, a título extraordinário e pontual, foi pago aos colaboradores um prémio de desempenho.

### Responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência

O Banco Carregosa disponibiliza um Plano de Pensões aos trabalhadores que, à data de 31 de Dezembro de 2010, não estavam integrados no Sistema Nacional de Pensões, correspondentes a cerca de um terço do quadro de pessoal do Banco Carregosa.

O Plano de Pensões do Banco Carregosa é um plano de benefício definido, segue o estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT) e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal. A formação do valor das prestações depende do número de anos de serviço do trabalhador e das tabelas salariais estipuladas pelo ACTV.

Os benefícios garantidos aos participantes do Plano de Pensões do Banco Carregosa:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez presumível;
- Pensões por sobrevivência diferida;
- Pensões por sobrevivência imediata;
- Encargos pós reforma com SAMS;
- Subsídio Morte para activos.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Adicionalmente, o Banco tem ainda responsabilidades e encargos com a assistência médica dos seus trabalhadores. Os trabalhadores que, à data de 31 de Dezembro de 2010, estavam integrados na CAFEB têm como benefício de protecção na saúde os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) dos respectivos sindicatos. Os restantes trabalhadores beneficiam de um Seguro de Saúde MULTICARE

com condições aproximadas aos serviços de assistência médica dos SAMS.

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA PROFISSIONAL	31.12.2011	31.12.2012
Administração	5	6
Direcção	14	14
Técnicos	12	11
Administrativos	13	13
Comerciais/operacionais	18	18
Outros	6	6
	<b>68</b>	<b>68</b>

As responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência e os respectivos custos decorrentes do Plano de Pensões do Banco foram elaborados através de uma avaliação actuarial realizada por um actuário da firma Pereira da Silva, Pedro Corte Real & Associados, sendo a entidade gestora a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

O Plano de Pensões do Banco é um plano de benefício definido e segue o estabelecido no ACTV - *Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário*. A 31 de Dezembro de 2012, o Plano de Pensões do Banco Carregosa contava com 19 activos e 1 pensionista.

Do Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro, resultam alterações na metodologia de cálculo de responsabilidades dos fundos de pensões. A partir da data de transição dos trabalhadores bancários inscritos na CAFEB para o Regime Geral da Segurança Social, 31 de Dezembro de 2010, o fundo deixa de ser responsável pela totalidade da pensão ACT sendo que a partir dessa data, considera-se apenas a pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

De acordo com o método utilizado nesta avaliação, o Valor Actual das Responsabilidades com os Serviços Passados em 31 de Dezembro de 2012 corresponde a € 1 935 263,15, sendo que deste montante, € 110 978,76 correspondem ao Valor Actual das Pensões em Pagamento. O valor do fundo à mesma data é de € 2 000 302,68, o que significa uma

cobertura integral do Valor Actual das Responsabilidades com os Serviços Passados.

Estando o financiamento do plano de pensões sujeito, em termos de financiamento mínimo, ao estabelecido pelo Banco de Portugal, ou seja, o financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e de direitos adquiridos e em 95% as responsabilidades por serviços passados da população activa, verifica-se que o mesmo dá cumprimento integral ao estabelecido.

Face ao nível de financiamento observado em 2011, não foram efectuadas contribuições em 2012.

A contribuição recomendada para 2013 é de 29 315,94 que corresponde a 6,71% da massa salarial prevista para 2013. O respectivo relatório encontra-se disponível para consulta.



## 3.29 - Gastos gerais administrativos - Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Com fornecimentos:</b>		
Água, Energia e Combustíveis	(162 047)	(153 132)
Material de Consumo Corrente	(3 729)	(12 504)
Publicações	(8 823)	(8 570)
Material de Higiene e Limpeza	(9 778)	(9 054)
Outros Fornecimentos de Terceiros	(84 456)	(53 595)
	<b>(268 833)</b>	<b>(236 855)</b>
<b>Com Serviços:</b>		
Rendas e Alugueres	(312 141)	(312 620)
Comunicações	(257 253)	(306 566)
Deslocações, estadas e Representação	(169 969)	(121 881)
Publicidade e edição de Publicações	(515 100)	(273 875)
Conservação e Reparação	(170 301)	(122 950)
Seguros	(20 115)	(18 864)
Serviços especializados		
Avenças e Honorários	(93 007)	(78 111)
Judiciais, Contencioso e Notariado	(8 431)	(7 153)
Informática	(580 344)	(484 846)
Segurança e Vigilância	(5 482)	(3 821)
Limpeza	(9 229)	(11 040)
Informações	(290 622)	(359 314)
Bancos de dados	(33 938)	(31 203)
Outros serviços especializados		
Estudos e Consultas	(62 457)	(27 340)
Consultores e Auditores Externos	(446 717)	(466 394)
Traduções	0	0
Outros serviços de terceiros	0	0
<b>Outros serviços de terceiros</b>		
Assessoria, comunicação e imagem	(42 983)	(44 560)
Banco de Portugal - Serviço Bpnet	(2 448)	(2 674)
Serviços de condomínio	(8 434)	(7 512)
Outros	(4 569)	(3 122)
	<b>(3 033 541)</b>	<b>(2 683 846)</b>
	<b>(3 302 373)</b>	<b>(2 920 701)</b>

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do Art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários com o ROC, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas	
Revisão Legal de Contas	26 132,18
Revisão das DF's intercalares	15 001,25
Serviços de Garantia e Fiabilidade	5 400,45
	<b>46 533,88</b>

### 3.30 - Amortizações do exercício - Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Activos tangíveis</b>		
De imóveis	(8 188)	(7 751)
De equipamento	(1 179 772)	(437 438)
De activos em locação financeira	(5 529)	(5 529)
	<b>(1 193 489)</b>	<b>(450 717)</b>
<b>Activos intangíveis</b>	<b>(434 094)</b>	<b>(321 810)</b>
	<b>(1 627 583)</b>	<b>(772 528)</b>

Conforme referido na nota 10, os movimentos e saldos das rubricas de outros "activos tangíveis" e "activos intangíveis", incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV.

### 3.31 - Provisões líquidas de anulações - Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos:</b>		
Provisões para riscos gerais de crédito	196 797	129 387
<b>Perdas:</b>		
Provisões para riscos gerais de crédito	(327 480)	(133 089)
	<b>(130 684)</b>	<b>(3 702)</b>

**3.32 - Correções de valores associados ao crédito a Clientes - Nota 34**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ganhos:</b>		
Para crédito vencido	159 681	10 690
<b>Perdas:</b>		
Para crédito vencido	(185 965)	(33 998)
	<b>(26 284)</b>	<b>(23 307)</b>

**3.33 - Imparidade de outros act. fin. líquida de reversões e recuperações - Nota 35**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>		
Títulos	(40 850)	0
	<b>(40 850)</b>	<b>0</b>

**3.34 - Imparidade de outros act. líquida de reversões e recuperações - Nota 36**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
Investimento em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	340 000	600 000
	<b>340 000</b>	<b>600 000</b>

O registo desta imparidade em 2012 é resultante do teste efectuado para a Optimize a que acresce às de 2011 para as duas Participadas Lisbon Brokers, S.A. e Francisco Marques Pereira, SGPS, S.A. na proporção de € 530 000 para a primeira e € 70 000 para a segunda, conforme modelo sujeito a aprovação pelo Banco de Portugal.

**3.35 - Impostos - Nota 37**

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Correntes</b>	<b>(5 514 644)</b>	<b>(362 435)</b>
<b>Diferidos</b>	<b>115 147</b>	<b>159 085</b>
	<b>(5 399 497)</b>	<b>(203 351)</b>

Impacto dos registos nas notas seguintes.

## IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2012 e 2011 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	2012	2011
1 Resultados antes de Impostos - Base NCA	14 863 401	9 138 807
2 Taxa legal de Imposto (IRC + Derrama)	26,50%	26,50%
3 Carga Fiscal Normal (1x2)	3 938 801	242 159
4 Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
4.1 Provisões e perdas por imparidade não dedutíveis	368 330	133 089
4.2 Amortizações não aceites como custo	909 801	51 054
4.3 Donativos e Quotizações	0	50
4.4 IRC relativo a anos anteriores	0	0
4.5 Mais-valias fiscais	25 417	9 143
4.6 Multas, coimas e juros compensatórios	2 944	1 608
4.7 Correções relativas a exercícios anteriores	4 777	125 590
4.8 Correções impactos em NCA's	0	10 671
4.9 Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	0	0
4.10 Despesas não devidamente documentadas e ofertas	25 417	17 852
4.11 Pensões de reforma	0	0
4.12 Insuficiência estimativa de imposto	27 784	9 971
4.13 Correções nos casos de crédito de imposto e retenção na fonte	0	0
4.14 Fundo de pensões	31 689	45 485
4.15 Imparidade em filiais e associadas	340 000	600 000
4.16 Contribuição sobre o Sector Bancário	109 046	0
	1 845 205	1 004 514
5 Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
5.1 Redução de provisões tributáveis	-196 797	-129 387
5.2 Benefícios fiscais	-15 034	-1 084
5.3 Impacto NCA's	-10 352	-10 352
5.4 Mais-valias contabilísticas	-64 015	-30 000
5.5 Excesso estimativa de imposto	0	0
5.6 Correções relativas a exercícios anteriores	-2 807	-17 053
	-289 004	-187 876
6 Variações patrimoniais	1 138 862	-103 966
7 Lucro tributável (1+4+5+6)	17 558 464	1 626 479
8 Prejuízo fiscal reportável	0	-508 641
9 Imposto (Colecta + Derrama)	5 285 018	302 294
10 Tributações autónomas	229 626	60 141
11 Imposto total (9+10)	5 514 644	362 435
12 Taxa efectiva (11/1)	37,10%	39,66%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

Adicionalmente, de acordo com o Art.º 58º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

### 3.36 - Impostos Diferidos - Nota 38

Os impostos diferidos registados em 2012 no valor de € 115 147 resulta de dois efeitos simétricos, sendo um resultante do impacto fiscal no processo de amortização integral do parque automóvel do Banco a que corresponde € 117 890 e outro no valor de € 2 743 provocado por ajustamento decorrentes de políticas de natureza contabilística/fiscal dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 2011 o registo de € 159 085 está conforme o impacto nos resultados da imparidade calculada para a Lisbon Brokers S.A. e Francisco Marques Pereira, SGPS no valor total de € 600 000.

### 3.37 - Contas Extrapatrimoniais

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Compromissos perante Terceiros:</b>		
Compromissos irrevogáveis		
Responsabilidades potenciais para com o SII	169 843	220 117
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito	8 546 237	6 751 102
Facilidades de descoberto em conta	47 699	194 510
	<b>8 763 779</b>	<b>7 165 729</b>
<b>Responsabilidade por prestações de serviços:</b>		
De Depósito e guarda de valores	418 290 366	385 995 602
Valores administrativos pela Instituição	18 113 287	23 121 191
Outras	0	(0)
	<b>436 403 653</b>	<b>409 116 793</b>
<b>Serviços prestados por Terceiros:</b>		
Por depósito e guarda de valores	375 476 214	349 298 426
Por outros serviços	0	0
	<b>375 476 214</b>	<b>349 298 426</b>

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Operações cambiais e instrumentos derivados:</b>		
Operações cambiais a prazo - negociação	17 992 912	5 502 982
Futuros e opções a prazo - negociação	0	0
	<b>17 992 912</b>	<b>5 502 982</b>
<b>Garantias prestadas e outros serviços eventuais:</b>		
Garantias pessoais	359 773	2 023 095
Garantias reais	127 180 000	106 296 906
	<b>127 539 773</b>	<b>108 320 001</b>
<b>Garantias recebidas:</b>		
Garantias pessoais	0	0
Garantias reais	37 411 349	4 066 577
	<b>37 411 349</b>	<b>4 066 577</b>
<b>Outras rubricas extrapatrimoniais:</b>		
Créditos abatidos ao activo	1 337 153	1 337 153
Juros vencidos	10 804	9 781
Contas diversas	(1 004 935 636)	(884 817 442)
	<b>(1 003 587 679)</b>	<b>(883 470 508)</b>

Porto, 16 de Abril de 2013

**O Técnico de Contas**

Pedro Baldaque Silva

**O Conselho de Administração**

**Presidente:** Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Paulo Armando Morais Mendes

Carlos da Costa Oliveira

António José Paixão Pinto Marante

Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes

# XIV

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS)





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 256.599.162 euros e um total de capital próprio de 32.726.801 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 9.463.904 euros), as Demonstrações de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

### Opinião

7. Em minha opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado

das suas operações e os fluxos de caixa para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

### Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7, saliento que a ênfase incluída na Certificação Legal das Contas individuais do Banco Carregosa no exercício de 2011 no parágrafo nº 8 já não se aplica a este exercício.

A ênfase do ano anterior decorria de, à data de emissão da Certificação supra citada, e relativamente à participação de 19,99% que o Banco Carregosa detinha à data na sociedade Optimize Investment Partners – SGFIM (**Optimize**) registada no activo do Banco na rubrica de Activos Financeiros disponíveis para venda, os testes de imparidade realizados, não obstante terem revelado não ser necessário o registo de qualquer imparidade no exercício de 2011, estava suportada na opinião embora informal de uma entidade idónea e independente do Orgão de Gestão da **Optimize**.

De acordo com a IAS 39, os activos financeiros que sejam investimentos em instrumentos de capital próprio, que não tenham um preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, devem ser mensurados pelo custo e estão sujeitos a revisão quanto à imparidade. A participação do Banco Carregosa na **Optimize** enquadrava-se no descrito neste parágrafo.

As Contas anuais da **Optimize** de 2010 e as Contas anuais de 2011 provisórias que foram disponibilizadas ao Banco no ano anterior permitiam verificar que, a sociedade se enquadrava no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais uma vez que se verificava que, pelas já citadas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 provisórias, estava perdido mais de metade do seu capital social.

De acordo com a opinião informal supra referida, concluía-se que, pelos valores constantes no *Business Plan* da **Optimize** para os anos 2011 a 2015 era expectável que a **Optimize** invertesse o ciclo de resultados negativos que tinha vindo a acumular, e conseguiria repôr os seus capitais próprios, no mínimo, ao nível do seu capital social inicial.

Já no ano de 2012, o Banco Carregosa reforçou a sua posição accionista junto da **Optimize** para 35%, passando a ser registada no activo do Banco na rubrica de Investimentos em Associadas e incluída no perímetro de consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, os testes de imparidade efectuados, considerando a evolução da parceria entre a **Optimize** e o Banco Carregosa e as Contas de 2012 apresentadas pela mesma, levaram à conclusão da necessidade de registo de imparidade nas Contas de 2012, cujo valor registado considero razoável.

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7, chamo a atenção para a situação descrita em seguida. No anexo às Contas individuais do Banco nas políticas contabilísticas, na nota 2.2.11 refere-se que, os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo, que, para o equipamento de transporte está definida entre 4 a 8 anos. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da comissão executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

Ainda no anexo às Contas individuais do Banco, na nota 8 é mencionado que, conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e semi-novas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes.

Deste modo, a derrogação desta política contabilística para o ano 2012 tem como impacto que, comparativamente à aplicação do princípio da consistência, a rubrica do activo Outros Activos tangíveis esteja subavaliada em aproximadamente 900.000 euros, a rubrica de Activos por impostos diferidos esteja sobreavaliada em aproximadamente 120.000 euros, totalizando uma subavaliação do activo, dos capitais próprios e do resultado líquido do exercício de aproximadamente 780.000 euros.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

- 10.** É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 18 de Abril de 2013

**Cristina Gomes**

Inscrita na lista dos R.O.C. com o n.º 1088

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas do Banco L.J.Carregosa, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 256.386.927 euros e um total de capital próprio de 32.632.731 euros, incluindo um resultado consolidado líquido positivo de 9.443.908 euros), as Demonstrações consolidadas de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

### Opinião

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia.

### Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior refiro que, a certificação legal das contas individuais deste exercício do Banco Carregosa inclui uma ênfase no seu parágrafo 8 que, também é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas pelo que se reproduz a mesma em seguida.

No ano 2011, a certificação legal das contas consolidadas, à semelhança das individuais, continha uma ênfase relativa à participação de 19,99% que o Banco Carregosa detinha à data na sociedade Optimize Investment Partners – SGFIM (**Optimize**) registada no activo do Banco na rubrica de Activos Financeiros disponíveis para venda, uma vez que, os testes de imparidade realizados, não obstante terem revelado não ser necessário o registo de qualquer imparidade no exercício de 2011, estava suportada na opinião embora informal de uma entidade idónea e independente do Órgão de Gestão da **Optimize**.

De acordo com a IAS 39, os activos financeiros que sejam investimentos em instrumentos de capital próprio, que não tenham um preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, devem ser mensurados pelo custo e estão sujeitos a revisão quanto à imparidade. A participação do Banco Carregosa na **Optimize** enquadrava-se no descrito neste parágrafo.

As Contas anuais da **Optimize** de 2010 e as Contas anuais de 2011 provisórias que foram disponibilizadas ao Banco no ano anterior permitiam verificar que, a sociedade se enquadrava no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais uma vez que se verificava que, pelas já citadas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 provisórias, estava perdido mais de metade do seu capital social.

De acordo com a opinião informal supra referida, concluía-se que, pelos valores constantes no *Business Plan* da **Optimize** para os anos 2011 a 2015 era expectável que a **Optimize** invertesse o ciclo de resultados negativos que tinha vindo a acumular, e conseguiria repôr os seus capitais próprios, no mínimo, ao nível do seu capital social inicial.

Já no ano de 2012, o Banco Carregosa reforçou a sua posição accionista junto da **Optimize** para 35%, passando a ser registada no activo do Banco na rubrica de Investimentos em Associadas e incluída no perímetro de consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, os testes de imparidade efectuados, considerando a evolução da parceria entre a **Optimize** e o Banco Carregosa e as Contas de 2012 apresentadas pela mesma, levaram à conclusão da necessidade de registo de imparidade nas Contas de 2012 individuais e consolidadas, cujo valor considero razoável.

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7, chamo a atenção para o facto da certificação legal das contas individuais deste exercício do Banco Carregosa incluir uma ênfase no seu parágrafo 9 que, também é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas pelo que se reproduz a mesma em seguida.

No anexo às Contas consolidadas do Banco nas políticas contabilísticas, na nota 2.2.11 refere-se que, os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo, que, para o equipamento de transporte está definida entre 4 a 8 anos. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excepcionais devidamente documentados por decisão da comissão executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados, sendo no entanto os respectivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de activo adequada.

Ainda no anexo às Contas consolidadas do Banco, na nota 8 é mencionado que, conforme referido na nota 2.2.11 das principais políticas contabilísticas, o Banco decidiu, em finais de 2012, substituir parte da sua frota automóvel por viaturas novas e semi-novas. Paralelamente e por medida prudencial face a incertezas futuras, decidiu igualmente amortizar, na sua integralidade esta frota do Banco Carregosa, salvaguardando os impactos de natureza fiscal supervenientes.

Deste modo, a derrogação desta política contabilística para o ano 2012 tem como impacto nas contas consolidadas que, comparativamente à aplicação do princípio da consistência, a rubrica do activo Outros Activos tangíveis esteja subavaliada em aproximadamente 900.000 euros, a rubrica de Activos por impostos diferidos esteja sobreavaliada em aproximadamente 120.000 euros, totalizando uma subavaliação do activo, dos capitais próprios e do resultado líquido do exercício de aproximadamente 780.000 euros.

### Relato sobre outros requisitos legais

10. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 18 de Abril de 2013

**Cristina Gomes**

Inscrita na lista dos R.O.C. com o n.º 1088

XV

RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL



Senhores Accionistas

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo Conselho de Administração do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, referentes ao exercício de 2012, dando, assim, cumprimento às disposições legais - alínea g) do nº1 do artigo 420º e artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais - e estatutárias.
2. O Conselho, ao longo do ano, realizou os contactos necessários com diversas Direcções do Banco, obtendo informações sobre os mais relevantes aspectos da actividade desenvolvida, bem como acompanhando a evolução de diversos assuntos em análise.
3. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do Conselho de Administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.

4. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
5. Ao longo do exercício, teve este Conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do Conselho de Administração, Comissão Executiva e demais Colaboradores do Banco e do Grupo.
6. Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas, que nos foram presentes e com as quais concordamos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:
  - a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
  - b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório do Conselho de Administração.
  - c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 18 de Abril de 2013

**O Conselho Fiscal**

L. J. GARRIDO

MUSEU SECUPDES

XVI

EXTRACTO DAS DELIBERAÇÕES  
TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL  
DE 28 DE MAIO DE 2013

D. MARIA CANDIDA  
CORRETORA  
D.  
BOLSA DE VALORES

ROSSA & CIA

PAPÉIS DE GRÉFON

DA ROCHA E SILVA  
A OFICIAL  
A  
RES DO PORTO



## EXTRACTO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 28 DE MAIO DE 2013

**CERTIFICO**, à vista da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas do “Banco L. J. Carregosa, S.A.”, realizada no dia **28 de Maio de 2013**, que se encontram tomadas as seguintes deliberações:

- 1) Foi aprovado por unanimidade dos votos o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2012.
- 2) Foi aprovada por unanimidade dos votos a proposta contida no Relatório de Gestão, no respeitante à aplicação do resultado líquido positivo do exercício, no valor de **€ 9.463.904,00** (nove milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e quatro euros) tenha a seguinte aplicação:
  - Para Reforço da Reserva Legal: **€ 946.390,40**
  - Distribuição de Dividendos: **€ 2.500.000,00**
  - Para Reservas Livres: **€ 6.017.513,60**
- 3) Foi aprovado por unanimidade dos votos um louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Sociedade, extensivo a todos e cada um dos seus membros em exercício de funções dos referidos órgãos, relativamente ao exercício de 2012.
- 4) Foi aprovado por unanimidade dos votos o alargamento do número de Membros do Conselho da Administração.
- 5) Foi aprovada por unanimidade dos votos a eleição de novo Membro do Conselho de Administração não executivo, para o mandato em curso: **Nuno Rafael Domingues dos Santos Reis Maya**.
- 6) Foi aprovada por unanimidade dos votos a proposta de alienação e aquisição de acções próprias, nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 7) Foi aprovada por unanimidade dos votos a alteração do Contrato de Sociedade, aditando um número 3 ao actual artigo 25.º, passando este artigo a ter a seguinte redacção:

### **Artigo 25º**

#### **Aplicação dos Lucros**

- 1 - *(mantém a redacção em vigor).*
- 2 - *(mantém a redacção em vigor).*
- 3 - *O Conselho de Administração poderá, no decurso de cada exercício, deliberar adiantamentos sobre os lucros, desde que observadas as disposições legais aplicáveis.*

Porto, 29 de Maio de 2013.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,  
**Luís Neiva Santos**



**BANCO L.J. CARREGOSA, S.A.**

Av. da Boavista, 1083

4100-129 Porto

Tel. +351 226 086 460

Fax. +351 226 007 887

[www.bancocarregosa.com](http://www.bancocarregosa.com)

[info@bancocarregosa.com](mailto:info@bancocarregosa.com)

**Matriculado na CRCP sob o número único  
de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015**

**Capital Social: 20.000.000 euros**

**Edição e Propriedade: BANCO L.J. CARREGOSA, S.A.**

**Design: SKA - Brand Development**

**Ano de Edição: 2013**



Av. da Boavista, 1083  
4100-129 Porto, Portugal  
T. +351 226 086 460 F. +351 226 007 887  
info@bancocarregosa.com  
www.bancocarregosa.com



ESTABELECIDO EM 1864

BANCO  
CARREGOSA